

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Área de Concentração em Arqueologia



Dissertação de Mestrado

Arqueologia do Capitalismo em Pelotas:
Um Estudo da Cultura Material do Século XIX

Yuri Zivago Yung Grillo

Pelotas, 2020

Yuri Zivago Yung Grillo

Arqueologia do Capitalismo em Pelotas:

Um Estudo da Cultura Material do Século XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, com linha de formação em Arqueologia, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia.

Orientador: Cláudio Baptista Carle

Pelotas, 2020

Yuri Zivago Yung Grillo

Arqueologia do Capitalismo em Pelotas:

Um Estudo da Cultura Material do Século XIX

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia - Área de Concentração em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 26/11/2020

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle (Orientador)

Doutor em História - Internacional em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Beatriz Valladão Thiesen

Doutora em História com ênfase em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Pedro Luis Machado Sanches

Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

Dedico este trabalho à memória de duas pessoas que partiram enquanto eu o escrevia. Minha avó de criação, Dinah Oliveira Marafiga e à minha irmã Giovana Yung da Fontoura Rosa.

Agradecimentos

Aos meus familiares, alguns de sangue e outros de coração, que me apoiaram sempre que foi necessário.

Aos meus colegas da turma de mestrado, a auto proclamada “Turma mais Linda”, que foi permeada por um sentimento de amizade entre todos, do início ao fim e até hoje, que é muito raro de acontecer e espero que dure para toda a vida. Também agradeço alguns colegas da graduação que continuaram mantendo os laços de amizade, companheirismo e apoio.

Aos professores da UFPEL, que me ajudaram sempre que precisei, não só os do programa da pós graduação em Antropologia, mas todos os que conheci e mantive diálogo durante esse período e a graduação.

Ao meu orientador, pela ajuda, compreensão e apoio, e pela paciência de suportar as vezes minhas teimosias, e as vezes por incentivá-las e provocá-las quando foi pertinente.

Aos professores da banca de defesa, por estarem dispostos a ler e comentar este trabalho, e por fazerem importantes sugestões e críticas. Também agradeço à professora Louise Prado Alfonso que estava na banca de qualificação mas não pode se fazer presente na banca de defesa, pois ela também contribuiu, através de críticas e sugestões construtivas.

Aos meus amigos e aos meus camaradas que me apoiaram, especialmente aos camaradas Rafael de Almeida Nogueira, Giovanni Felipe Ernst Frizzo, colega e camarada Sady Pereira do Carmo Junior, e ao colega Luiz Phellipe Silva de Lima, com os quais muito conversei enquanto pesquisava. Aos meus colegas e vizinhos de apartamento na Casa do Estudante, em especial ao amigo Ezequiel Nascimento Santos, pela ajuda, companheirismo e as conversas tomando o melhor café, que só ele sabe fazer.

Um agradecimento ainda faço para as pessoas que leram este trabalho antes mesmo de eu enviar para a banca, contribuindo através de importantes sugestões e correções: a colega Vanessa Avila Costa, as camaradas Gabriela Bastos Ribas e Julia Teixeira Santos, e a amiga arqueóloga Tatiane Soares.

Sou imensamente grato, ademais, a todos que esqueci de agradecer.

Resumo

YUNG, Yuri Z. G.. **Arqueologia do Capitalismo em Pelotas**: Um Estudo da Cultura Material do Século XIX. 2019. 186 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

A investigação demonstra o processo de transformação capitalista da cidade de Pelotas através da arquitetura e urbanização dos espaços. Relaciono a história econômica-social-política da cidade durante o século XIX com a cultura material urbana na identificação do contexto arqueológico capitalista. A relação, a partir da contrastividade, entre os dados provenientes de um estudo bibliográfico sobre o contexto da inserção capitalista na região na confrontação com a cultura material em Pelotas. Utilizo diferentes disciplinas na interação com a Arqueologia para a caracterização e processamento da cultura material, investigando a Arquitetura, a ideia de monumentalidade e os logradouros do contexto arqueológico. Desenvolvi e aprofundei, na identificação de atributos interpretativos a interação com os conceitos desenvolvidos pelo Materialismo Histórico Dialético, tais como: trabalho alienado, fetiche da mercadoria e coisificação dos indivíduos. Os conceitos configuram um quadro interpretativo que foi utilizado para reconhecer o processo de surgimento e ascensão da elite charqueadora local. O surgimento se deu no contexto da exploração da mão de obra escravizada e sedimentou-se, apresentando seu excedente alienado através da "opulência" e monumentalidade em construções e artefatos do meio urbano.

Palavras-chave: Capitalismo, Arqueologia, Alienação, Fetiche, Coisificação.

Abstract

YUNG G., Yuri Z.. Archeology of Capitalism in Pelotas: Study of Material Culture of the 19th Century. 2019. 186 f. Dissertation (Master Degree in Antropology) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

This investigation demonstrates the process of capitalist transformation of the city of Pelotas through architecture and urbanization of spaces. I relate the economic-social-political history of the city during the 19th century with the material urban culture in the identification of the capitalist archaeological context. The relationship based on the contrast between the data from a bibliographic study on the context of capitalist insertion in the region in the confrontation with material culture in Pelotas. I use different disciplines in the interaction with Archeology for the characterization and processing of material culture, investigating Architecture, the idea of monumentality and the locations of the archaeological context. I developed and deepened, in the identification of interpretative attributes, the interaction with the concepts developed by Historical Dialectical Materialism, such as: alienated work, commodity fetish and individual objectification. The concepts constitute an interpretive framework that was used to recognize the process of emergence and rise of the local charqueadora elite (dried meat factory owners). The emergence took place in the context of the exploitation of enslaved labor and was consolidated, presenting its alienated surplus through "opulence" and monumentality in constructions and artifacts of the urban environment.

Key-words: Capitalism, Archaeology, Alienation, Fetish, Objectification.

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa de 1535 feito por Gaspar Viegas mostrando o litoral e a Bacia Platina. Fonte: Biblioteca Nacional (Brasil)	29
Figura 2 - Recorte do mapa de Hendrik Hondius, 1640. Fonte: Biblioteca Nacional Digital (Brasil).....	32
Figura 3 - Barco de couro de boi (Pelota). Fonte: DEBRET, 1835.	48
Figura 4 - NOVA CARTA DO BRAZIL E DA AMERICA PORTUGUEZA [MATERIAL CARTOGRÁFICO] (sic). Alphonse de Beauchamp, Pedro Cyriaco da Silva, Pedro José de Figueiredo, ano 1821. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.	50
Figura 5 - Mapas de Pelotas identificando os principais núcleos na metade inicial do século XIX, utilizando o Google Earth. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2020.	51
Figura 6 - Travessia do gado por meio de balsas no Arroio Pelotas, década de 1880. Fonte, LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.....	53
Figura 7 - Varais de uma charqueada, proximidade do final do século XIX ou início do século XX. Fonte, LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.....	54
Figura 8 – Cartão com a foto de uma charqueada com galpões e varais, do final do século XIX ou início do século XX. Fonte, LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.	56
Figura 9 - A Charqueada, aquarela de Jean Baptiste Debret. Fonte: GUTIERREZ, SANTOS, 2012.....	57
Figura 10 - Charqueada do Barão do Butuí, registrada por volta de 1867-1877 de acordo com o inventário (GUTIERREZ, 2001). Fonte da foto: https://mapio.net/pic/p-19693983/ , acesso em 2020.	59
Figura 11 - Mapa da região de Pelotas localizando as principais charqueadas, o núcleo urbano do século XIX, tablada e o arroio Pelotas até o arroio do Quilombo. Fonte: GUTIERRES, 2001, p.102.....	65
Figura 12 - Passo dos Negros, aquarela de Jean-Baptiste Debret. Fonte: GUTIERREZ, SOARES, 2012.	67

Figura 13 - Mapa da região de Pelotas localizando as principais charqueadas, e o passo dos negros. Fonte: GUTIERRES, 2001, p.142.	70
Figura 14 - Catedral São Francisco de Paula, fotografia colorizada da metade final do século XIX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.....	71
Figura 15 - Uma das torres da catedral com características Barrocas. Fonte: foto de minha autoria.....	73
Figura 16 - Casarão dos Mendonça, imagem obtida através do Google Street View. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2020.	76
Figura 17 – Fotografia colorizada do início do século XX (entre 1904 e 1916) mostrando a praça e a rua Princesa Isabel. Ao fundo é possível ver o teatro quando ainda conservava o estilo Luso-brasileiro com alguns elementos ecléticos incluídos. Fonte: LAD - Labora.....	78
Figura 18 - Fotografia do interior do Teatro, mostrando a estrutura “em ferradura”, início do século XX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.	79
Figura 19 - Mapa "Barra do São Gonçalo" de Pedro Garcia da Cunha, 1838, mostrando Pelotas e o canal São Gonçalo. Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, 2019. .	84
Figura 20 – Mapa "Barra do São Gonçalo" de Pedro Garcia da Cunha, 1838, mostrando o núcleo urbano. Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, 2019.....	85
Figura 21 – Cartão postal com foto do final do século XIX ou início do século XX, mostrando o Mercado Público de Pelotas com sua arquitetura original em estilo neoclássico. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.	86
Figura 22 - Fotografia do Interior do Mercado Público de Pelotas em sua arquitetura original, feita entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.	88
Figura 23 - Localização no mapa de Pelotas de locais importantes para este estudo feito através do Google Earth. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2020.	101
Figura 24 - Câmara Municipal e Biblioteca pública, construídos em 1880 e 1878 respectivamente. Fotografia tirada entre os anos 1890 e 1911. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.	104
Figura 25 - Casarão 2, frente ao Hall de entrada. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.	107
Figura 26 - Fotografia da praça onde identifico o casarão 2, fotografia posterior a 1912. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.....	108
Figura 27 - Jardim da residência. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.	109

Figura 28 - Armazém de Carne Seca. Fonte: DEBRET, 1835.	111
Figura 29 - À esquerda, fachada do casarão; à direita, piso do hall de entrada. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.....	112
Figura 30 - Claraboia do Hall de entrada. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.....	113
Figura 31 - mosaico de azulejos portugueses (esquerda) parede em escaiola (direita). Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.	114
Figura 32 - Casarões 2, 6 e 8 identificados em fotografia da praça. Primeiras décadas do século XX, posterior a 1919 como pode ser observado pela presença das casas geminadas (casarão 1 e 3) no centro da imagem. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.	117
Figura 33 - Fotografia do início do século XX, mostrando a praça, o fontanário das nereidas e ao fundo o Clube Caixeiral inaugurado em 1904. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.	120
Figura 34 - Parte central do Chafariz (esquerda) e nereida no círculo mais externo (direita). Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.	122
Figura 35 - Caixa D'água em Ferro Fundido, fotografia feita no início do século XX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.....	124
Figura 36 - Fotografia da Escola Eliseu Maciel feita nas primeiras décadas do século XX, posterior a 1917 como indica a presença da sede do Banco Nacional do Comércio à esquerda. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.....	127
Figura 37 - Escola Eliseu Maciel. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.	129
Figura 38 - Publicidade da Confeitaria Nogueira, Fonte: Almanach de Pelotas, p.44, 1913.	133
Figura 39 - Hotel Grindler, cartão postal do início do século XX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.	134
Figura 40 - Antigo Hotel Grindler e Chafariz “das meninas”, imagem obtida através do Google Street View. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2020.....	135
Figura 41 - Lembrança do Jubileu de Ouro da Fábrica de Chapéus Pelotense. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.....	136
Figura 42 - Cervejaria C. Ritter & Irmão, postal de 1919. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.	137
Figura 43 - Estação Férrea de Pelotas, final do século XIX ou início do século XX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.....	139

Figura 44 - Linhas de viação férrea sul-rio-grandense no ano 1898. Fonte: SILVA, 1954, p. 45.	141
Figura 45 - Estação Férrea de Pelotas. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.	142
Figura 46 - À esquerda o terminal de embarque e desembarque, à direita detalhe do antigo relógio na parede do terminal. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.	143
Figura 47 - Mapa de Pelotas de 1909 com a delimitação das áreas de proibição de cortiços. Fonte: ROLIM DE MOURA, 2006.	150
Figura 48 - Exemplo de casas em fita em Pelotas. Fonte: ACERVO DE CLÁUDIO CARLE, 2019.	154
Figura 49 - Lavadeiras à beira do Arroio Santa Bárbara, fotografia do início do século XX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.	161

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1 DA INVASÃO À COLONIZAÇÃO (1500-1808)	27
2 A AURORA DO CAPITALISMO (1808-1850)	46
2.1 As Charqueadas: Indústria e Alienação	51
2.2 Pelotas, duas cidades	64
2.3 Balanço Histórico (1808-1850)	89
3 CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO EM PELOTAS (1850-1900)	95
3.1 Pelotas do Fetiche	101
3.2 Transformações na Cidade da Alienação	129
3.3 Cidade dos Coisificados	145
3.4 Balanço Histórico de 1850 a 1888 e início do século XX	163
CONCLUSÃO	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175
Laboratórios, acervos e sites consultados:	176
Bibliografia:	177

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta os resultados da investigação desenvolvida ao longo do curso de mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, e que teve como propósito compreender o processo de desenvolvimento capitalista em Pelotas do século XIX através da cultura material. Dessa forma, busquei entender como as transformações econômicas e sociais globais do século XIX impactaram na formação e transformação urbana, produtiva e ideológica, da cidade de Pelotas através da cultura material.

Analiso as transformações através da cultura material na confrontação com os dados bibliográficos, no processo de interpretação da Arqueologia Histórica. A profundidade da interpretação é alcançada através do universo teórico utilizando a hermenêutica oriunda dos conceitos, métodos e teorias desenvolvidas nos desdobramentos internos da Arqueologia, tais como as disciplinas de Arqueologia da Arquitetura, através da análise de construções em pedra e barro, e Arqueologia Urbana, onde a cidade é vista inteiramente como um artefato, relacionando as diferentes partes de uma cidade em sequência estratigráfica (THIESEN, TOCCHETTO; 2007).

A Arqueologia Urbana apresenta sua gênese nas pesquisas arqueológicas desenvolvidas na Europa, com os trabalhos de reconstrução após a segunda guerra mundial, mas, com o tempo, esta disciplina se transformou em uma ciência que se apresenta como uma forma de contar a história das cidades (COSTA, 2014).

A Arqueologia Urbana tem como significado uma Arqueologia “da cidade” e não uma Arqueologia “na cidade”, diferenciação de conceitos que foi explicado por Beatriz Thiesen (1999). De acordo com esta perspectiva, a cidade inteira é vista como um sítio, onde as diferentes partes estão relacionadas em um contexto histórico e espacial, influenciando fenômenos sociais e culturais que ocorrem nesse lugar (idem). Ademais, essa perspectiva, embora dialogue com outras áreas do conhecimento científico, mantém a visão arqueológica de que os artefatos estudados provêm de técnicas e formas que correspondem às ideias e técnicas da sociedade que as produziu, bem como refletem as relações de poder, premissa pela qual se permite o

estudo social da cultura material e, portanto, o estudo do comportamento humano através da materialidade produzida (ibidem). Esse é um trabalho de Arqueologia sem escavação, porém, onde cada rua, praça, local da cidade, que serão analisados, são abordados como artefatos urbanos.

A Arqueologia da Arquitetura é outra disciplina que foi bastante influente para a realização deste trabalho. A Arqueologia da Arquitetura recebe diferentes nomes dependendo do país/língua, tais como *Building Archaeology* (Inglaterra), *Archeologia dell'Architettura* (Itália), *Archéologie du bâti* (França), *Arqueología de la Arquitectura* (Espanha), entre outros. Não apenas o nome se diferencia conforme a localização geográfica e cultural, mas em cada região recebe, também, diferentes significados, conceitos e métodos, formando, em cada um dos países citados, uma escola própria, mais ou menos influenciada pelas outras. Há, no entanto, uma história e conceitos em comum que permitem uma aproximação e continuação dentro desse campo da ciência que propõe estudar, de forma arqueológica, as construções humanas.

A arquitetura é a mais evidente forma de organização espacial numa paisagem urbana. Constitui-se, portanto, no mais claro meio de observar as formas através das quais os homens realizam a transformação do caos da natureza na ordem da cultura. Dito de outra maneira, as estruturas arquitetônicas apresentam-se como elementos preciosos para observar os modos através dos quais uma sociedade categorizou o seu meio e como representou essas categorias (THIESEN, 1999, p.81).

A Arqueologia da Arquitetura tem como um marco importante, em geral, a necessidade Inglesa de reconstruir edifícios destruídos durante a Segunda Guerra Mundial. No entanto, com repercussão na comunidade arqueológica internacional, a Arqueologia da Arquitetura formou-se como disciplina independente na Itália, fortemente influenciada pela Arqueologia Medieval (ULTRERO AGUDO, 2010). O fato é que o nome da disciplina surge na Itália, mas o estudo de edificações e estruturas arquitetônicas está presente desde o princípio da Arqueologia como um todo (QUIRÓS CASTILLO, 2002).

O estudo arqueológico das construções arquitetônicas sempre existiu dentro da Arqueologia, embora em alguns momentos foi esquecida e relegado ao estudo da História da Arquitetura ou da Arte. A interdisciplinaridade é uma característica observada e desejável no estudo das construções, mas apresenta algumas dificuldades na implementação, tais como uma integração maior dentro da própria disciplina e suas ramificações, bem como ser erroneamente considerada mera

ferramenta técnica por parte de outras ciências, como a História da Arte e a História da Arquitetura (QUIRÓS CASTILLO, 2016).

A interpretação arquitetônica das construções foi utilizada como método. A sua aplicação por definição, é o estudo estratigráfico das cotas positivas, isto é, daquilo que foi construído e edificado acima do solo, embora os alicerces e, de modo geral, toda a estrutura possa ser estudada, inclusive o que está abaixo do solo. As construções foram vistas como artefatos e, a materialidade dessas, foi analisada em sua capacidade de revelar aspectos sociais, tal como sugere Ultrero Agudo (2010), observando, através da forma arquitetônica, acessos, visibilidade, planos de visão e de circulação, ou ausência destes, sempre que possível. Trata-se de um estudo da paisagem cultural humana.

No estudo da paisagem cultural humana, o que inclui não só a Arquitetura, mas também a construção de um meio urbano em oposição ao meio rural, é necessário assumir que os objetos humanos construídos possuem uma participação ativa na sociedade (ZARANKIN, 1999). A paisagem cultural humana, por sua vez, pode ser vista como um campo de uma luta dialética, entre o poder e a resistência, assim como uma comunicação (idem).

Portanto, não se pode deixar de lado o estudo da “força” ou condição que confere a esses objetos um papel ativo. Estudei qual papel esses objetos desempenham socialmente. Marx (1985) considerava que essas forças ativas, desempenhadas pelos objetos na sociedade capitalista, são resultantes da falsificação da realidade, ou melhor, da distorção da realidade original até o ponto em que essa distorção acaba assumindo a realidade e desempenhando um papel real dentro dela. Assim, os objetos acabam por ter papéis sociais que não foram escolhidos ou negociados pela sociedade, mas pré-estabelecidos através de diferentes artifícios como o Estado e a ideologia, encobrindo a realidade e seus fenômenos, entre eles a luta de classes.

A categoria de fetiche é utilizada aqui de acordo com o uso marxista, que é uma subversão do conceito original. Originalmente o conceito está relacionado aos objetos ritualísticos das práticas de feitiçaria em populações tradicionais. Esses objetos foram chamados de fetiche, a contar do contato dos europeus com esses povos tradicionais, sendo uma expressão que foi usada preconceituosamente pelos primeiros exploradores que entravam em contato com o culto religioso africano. Ao observarem

as práticas religiosas africanas, centradas em objetos de poder como os Inkises, formados de materiais aparentemente aleatórios, os europeus acreditavam que esses povos cultuavam os próprios objetos como fonte de poder (PIRES, 2011). No entanto, tal culto aos objetos nunca existiu nas sociedades tradicionais africanas, tratando-se de um mal entendido. Os europeus não compreendiam que, por detrás da utilização de objetos, existia um culto aos espíritos e divindades representados aos quais era realmente atribuído o poder (idem). Marx (1985) demonstra que, ironicamente, é no capitalismo onde surge um culto aos objetos, sem alma, onde as coisas parecem independentes da produção, e acabam por controlar e organizar a sociedade.

De acordo com Lukács (2012), Marx teria descoberto que determinadas formas de consciência, quer elas sejam reais ou irreais de um ponto de vista ontológico geral, tem seu efeito prático na realidade. A natureza, orgânica ou inorgânica, constitui em última instância, para Marx, a base das categorias sociais, pois a realização do trabalho exige no mínimo um conhecimento básico e real sobre a natureza em suas propriedades e processos para a sua transformação (idem). Não se pode mexer com fogo ignorando a possibilidade de ser queimado, por exemplo, e não haveria propósito algum em trabalhar com o fogo sem conhecer algumas de suas qualidades. Desse contato humano com a natureza, visando sua transformação, surgem qualidades objetivas novas e que não dizem respeito à natureza, mas ao próprio ser humano, como o valor de uso (idem). Através das relações sociais, por sua vez, surgem ainda novas qualidades, dessa vez não mais objetivas, mas subjetivas, como os valores fetichizados, e esses valores, possuem apenas objetividade fantasmagórica. Portanto, determinadas formas de consciência, ainda que sejam irreais, têm efeito prático na vida social humana.

Na sociedade capitalista o fetiche ganhou vida própria, como na fábula do aprendiz de feiticeiro, fugindo do controle de seus criadores é agora a principal força no comando da sociedade. O fetiche está relacionado com outros fenômenos como a alienação – exploração do trabalho não pago, onde os trabalhadores não se reconhecem em sua produção – e a coisificação, fenômeno que inverte a relação entre as coisas e as pessoas, ou seja, onde as coisas passam a interagir como seres sociais e as pessoas perdem a sociabilidade, sendo transformadas em ferramentas e mercadorias, apêndices das máquinas que operam.

O conceito de Arqueologia do Capitalismo é empregado neste trabalho com o significado de um estudo da cultura material que procura identificar fenômenos sociais em relação à sociedade capitalista oitocentista, seja em transição do capitalismo Mercantilista para o Industrial (PRADO JUNIOR, 1998), ou ainda, através da influência das etapas Colonialista, Nacionalista e Imperialista (TRIGGER, 2004). Isso foi feito através do estudo dos Meios de Produção e Relações de Produção capitalistas, caracterizados pela alienação da produção, e as consequências sociais do fetiche e da coisificação, bem como a própria luta de classes que permeia esses conceitos, materializados no espaço urbano de Pelotas. Trata-se, portanto, do uso conjunto desses conceitos o que entendo por Arqueologia do Capitalismo.

Foucault (2012) identifica a arquitetura do período capitalista com a construção de uma sociedade disciplinar, onde o mais importante é a vigilância e a punição, o aprisionamento e a confinamento. Para tal argumento, o filósofo encontra semelhanças das cadeias, especialmente do sistema panóptico, com moradias e instituições públicas, sobretudo escolas e hospícios. Todas sendo construções com o objetivo de tornar os indivíduos pessoas mais disciplinadas e úteis para a sociedade, o que está de acordo com o propósito ideológico necessário para a manutenção do poder.

A característica dominante na Arquitetura, de “controle social” e de “domesticidade social” do capitalismo, que considero mais importante para esse debate, é a definição de Debord (2003) de “Sociedade do Espetáculo”. Tal definição reflete melhor as características da arquitetura capitalista – especialmente no período oitocentista. As características dizem respeito à ostentação e opulência como forma de legitimação do poder. Algo como se fosse necessário, para ser rico, demonstrar “bom gosto” e “requinte”. O “bom gosto” está vinculado à cultura europeia, à moda arquitetônica do período, à monumentalidade e imponência de grandes construções, e aos excessos desnecessários, o trabalho utilizado sem qualquer propósito, se não o de atestar o acúmulo de riqueza, materializado publicamente. O acúmulo, por sua vez, é o que tem o poder sobre o “senhor”, o “capitalista”, pois é esse acúmulo que lhe confere legitimidade, e não o contrário – demonstrando a inversão entre fetiche e coisificação mesmo na classe dominante.

O processo de criação de cidades no capitalismo não diz respeito apenas à praticidade de juntar trabalhadores e fábricas próximos uns dos outros, mas também o propósito de criar um espaço domesticado, onde a burguesia, longe do campo e dos

domínios feudais, pudesse ostentar seu poder às classes inferiores e para os seus pares, de se sentir legitimada pelos seus bens. O espaço só é domesticado quando transformado em lugar, o que envolve a ocupação e a transformação cultural (ZARANKIN, 2002). A construção dessas paisagens passa pelo crivo de um monopólio político, que através da criação de determinados dispositivos legitima o sistema (idem). Assim, a arquitetura é condicional ao contexto cultural e social em que ela é produzida, de modo que ela representa uma comunicação não verbal dessa sociedade: “Dito de outra forma, a arquitetura denota uma ideologia, e possui a particularidade de transformá-la em “real” (material), para desta forma transmitir seus valores e significados por meio de um discurso material” (ZARANKIN, 2002, p.41).

De acordo com Zarankin (1999) as mudanças que ocorrem na sociedade precisam ser vistas em termos transformativos e dialéticos, e não evolutivos, como se as transformações ocorressem de forma natural e inevitável. No entanto, historicamente a burguesia, a partir de uma mundialização do capitalismo que consolida esse sistema no século XIX, conseguiu hegemonizar e padronizar seus sistemas de dominação mundialmente, o que também foi feito com a ajuda da própria arquitetura:

A través de nuestro análisis resulta claro que la organización del espacio y la arquitectura tienen además de un propósito “práctico” uno “ideológico” (Parker Pearson y Richards 1994). En este caso consideramos la conformación morfológico-espacial de las viviendas de las clases medias como una forma de “auto-disciplinamiento” de la burguesía, necesaria para posteriormente expandir y generalizar esa disciplina al resto de la sociedad y de esta forma reproducir y dar continuidad al sistema (ZARANKIN, 1999, p. 126).

A morfologia e a espacialidade das estruturas das classes dominantes são expressões do disciplinar a existência, com o objetivo de expandir e generalizar essa morfologia e espacialidade para o resto da sociedade mantendo a continuidade do sistema (idem). Um exemplo desse tipo de transformação, que ocorre mundialmente no sistema capitalista, é trazido por Foucault (1967) quando fala sobre as mudanças da sociedade com relação à morte. Até o século XVIII, os cemitérios ficavam no centro das cidades ao lado da Igreja e com o tempo, ao longo do século XIX, eles passam a ser afastados, ao mesmo tempo em que os mortos passam a receber uma maior valorização individual, uma cultuação mais frequente e elaborada aos mortos, o que ele relaciona à crescente incerteza sobre uma ressurreição após a morte (idem). Surge uma cidade dos vivos e uma cidade dos mortos.

Na sociedade capitalista, uma importante transformação ocorre quando, pela primeira vez na história da humanidade, a arquitetura vernacular (tradicional) deixa de dominar a construção de habitações e a arquitetura “acadêmica”, profissional e institucionalizada, além de dominar as construções estatais e religiosas, passa também a dominar na construção de moradias (ZARANKIN, 2002). Esse fato está diretamente relacionado com o crescimento e ampliação das cidades durante o século XVIII, o que gerou uma maior necessidade por parte do governo (incluindo as classes dominantes, e não só o aparelho estatal) de controlar e regulamentar essas construções, ordenando o espaço público:

Este fato pode ser interpretado como a conscientização, por parte do poder, da necessidade de controlar e manipular o novo mundo urbano, onde o capitalismo se consolidava como modo de produção, por meio de instrumentos como a planificação e regulamentação das construções. A arquitetura começa a ser um instrumento fundamental para a transmissão e reprodução do poder no sistema capitalista (ZARANKIN, 2002, p.44).

Com início no século XVIII e XIX, surgem os profissionais acadêmicos da Arquitetura, especializados em transformar determinados discursos em construções, moldando o cenário do capitalismo (idem). Zarankin (ibidem) também assinala um aspecto importante das construções a datar do século XIX e início do século XX: a preocupação com a durabilidade. As casas nesse período não são feitas pensando em sua efemeridade, mas, ao contrário, são feitas para durar eternamente, refletindo o ideal dos casamentos em cuja ruptura era impensável e onde, não raro, viviam na mesma casa três gerações da família em torno do patriarca (ibid.). No entanto, costumavam ser construídas tendo como alicerce edificações anteriores (ibid.), o que simboliza uma continuação entre o passado, o presente e o futuro. Evidentemente, isso só se aplica às construções da elite no período, e não aos escravizados ou aos proletários e camponeses, de modo geral, explorados e coisificados, pois para esses as moradias efêmeras assemelhavam-se mais a depósitos do que casas propriamente ditas, tal como demonstrou Engels em “Para a Questão da Habitação” (1887).

Apesar de essas características terem mudado posteriormente, conformando novas ideologias e aspectos culturais do capitalismo do século XX, Zarankin (2002) identifica as seguintes características como uma tendência das construções capitalistas presente em ambos os períodos: *privacidade, individualismo, visibilidade, controle, disciplina, segmentação, standardização, agrupamento, assimetria, segregação*. E complementa seu raciocínio da seguinte forma:

Em resumo, nossa abordagem considera a arquitetura capitalista como forma particular de construir, organizar, classificar, ordenar, hierarquizar o espaço cultural, isto é, de materializar em estruturas físicas as relações sociais que existem no interior da sociedade. Por estas características é que a arquitetura transforma-se numa tecnologia de poder. Isto é, num instrumento cuja manipulação, pelo poder, contribui para reproduzir a ordem social existente (ZARANKIN, 2002, p.50).

Algumas dessas características são aparentemente contraditórias, como a de “visibilidade” e “privacidade”, mas em essência não se referem à mesma coisa. Existem aspectos que a sociedade capitalista pretende mostrar e outros que pretende esconder, fazer o jogo de luz e sombra do espetáculo, como definiu Debord (2003), demanda que apenas o ensaiado seja mostrado. Ficam de fora todo o resto que não condiz com a beleza e a precisão. No teatro onde é encenada a peça da história contada, cujos atores principais são a burguesia e seus escolhidos, nos bastidores escondidos, explorados fazem o trabalho no escuro, e os espectadores, pretende-se que sejamos nós, os habitantes do futuro, para os quais a história é contada. É preciso ir além e ver nos bastidores, sim, mas os explorados também estão presentes no palco e dentro da peça, e não são ocultados apenas pela cortina, mas também pelo efeito do jogo de luz e o papel dos figurantes, onde é encenado o espetáculo da modernidade.

A Modernidade frequentemente se expressa através da ironia, como defendeu Marshall Berman (1986). Segundo esse autor, a ironia da modernidade pode ser percebida em muitos pensadores como um traço comum dessa era, especialmente no século XIX, pois, se as raízes da modernidade estão no período que inicia na renascença, é no século XIX que a modernidade tem o seu afloramento explicitando suas contradições. Entre estes pensadores, Marx, que formula sua crítica à burguesia entoando à ela um louvor que nem mesmo seus mais obedientes sacerdotes (os economistas) seriam capazes de lhe fazer. Marx chama a burguesia de revolucionária no Manifesto Comunista (1998), e enumera proezas que nem o mundo antigo, com suas pirâmides e maravilhas arquitetônicas, foi capaz de igualar.

Porém, essas proezas são ameaçadas pela destruição iminente: “Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões sua posição social e as suas relações com os outros homens.” (idem, p.43) nos diz Marx, pois, por um lado, a constante necessidade de se auto revolucionar, inerente ao próprio sistema econômico do capitalismo, com a concorrência e a tendência a produção cada vez

maior engendradas pelas transformações tecnológicas, leva ao caos. Por outro lado, a própria ideologia burguesa, com suas bases iluministas e racionalistas, que negam um poder pré-estabelecido àquele da própria humanidade, nos dão elementos que permitem questionar qualquer lei ou tradição pré-estabelecida, inclusive a própria tradição e poder da burguesia. Surgem as bases para que se questione os alicerces ideológicos sob os quais a burguesia se ergueu, como a família, o Estado e a propriedade privada.

Na prática, porém, a burguesia encontrou meios de contrariar seus próprios princípios: a manutenção do sistema de escravidão dentro de um sistema de mercado é uma dessas contradições mais evidentes, e que será abordada neste trabalho, assim como a aliança entre aristocracia e burguesia, a transformação de uma na outra; a formação de monopólios que começam a surgir com maior força no final do século XIX; a criação de ditaduras, mesmo que envernizadas com aparências democráticas, e as invasões e imposições de potências imperialistas, transformaram o capitalismo e a modernidade em uma nova era de obscuridade. Obscuridade porque, por detrás da aparente luz iluminista, o que existe é um sistema irracional que não se explica em seus próprios termos. E é por isso que, retornando a Marshall Berman (*idem*), para entender e melhor criticar esse sistema, o melhor caminho é através da ironia.

Os artefatos analisados neste estudo são, prioritariamente, artefatos burgueses, no sentido de quem os possuem e para quem foram feitos, embora a burguesia não seja a classe que os produziu e nem a classe que detém o saber técnico de sua produção. São os casarões, monumentos aos seus líderes, fábricas de charque e ambientes de sociabilidade burguesa, ou então de exploração de escravizados e em menor número assalariados. A história que é contada aqui, é principalmente a história da colonização e da exploração capitalista. Por um lado, isto se deve ao pouco material que sobrevive das classes menos afortunadas com o passar do tempo, mas, por outro lado, porque pretendo expor esses artefatos com o elemento crítico. Assim como não pretendo romantizar a vida dos explorados e nem mesmo idealizá-los. O espetáculo, ou “Opulência”, da sociedade burguesa que será apresentado, pretendo que seja entendido com ironia, pois creio ser possível que o espetáculo seja despido do seu glamour.

O período de 1808 a 1900 foi escolhido por retratar importantes transformações que consolidaram o capitalismo industrial como sistema global, garantindo a

hegemonia de alguns blocos em detrimento de outros, sendo o recorte em 1808 relacionado com um evento importante para a história do Brasil. Desde então, considero que esses eventos estão relacionados com o nascimento e expansão de cidades em um contexto de comercialização voltada para o exterior, como é o caso de Pelotas.

Além das fotografias atuais dos bens arquitetônicos preservados, utilizei como documento fontes iconográficas de cada período que apresentam a cultura material, através do cotidiano ou das fronteiras mapeadas, e também gravuras e fotografias feitas no fim do século XIX e início do século XX. Esses objetos são portadores de imagem, mas também são cultura material. As fotografias do início do século XX foram admitidas devido à proximidade de tempo que permite observar como eram as construções e relações de produção que ainda preservavam características do século XIX. Ademais, não pude determinar com exatidão a data de algumas fotografias, identificando apenas a proximidade com a virada do século.

O ato de apresentar essa imagem que é a gravura e a fotografia, tem sua relevância pois para um determinado bem ser fotografado, desenhado ou delimitado, especialmente nesse período, é carregado de uma conotação de importância, que lhe é atribuída pela sociedade ou, ao menos, pela classe que tem condições de retratar esses bens. No caso das fotografias, em especial, como estas surgem nesse século, elas foram bastante impactantes na sociedade do período, refletindo, além disso, o ideal de racionalidade e objetividade que a sociedade oitocentista buscava encarnar, através da retratação da realidade, ao mesmo tempo que a própria burguesia criou um método novo para sua auto retratação (THIESEN, 1999). Essa auto retratação, muitas vezes revestida por um caráter público, com frequência mostra o patrimônio desses burgueses, e desempenhou certo papel ideológico na conquista das mentalidades:

É uma forma de disseminar informação numa sociedade ainda composta, em grande parte, por analfabetos. Seu poder de sedução encontra-se justamente na possibilidade de reproduzir o real e no custo muito mais baixo que as obras artísticas tradicionais. A verdade é que esta imagem real é algo idealizado e, sobretudo, uma construção na medida que traz consigo o código visual da perspectiva que é, antes de tudo, um código estético e estratificador (THIESEN, 1999, p.38).

A forma informadora para a sociedade de analfabetos, sedutora, foi potencializada ao reproduzir o real, visível, na imagem impressa do real, um novo

código visual de alfabetização estética e estratificadora. A cidade de Pelotas, por outro lado, foi escolhida tendo em consideração uma série de características. Entre essas características, destaca-se como uma cidade afastada da região econômica central do Brasil, localizada no Sul do Sul deste país. A região da cidade é marcada pelos conflitos fronteiriços que ocorreram no período. A dita “Princesa do Sul” (MAGALHÃES, 1993), porém e mesmo assim, apresenta a sua urbanização, desenvolvimento e ascensão no século XIX, através de um ciclo econômico que garantiu condições de ostentar opulência através da importação de mercadorias e estilos arquitetônicos europeus.

Estudo como a ideologia burguesa, ligada às novas relações e meios de produção industriais, interferiram no nascimento e transformação da cidade. Observo os aspectos que desempenham importante papel na produção da vida social urbana, e percebi como processos de alienação do trabalho, fetichização da mercadoria e coisificação das relações sociais foram implementadas e marcam a cultura material presente edificada ou gravada e fotografada dessa *urbe*.

A cidade de Pelotas nasce no período de desenvolvimento de uma nova etapa mundial do capitalismo, que na cidade coincide com a ascensão das charqueadas. Ao longo desse período consolidativo, marcado pelas revoluções industriais e burguesas, importantes transformações ocorreram no plano econômico, social e ideológico (ou ontológico). Essas transformações convergem para consolidar a urbanização como nova forma padrão de organização da sociedade humana no mundo inteiro, uma vez que a maior parte da população passa a viver nelas, em correspondência direta com as demandas do mercado, cada vez mais internacional. Nesse sentido, de que forma as transformações econômicas e sociais globais impactaram na formação e desenvolvimento urbano, produtivo e arquitetônico da cidade?

Como hipótese de trabalho apresento: os bens culturais materiais dessa época de transformação do capitalismo, refletem as mudanças que estavam ocorrendo no mundo inteiro, não só em termos de revolução tecnológicas e de modos de produção, mas também nas relações de produção e na superestrutura ideológica que atua em serviço da classe dominante. A distância física de Pelotas, de centros culturais e econômicos de então, não impediram à classe dominante que aqui se desenvolvia, imitar e importar dos centros como Rio de Janeiro e da Europa ocidental, as morfologias de controles espaciais sociais de época.

O poder hegemônico, mantido pelas classes dominantes, precisa frequentemente de adaptação e mesmo de transformação de novas classes, para não entrar em contradição e perder o posto (GRAMSCI, 1999). A classe dominante Pelotense, cujo poder vinha das relações de poder aristocráticas, através as concessões de terras feitas pela coroa, copiou a racionalização em prol do mercado, através da divisão do trabalho, ordenação do espaço urbano, controle do tempo da produção e do cotidiano e, de modo geral, a ordenação de todas as relações sociais em uma lógica de mercado capitalista. Isso, por sua vez, garantiu maior lucro em exportações através de uma maior extração do excedente e ampliou a alienação dos verdadeiros produtores, escravizados e trabalhadores em geral, do fruto de seu próprio trabalho.

Na forma de derivados do gado e outras mercadorias, que são produzidas posteriormente, a classe dominante conseguiu o acréscimo necessário para importar mão de obra escravizada. Essas pessoas, tratadas como mercadoria e meio de produção, serviram para aumentar ainda mais o excedente. As pessoas eram transformadas em mercadorias e mercadorias eram transformadas em algo mais que humano, cumprindo o papel fantasmagórico do fetiche: concedendo aos seus possuidores, “aos donos de escravos”, o status que legitima essa classe perante o Estado e outros membros da própria classe, garantindo, por exemplo, títulos nobiliárquicos (títulos de nobreza).

Paralelamente, a classe dominante impunha o seu poder aos dominados por diferentes meios ideológicos (a igreja e escola por exemplo) e repressivos (cadeia, tribunal, força, e outros), até que os subordinados fossem “domesticados” e partilhassem dos mesmos valores, porém, aceitando a condição de inferioridade. Na prática essa dominação jamais se realizou totalmente, devido aos conflitos, entre eles, a luta de classes, que impediram a sociedade de se manter totalmente estática em seus diferentes sistemas de exploração nas relações de produção, embora a ideologia e o Estado tenham servido para amortecer tais conflitos.

Encontrei, tanto na produção, novas relações correspondentes à industrialização e uma maior internacionalização de mercadorias, como, da mesma forma, na contraparte cultural e ideológica, meios que objetivavam garantir a subordinação e alienação das classes empregadas no trabalho escravizado e, mais tarde, assalariado. Também encontrei durante o processo de exploração sistemático,

as marcas da resistência dos explorados. Uma vez que ambas as consequências do capitalismo industrial possuem reflexos na cultura material, ambas marcaram a cidade de Pelotas no material analisado.

Os aspectos relacionados à hipótese confrontam o discurso hegemônico. Esse discurso, por sua vez, até os dias atuais é proferido na tentativa de descartar o papel do trabalho humano, na construção da sociedade e suas relações sociais, e da própria luta de classes na transformação social. Tal discurso, com o qual não compactuo, tem preferido conceder o papel histórico e social principal, antes às coisas do que às pessoas, que construíram os espaços e edificações assim como as relações sociais que as mantinham ligadas.

Justifica-se este estudo sob um ponto de vista científico, uma vez que busca a compreensão da realidade social em que se vivia no século XIX, em Pelotas. Marx (2017) dizia que se a essência e a aparência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária. Não havendo uma coincidência entre os fenômenos tal como se apresentam e as causas por detrás desses, faz-se necessário que uma metodologia adequada seja utilizada para, através do mapeamento de uma constelação de eventos e condições, um determinado fenômeno possa ser explicado dentro do seu contexto, e não como fenômeno isolado.

Muitas das explicações dadas para a monumentalidade de construções do século XIX em Pelotas, até aqui têm sido, majoritariamente, explicadas pelo “bom gosto” da elite, ou pela naturalização de determinados artefatos e construções como se esses tivessem por si só propriedades “mágicas”, de se constituírem e ao fazê-lo garantiriam o poder e o status. Percebo o encobrimento dessa escrita da alienação da qual deriva a construção desses artefatos, bem como o fetichismo que ontologicamente está na base do capitalismo e, por fim, a coisificação de indivíduos e de relações sociais que estão associados com as construções.

No entanto, muitos pesquisadores sérios e críticos não desconsideram a acumulação primitiva do capital, através da exploração de mão de obra escravizada, da exploração doméstica da mulher e da usurpação de terras e vidas indígenas, e denunciaram, depois desse período, a manutenção do sistema de exploração capitalista através de diferentes estratos do proletariado e outras classes laboriosas. Ainda assim, ninguém apresentou um estudo crítico que tivesse como foco a fantasmagoria dos fenômenos “fetiche, alienação e coisificação” para a contraposição

de ideias aos discursos apresentados através da Arqueologia. Tendo constatado isso, senti a necessidade de fazer este estudo, tanto para o meu próprio conhecimento como para a sociedade.

Os processos que foram descritos ocorreram em diálogo com outros eventos no país e no mundo. Elaborei os três capítulos de desenvolvimento que seguem. O primeiro capítulo trata do período de descoberta e expansão da colonização do Brasil pela Europa até o apogeu da colonização 1808, agrupando diversos períodos de formação do Brasil. Esses ciclos anteriores a 1808 não são o foco da investigação pelo fato de que o território que corresponde à pequena urbe, vila de Pelotas, só será criado numa ocupação europeia fixa, próximo do final desse período. Considerei importante incluí-los de forma resumida, pois retratam o processo de colonização do Rio Grande do Sul e do Brasil, como colônia de exploração, o que explica as futuras relações sociais e econômicas e sua posição dentro do mundo capitalista. No final desse período surgem as primeiras charqueadas nas redondezas do que seria Pelotas, sendo uma região ainda muito disputada por Espanha e Portugal, ao mesmo tempo, também ocorria na Europa as primeiras revoluções burguesas que, tanto economicamente como ontologicamente, influenciaram na formação de Pelotas.

O segundo capítulo, de 1808 a 1850, retrata inicialmente o período em que a coroa portuguesa vem ao Brasil, abrindo novas possibilidades para o mercado que aqui se desenvolvia. Em seguida, começa a independência de Portugal, com o desenvolvimento capitalista e liberal, em dependência de outros países centrais, convergindo com as transformações que ocorriam na Europa e que Hobsbawm (2016 a) denominou “A Era das Revoluções”.

O segundo capítulo foi dividido em 3 partes: o primeiro subcapítulo retratando a alienação, e por assim dizer, meios de produção da cidade denominado “As Charqueadas: Indústria e Alienação”; outro subcapítulo, mostrando a formação urbana da cidade dividida em dois locais, chamado “Pelotas, Duas Cidades”; e um terceiro subcapítulo para fazer um balanço histórico do período.

O terceiro capítulo, de 1850 a 1900, retrata o período do segundo império escravocrata e início da República Velha (PRADO JUNIOR, 1998), o desenvolvimento capitalista mundial que Hobsbawm (2016 b, c) denomina “A Era do Capital” e início de “A Era dos Impérios”. Em Pelotas esse período reflete na ascensão da elite local demonstrada na ostentação e títulos nobiliárquicos, sendo considerado, de 1860 até

1890, como a “era de ouro” de Pelotas (MAGALHÃES, 1993). Acrescentei 10 anos a mais apenas para pegar um pouco do contexto do surgimento dos monopólios, a República, e a decadência das charqueadas, culminando na virada do século.

O Terceiro capítulo foi dividido em quatro: o primeiro subcapítulo, que retrata a opulência e ostentação, denominei “Pelotas do Fetiche”; o segundo, com as novas indústrias da cidade “Transformações na Cidade da Alienação”; o terceiro sobre cortiços e moradias dos explorados “Cidade dos Coisificados”; e um quarto subcapítulo encerra com um balanço histórico da segunda metade do século XIX.

É importante ter em mente que nenhum destes fenômenos: o fetiche, a alienação e a coisificação, se restringe a aparecer apenas nesses locais da cidade. A separação que fiz tem como base principal a tendência de tais fenômenos se concentrarem, ou corresponderem, a determinados locais da cidade, embora esses fenômenos estejam mais relacionados com as pessoas do que com as coisas que lhes correspondem, e as relações que permeiam a sociedade.

1 DA INVASÃO À COLONIZAÇÃO (1500-1808)

Caio Prado Junior, em seu trabalho “História econômica do Brasil” (1998), nomeia o período que vai de 1500 até 1530, quando a Europa tem o primeiro contato com a América, de “preliminares”, pois a colonização ainda não era o objetivo das incursões europeias, e sim a busca por uma rota mais rápida para as Índias Orientais. Mais tarde, com a descoberta do Pau-Brasil e a necessidade de Portugal defender o território contra outros reinos europeus, inicia o processo de colonização, que vai de 1530 até 1640, sendo chamado pelo historiador de “A Ocupação Efetiva” (idem). Os anos que vão de 1640 até 1770 são chamados por Caio Prado Junior (ibidem) de “Expansão da Colonização”, sendo este o período em que as disputas pelo Sul e pelo interior do Brasil ocorrem com maior intensidade. Por fim, a virada do século XVIII, período chamado de “Apogeu da colônia” (ibid.), que vai de 1770 até 1808 é o período em que surgem as primeiras charqueadas na região e, logo em seguida, surge a cidade de Pelotas. Eu preferi chamar “Da Invasão à Colonização” pois são termos que representam melhor o que aconteceu, uma terra que já estava ocupada pelas populações indígenas foi invadida e passou por um processo de dominação chamado colonização.

O objetivo deste estudo não é abordar detalhadamente e arqueologicamente estes períodos, uma vez que o foco desta pesquisa é o século XIX. Porém, como eles formam parte essencial do contexto anterior ao nascimento de Pelotas, escolhi retratar brevemente estes momentos históricos, agregando-os em um só e tentando mostrar como os acontecimentos desta época estão entrelaçados ao ciclo charqueador, e à ocupação platina. O surgimento de Pelotas, por sua vez, tem sua origem em um território marcado pela disputa, não só entre portugueses e espanhóis, mas charruas, guaranis, jesuítas, piratas, africanos, bandeirantes, entre outros grupos nacionais, étnicos, religiosos e sociais (GUTIERREZ, 2001), conflitos que possuem uma origem e um motivo econômico, social e político, e estes devem ser demonstrados para entendermos o ciclo seguinte. Há relatos, por exemplo, de quilombos sendo atacados em 1575, e levantes negros bem antes desta data, assim como também de revoltas indígenas (MOURA, 2014), o que demonstra o antagonismo de classe e raça sempre presente na história do Brasil, desde o começo:

Ao mesmo tempo em que crescia a população escrava, de um lado, do outro, a rebeldia desse elemento se fará sentir: os índios através de guerras constantes e violentas contra os colonos, e os africanos através de movimentos coletivos como Palmares e outros grandes ou pequenos quilombos, ou no seu cotidiano com fugas individuais, em grupos, descaso pelo trabalho, delinquência ocasional contra os feitores, senhores e membros de suas famílias. A repressão a essa rebeldia por parte do Estado escravista, por isto mesmo, era uma força necessária e eficaz para poder manter o equilíbrio social, enquanto a força fosse um elemento desse equilíbrio (MOURA, 2014, p.65).

Vale ressaltar que todo o poder do reino português exercido em suas colônias, nesse período inicial, era legitimado pela Igreja e atuava em função desta (VASCONCELOS, 2016). O regime “Padroado da Ordem de Cristo” sob as terras brasileiras foi concedido ao monarca português em 1515 pelo Papa, tornando-o representante de cristo para esta região, concedendo-lhe o direito de cobrar o dízimo e administrar o clero secular¹ na colônia (idem). O primeiro Bispado no Brasil foi instalado em 1551 em Salvador e, a contar de então, a influência da Igreja na formação da colonização do Brasil se faria presente através da catequização de indígenas; criação de paróquias, formando os primeiros núcleos urbanos; cultivo e criação de espécies exóticas; controle ideológico e produtivo da população; e na exploração do interior do território, entre outros meios (ibidem).

A ocupação da bacia platina pelo europeu inicia cedo, se compararmos com a chegada deste por volta de 1500 ao solo Americano. Já no ano de 1534 os Espanhóis criaram a colônia de Buenos Aires, com o intuito de controlar a Bacia do Rio da Prata e garantir o escoamento de metais preciosos das minas espanholas andinas, consagrando esta colônia como barreira à expansão portuguesa (TORRES, 2000) e, em 1537, os espanhóis fundaram Assunção (GUTIERREZ, 2001), com o mesmo propósito.

¹ Clero Secular era o nome dado para sacerdotes que não faziam parte de ordens monásticas e que desempenham o papel religioso voltado para o público. Atualmente é chamado de “Clero diocesano”.

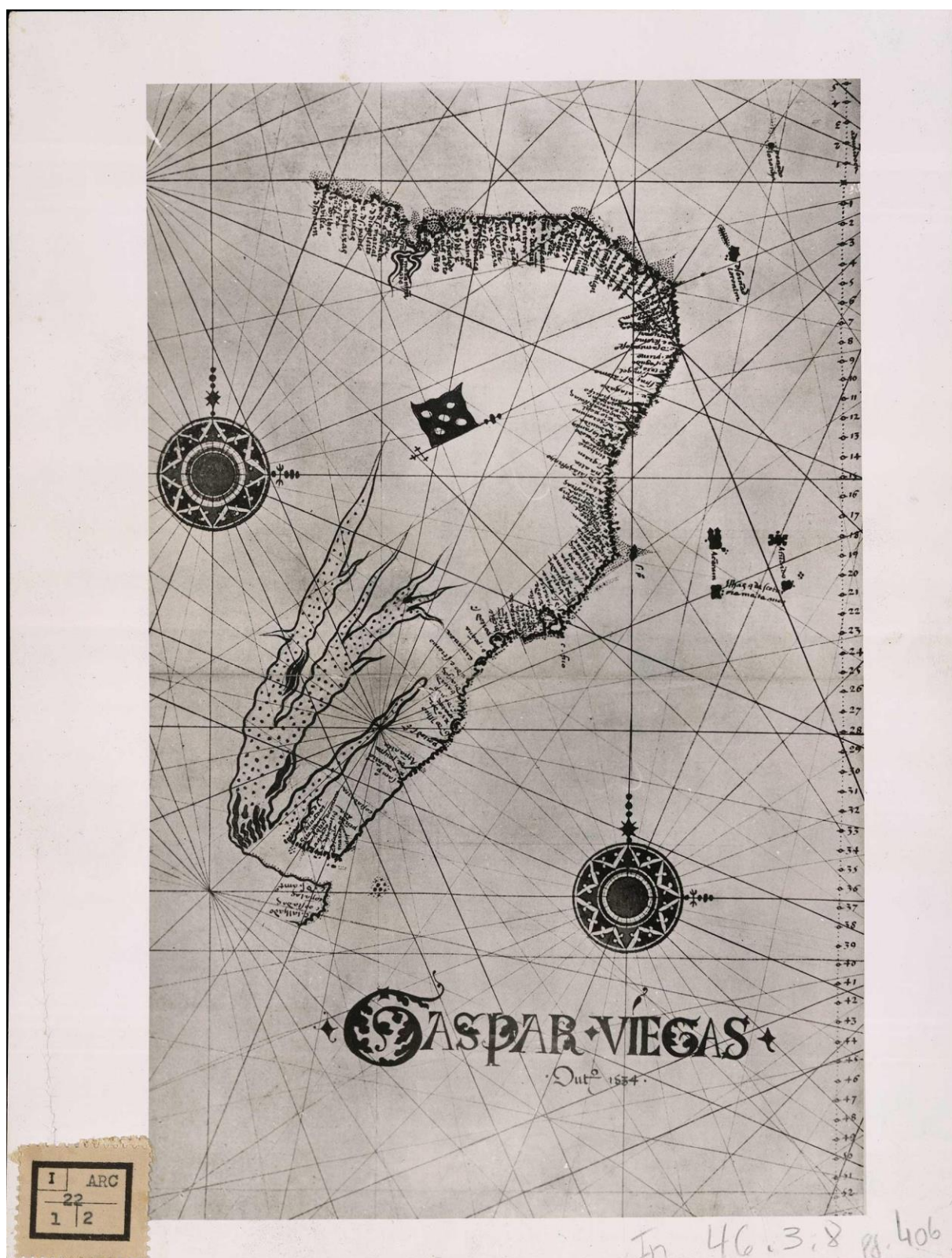


Figura 1 - Mapa de 1535 feito por Gaspar Viegas mostrando o litoral e a Bacia Platina. Fonte: Biblioteca Nacional (Brasil)

No período que vai de 1580 até 1640, a colonização portuguesa em “território espanhol” (entendido como da Espanha pelos tratados entre estas duas coroas europeias) é facilitada pela unificação dos dois reinos. Apesar da unificação, o confronto continua sendo uma característica da ocupação do Rio Grande do Sul. De 1626 até 1636 houve a primeira ocupação dos padres Jesuítas, que criaram as primeiras reduções da região. Entre as inovações trazidas pelos Jesuítas estava a criação de Gado. Mais tarde estas reduções jesuíticas da região foram abandonadas, devido ao confronto com os Bandeirantes (MENTZ RIBEIRO; CALIPPO, 2000).

A mesma união entre dois reinos sob a mesma coroa, que facilitou a colonização interna, também foi responsável, indiretamente, pelas bandeiras: com a união entre Portugal e Espanha, Holanda, tradicional aliada de Portugal e inimiga da Espanha, se outorga o direito de ocupar as antigas colônias portuguesas na África (PRADO JUNIOR, 1998). Isto, por sua vez, resulta na falta de mão de obra escravizada africana para os engenhos de açúcar no Brasil, e motiva os bandeirantes paulistas a buscar mão de obra escravizada indígena sob encomenda, confrontando guaranis e jesuítas, processo que só irá terminar com a separação dos dois reinos novamente em 1640 (GUTIERREZ, 2001).

Com a divisão das duas coroas, Portugal retoma sua independência sem o prestígio e a hegemonia marítima de antes, além disso, controlando apenas uma colônia significativa: o Brasil. Isto, por sua vez, demanda um maior controle das fronteiras desse território pelo Rei de Portugal (PRADO JUNIOR, 1998). Conforme Caio Prado Junior (idem), a colonização do Brasil, nos anos anteriores, era indesejável para a população portuguesa. Inclusive, a mão de obra escravizada foi utilizada, em um primeiro momento, como solução para a necessidade que Portugal possuía de colonizar o Brasil, frente à ameaça Francesa de tomar estas terras. Para manter o território, a estratégia adotada por Portugal era ocupar sua colônia transformando-a em um celeiro de produção de especiarias, como o açúcar.

A hipótese de Caio Prado Junior (1998), para o que ele chamou de ressurreição de um modo de produção da antiguidade, na tentativa de explicar o escravismo desse período, envolve especulações sobre o menor número de populações indígenas em terras Brasileiras do que no território espanhol. Ademais, apoia-se no argumento de um menor adensamento populacional em Portugal do que na Inglaterra, que fossem

suficientes para a colonização de povoamento ao invés de exploração, ou mão de obra explorada nativa da região em vez de escravizada importada.

O próprio pesquisador (idem) menciona que o escravismo ainda era utilizado por Portugal na África do século XV, portanto, antes da chegada ao Brasil, sob a justificativa de guerra santa contra os Mouros. No litoral africano atlântico e parte do mediterrâneo, estava em desenvolvimento uma rede de fortes ao longo da costa, que visavam formar entrepostos para chegar até a Índia, e onde o escravismo, enquanto relação de produção, já estava sendo utilizado.

De fato, a “descoberta” do Brasil fez parte de uma progressão imperial portuguesa que estava voltada para a busca de especiarias e para o estabelecimento de monopólios comerciais, o que resultou na implantação de uma rede de fluxos marítimos apoiada em portos e fortificações ao longo da rota entre Lisboa e as Índias, processo que foi iniciado antes da tomada de Constantinopla pelos turcos-otomanos em 1453 (VASCONCELOS, 2016, p.36).

O comércio de humanos escravizados passou a ser utilizado em 1444, iniciando com escravizados oriundos da região onde é a atual Mauritânia (idem), e 66 anos antes da chegada ao Brasil, portanto, a hipótese levantada por Caio Prado Junior (1998), de ressuscitar um sistema da antiguidade com a finalidade de povoar o Brasil, não se sustenta com os dados históricos que temos atualmente.

A hipótese de pouco adensamento populacional indígena também não procede, pois, indígenas foram utilizados como mão de obra escravizada, especialmente no início, e continuaram existindo e fazendo parte da história brasileira. Então, como se explica a importação de mão de obra escravizada para o Brasil, sendo este um processo dispendioso?

É provável que a imposição da compra de escravizados oriundos da África, e a proibição da escravização de indígenas no território, esteja diretamente relacionada à ambição da coroa portuguesa em controlar a compra e venda de uma mercadoria, o escravizado e, por outro lado, do clero regular em adquirir e aumentar o seu rebanho através dos indígenas. Isso era feito através do controle do mercado de escravizados, com importação delimitada em portos específicos, onde a coroa poderia fiscalizar e cobrar o quinto, e através das missões católicas de evangelização indígena em território brasileiro que conquistava as mentes, dificultando a escravização de indígenas de ser feita por colonizadores portugueses. Assim, a aristocracia e o clero

O período que vai de 1640 a 1770, caracteriza-se por uma série de medidas tomadas pela coroa portuguesa para controlar o mercado e a produção na colônia brasileira. Estas medidas visavam substituir algo parecido com um “liberalismo do tipo puro”, que estava estabelecido na produção, comércio e política da colônia, pela interferência estatal da capital (PRADO JUNIOR, 1998). Esta interferência tinha como objetivo fortalecer novamente Portugal, centro do reino, através do comércio desfavorável com sua própria colônia, uma vez que, no comércio com o oriente, Portugal perdia o seu posto para outras potências, nomeadamente, Inglaterra, Holanda e França (idem). Seria, portanto, necessário transformar a colônia no celeiro produtor destas especiarias (ibidem) e obter o controle do comércio, inclusive de escravizados, papel reforçado pela criação do conselho ultramarino, em 1642 (VASCONCELOS, 2016). Pela primeira vez a colonização por exploração é intensificada no Brasil:

Os portugueses deram origem a uma nova forma de organização social e territorial: uma colônia voltada para produzir e exportar mercadorias de interesse dos mercados europeus, como o açúcar. Essa orientação foi agravada pela concentração da propriedade fundiária e, sobretudo, pela utilização sistemática, em todo o território, do trabalho escravo (VASCONCELOS, 2016, p.47).

Em 1680, foi fundada a Colônia de Sacramento (GUTIERREZ, 2001), na tentativa de barrar o avanço espanhol em território que Portugal julgava ser seu pelo Tratado de Tordesilhas. Neste período, o gado já estava inserido na região, através da primeira ocupação jesuíta. O gado, criado em um território propício, já campeava solto e em abundantes rebanhos, despertando o interesse econômico das duas coroas, além de vaqueiros-mercenários que deram origem aos gaúchos (idem).

Há uma narrativa de que esse gado vivia sem donos de forma selvagem. No entanto, o gado pertencia aos indígenas que aqui viviam e o próprio “Caminho do Mar”, que ligava o Centro-Oeste do Brasil até a colônia de Sacramento pelo litoral, deu início a um constante fluxo de contrabando de gado saqueado que aqui existia (GUTIERREZ, 2001). Mais tarde foi construída a “Estrada Real”, depois denominada “Estrada das Tropas”, aberta em 1734 por Cristóvão Pereira de Abreu, o mesmo criador da colônia de Sacramento (THOMÉ, 2012). Essa estrada passa por Pelotas atravessando o Canal São Gonsalo nas proximidades do Passo dos Negros, foi aberta com a intenção de facilitar a busca por indígenas para serem escravizados no processo de mineração em Minas Gerais, como também para saquear o gado que

estes indígenas criavam (idem). A Estrada das Tropas substitui a antiga “Estrada dos Conventos” e também o “Caminho da Praia”, adentrando o interior da província, ligando São Paulo a Viamão, Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula (Pelotas) (ibidem).

A fundação do forte Jesus-Maria-José, no ano de 1737, pelo brigadeiro José da Silva Pais (GUTIERREZ, 2001), marca um terceiro contexto de conflito na região pelo domínio do território. Conflito tanto com a Espanha como com a população indígena dos Tapes, que viviam na região. Esta foi a primeira ocupação fixa do território gaúcho, feita por Portugal, as ocupações portuguesas mais próximas eram Laguna ao norte e Colônia de Sacramento ao sul. A construção do forte tinha o propósito tanto de impedir o avanço Jesuíta (Confraria Católica de bandeira espanhola) nas regiões Sul como, também, dar suporte e resgatar a colônia de Sacramento, sitiada pela Espanha há dois anos (TORRES, 2000). Segundo Torres (idem), imediatamente após a criação do forte, a estratégia adotada para garantir a ocupação da região frente a ameaça espanhola foi a distribuição de sesmarias, assim como a catequização e escravização dos indígenas da região, quando não sua expulsão e dizimação.

A primeira ocupação se dividiu em duas: os núcleos populacionais do Porto e do Estreito. Esses núcleos populacionais, mais tarde, dariam origem às cidades de Rio Grande e São José do Norte, respectivamente (GUTIERREZ, 2001). Os portos, além da atividade militar, também serviam ao comércio e a fiscalização, sendo o couro e o gado vivo que ia pela estrada das tropas, os principais produtos da região naquele momento. Os edifícios do período, por sua vez, eram construídos em pau-a-pique e barro com cobertura de palha, utilizando couro para portas e janelas (ARRIADA, 1994; GUTIERREZ, 2001), bem diferente das construções arquitetônicas que predominam do período seguinte.

Como já foi mencionado, com a separação das duas coroas e, mais tarde, o tratado de Madrid, e em decorrência do empobrecimento de Portugal, uma nova forma de colonização é realizada: a colonização de povoamento visando garantir o território a Portugal (PRADO JUNIOR, 1998). Apesar dessa colonização, em característica semelhante ao processo de colonização de povoamento no norte da América, os militares que já estavam estabelecidos, principalmente no Sul do Brasil no que era então Província de São Pedro, já tinham recebido grandes porções de terras por

desempenho militar, chamadas estâncias, e esses meios de produção eram voltados para a exploração do território, de forma análoga ao que acontecia com os latifúndios no resto do Brasil.

Portanto, em terras onde o gado deslocava-se em rebanhos, e em um processo que desconsiderava a posse indígena e legitimava o domínio do gado àquele de origem portuguesa onde se encontrava a terra cedida pela coroa, os estancieiros, que já haviam acumulado para si vastas propriedades, estavam em situação muito avantajada com relação aos novos colonos açorianos (ARRIADA, 1994). Os estancieiros militares desenvolvem um modo de produção, através dos latifúndios, de exploração do gado solto para obtenção de couro. Mais tarde esse processo estará diretamente relacionado com o ciclo do charque, contudo, em um primeiro momento, o couro é a mercadoria de exportação e o charque, em menor número, servindo principalmente para a própria subsistência:

Nas décadas de 30 e 40 do setecentos, iniciaram os processos de doação de terras e a instalação da comandância Militar do Rio Grande de São Pedro; surgiram as primeiras notícias sobre estabelecimentos de salga de carnes (GUTIERREZ, 2001, p.35).

A característica militar da região não assegurava aos soldados o domínio das estâncias, mas sim aos oficiais superiores. Estes, por sua vez, eram em geral pessoas ligadas à coroa, homens que vinham da Colônia de Sacramento ou do Rio de Janeiro, tropeiros que detinham títulos militares (GUTIERREZ, 2001). Os tropeiros eram homens ricos, que não recebiam soldo pela atividade militar, mas detinham títulos que lhes garantiam certos privilégios, entre estes, concessões de uso das terras (idem). Outra característica econômico-política é a cobrança de impostos sobre a produção e não sobre a propriedade, já que esta era abundante, o que forçava os produtores de couro a marcar o gado (ibidem).

De acordo com Arriada (1994), o gado era criado relativamente livre no período inicial da ocupação do Rio Grande do Sul, pois foram introduzidos pelos Jesuítas. Em 1640, os jesuítas abandonaram temporariamente a parte das missões localizadas no que é atualmente o Rio Grande do Sul, devido à pressão das bandeiras (idem). O gado introduzido pela Companhia de Jesus permaneceu na região sendo criado pelos indígenas, encontrando condições favoráveis no Pampa para a sua criação. Os conflitos pelo domínio do sul entre Portugal e Espanha, nos séculos XVII e XVIII, não visavam outra coisa que não a luta pelo monopólio do comércio do gado que aqui

existia em abundância, tanto cavalar, muar como bovino (ARRIADA, 1994; GUTIERREZ, 2001; THOMÉ, 2012). A doação de sesmarias vai de 1737 a 1760, momento em que o Rio Grande do Sul foi incorporado definitivamente ao domínio português (ARRIADA, 1994; GUTIERREZ, 2001).

No processo de catequização dos povos indígenas Guaranis, os jesuítas utilizavam a mão de obra indígena através da qual obtinham mercadorias que eram vendidas na Europa, e formavam uma espécie de “Estado dentro de outro Estado” (GUTIERREZ, 2001). O fortalecimento desta confraria estava atemorizando às instituições políticas estabelecidas, além de outras confrarias.

Em 1750, é assinado o tratado de Madri, que faz uma nova divisão entre as terras do Sul. Esta divisão deixa a colônia do Sacramento, fundada em 1680 por portugueses, no território atualmente uruguaio, para a Espanha, e parte das missões jesuíticas passam ao domínio da coroa portuguesa. Este tratado amplia as áreas de concessão de sesmarias até o rio Jacuí, ou seja, em direção oeste (GUTIERREZ, 2001). Ao mesmo tempo, tem início as Guerras Guaraníticas, de 1754 a 1756, motivadas por este evento, na contraposição dos indígenas à decisão das coroas.

A mudança de direção nos planos das duas coroas ibéricas reflete uma transformação ideológica que estava em curso onde o absolutismo dava lugar ao despotismo esclarecido, e a figura do Estado passa a ser vista como algo diferente da monarquia e do poder religioso, embora se utilize destes poderes. No período que vai de 1750 a 1777, o Marquês de Pombal assume como secretário de Estado do Reino de Portugal, e sua administração demarca importantes transformações, que incluem uma maior participação da administração feita pelas companhias de comércio, inclusive casos inéditos, até então, de companhias administrarem territórios coloniais (VASCONCELOS, 2016).

A administração do Marquês de Pombal é caracterizada pelo combate aos Jesuítas no domínio português, o que foi feito através da secularização das aldeias em 1755 e a proibição da escravização indígena que, em tudo, foram equiparados aos colonos brancos (PRADO JUNIOR, 1998) - em termos legais e não necessariamente na prática. Esta secularização e independência indígena da tutela religiosa, por sua vez, não é aceita pelos jesuítas, o que culmina em sua expulsão de todos os domínios portugueses em 1759, restando apenas as ordens católicas mais dóceis ao governo. Isto, por sua vez, demonstra uma nova configuração das classes sociais onde a

aristocracia impõe seu poder sobre o clero e questiona a própria condição divina atribuída a monarquia.

Na segunda metade do século XVIII, os acontecimentos tomaram um novo ritmo e uma outra direção na Península Ibérica e na região platina. Entre outros feitos, Portugal e Espanha abandonaram o absolutismo, adotaram o despotismo esclarecido e expulsaram os jesuítas de todos os seus domínios. O banimento ocorreu primeiro em Portugal, no ano 1759, na Espanha, em 1767, e, um ano depois, em 1768, segundo parece, nas colônias americanas. Nesse período, começou a produção de carne salgada, com vistas à comercialização, e a consequente construção de estabelecimentos especiais para esse fim (GUTIERREZ, 2001, p.41).

O acordo entre as duas coroas e o confronto com jesuítas e guaranis e, em seguida, o novo confronto entre Espanha e Portugal, de 1763 a 1776, marcam as últimas disputas pelo Sul do período ora abordado. Estes últimos acontecimentos estão diretamente relacionados com a ocupação do núcleo charqueador de Pelotas, feita por estancieiros que buscavam uma área mais protegida para sua atividade comercial. Os treze anos de permanência espanhola terminam com o tratado de Santo Ildefonso (GUTIERREZ, 2001), de onde advém uma maior estabilidade da região.

Se por um lado o fator militar está na origem da ocupação do Rio Grande do Sul, por outro, a consolidação econômica do estado no século XVIII e XIX tem como um dos principais elementos formativos os ciclos da pecuária, em larga escala motivados pelo deslocamento do centro econômico brasileiro do Nordeste para o Sul, com a descoberta de ouro na região de Minas, e assim: “Através do comércio de gado, couro e charque, a região passa a integrar-se à economia nacional.” (ARRIADA, 1994, p.9). Em um primeiro momento, a principal mercadoria de exportação produzida nesta região era o couro, a carne seca (charque) sendo produzida apenas para consumo (GUTIERREZ, 2001). Com o tempo, o charque vai dominando o mercado e transformando-se no principal produto para a exportação da província.

Sobre o processo de formação dos latifúndios, também é dito por diferentes pesquisadores que, em seus primórdios, a ocupação do Rio Grande do Sul tem uma territorialização temporária, realizada por tropeiros nômades e militares (ARRIADA, 1994; PRADO JUNIOR, 1998; GUTIERREZ, 2001). Porém, com a ambição dos militares de alta patente e o interesse do governo devido às riquezas obtidas com o gado, o domínio passa a ser cada vez mais fixo, dando origem às instâncias reconhecidas pelas cartas de sesmarias (idem). Estas cartas, por sua vez, eram concedidas para personalidades próximas do governo, que tivessem mais recursos,

ou para militares que se destacavam em lutas contra os espanhóis ou no roubo de gado. Os açorianos, que começaram a vir em grupos de casais, mais intensamente a partir de 1747, recebiam apenas pequenos lotes de terras e forneciam, através da agricultura, alimentação complementar necessária para os militares, mão de obra nas estâncias e formavam os primeiros núcleos populacionais (GUTIERREZ, 2001).

Disso tudo, podemos concluir que a formação da propriedade e a acumulação destas terras pela coroa portuguesa, desde o início da colonização gaúcha na então Província de Rio Grande de São Pedro do Sul, foi feita através da expropriação das terras indígenas pelas coroas ibéricas, roubo de rebanhos de gado de jesuítas e guaranis e a distribuição desigual e injusta na concessão do uso de terras entre militares de alta patente. Além disso, os estancieiros também contavam com a mão de obra escravizada de indígenas e africanos, e a exploração do trabalho de colonos açorianos pobres. Esse fato é importante, pois, a classe dominante de então, que na região eram os estancieiros (latifundiários), estavam ligados aos charqueadores, sendo o ciclo das charqueadas o processo produtivo imediatamente posterior ao regime da courama, como veremos. Ademais, estas terras cedidas pela coroa portuguesa aos estancieiros, muito assemelham-se às propriedades privadas, embora a propriedade privada da terra no Brasil, em termos legais propriamente dito, só tenha surgido em 1850 (MOURA, 2014).

A colonização com características militares, por sua vez, não ocorre apenas no lado português, algo semelhante ocorria nos domínios espanhóis (GUTIERREZ, 2001). As terras do Sul eram disputadas pelas duas potências colonizadoras, que construía fortalezas e acampamentos militares para dominar a área. Tal disputa, que arrastava à morte e escravização incontável número de pessoas, estava condicionada ao domínio de um animal do qual se extraíam mercadorias, relacionado ao ciclo de extração de minérios através do qual, acreditava-se, um reino tornar-se-ia rico e poderia comercializar e comprar mais e impor sua hegemonia aos subalternizados. Esta é uma evidente demonstração do fenômeno de inversão de valores, entre coisas e seres humanos, que caracteriza a alienação, fetichismo e coisificação.

A virada do século XVIII, período chamado de “Apogeu da colônia” (PRADO JUNIOR, 1998), que vai de 1770 até 1808, é marcada por um novo crescimento econômico de Portugal e suas colônias, período de acumulação primitiva do capital (MARX, 1985), e em que o comércio marítimo português, em partes por sua posição

privilegiada, volta a exercer um considerável domínio. Esse domínio, que há muito Portugal perdera, foi garantido por uma posição privilegiada, não só geograficamente, mas devido a neutralidade política adotada pelo reino na maior parte dos conflitos desta época, ainda que essa neutralidade seja dúbia, pois seu maior aliado é a coroa Britânica (PRADO JUNIOR, 1998).

Ao mesmo tempo, graças às novas invenções de teares mecânicos, cada um mais revolucionário em comparação com o modelo anterior, a produção de tecidos de algodão na Inglaterra tem um acréscimo em proporções jamais vistas, tornando popular (no sentido de preço acessível e na moda) este tecido que, até então, era utilizado apenas por escravizados e indígenas. Nesta época de final do século XVIII, o Brasil passa a produzir algodão como produto de exportação e, também, a produção de cana de açúcar passa por um reavivamento (PRADO JUNIOR, 1998). Toda esta produção voltada para a exportação, por sua vez, demandava mais mão de obra escravizada.

Enquanto muitos países e colônias estavam transformando seus meios de produção de acordo com novas perspectivas de mercado e possibilidades tecnológicas, graças à revolução industrial em curso, o Brasil continuou sendo um produtor de bens primários, mantendo no final do século XVIII praticamente o mesmo modo de produção e relações de produção que já existiam no início do século. Caio Prado Júnior (1998) atribui este “atraso”, por um lado, à manutenção do sistema de escravidão, por outro lado, ao próprio sistema de exploração colonial português, pois mesmo outras colônias tropicais que também empregavam mão de obra escravizada, como o Sul dos Estados Unidos, estavam na frente do Brasil em utilização de tecnologias. De acordo com o historiador (idem), o sistema administrativo e político empregado pela coroa portuguesa para o Brasil era o de isolamento total da colônia.

No Sul, a principal novidade foi o crescimento em número das charqueadas e olarias, demonstrando a transformação para um novo ciclo econômico de produção que recebia influência do território vizinho:

Em 1776, enquanto a colônia inglesa, da América do Norte, declarava a sua independência, o império colonial espanhol criava o vice-reinado do Rio da Prata, com sede em Buenos Aires. Era o século das Luzes mostrando uma de suas facetas na América meridional. Em 1778, os portos de Montevideu e Buenos Aires estavam habilitados para o comércio exterior, e uma quantidade de produtos ficou liberado do pagamento de direitos de entrada, nos portos da Península. A exportação de couros bovinos cresceu consideravelmente, além da ampliação da demanda exterior de diversos outros produtos

ganadeiros, como graxas, sebo, lãs, guampas, peles e charque (GUTIERREZ, 2001, p.48).

Arriada transcreve em seu livro (1994, p.20-21) documentos do período de final do século XVIII e início do XIX, que relatam a grande desigualdade entre proprietários latifundiários e famílias pobres sem terras, que vagavam de lugar a outro, sem ter onde se estabelecer. Tal desigualdade foi consolidada no período anterior, por um lado devido aos imensos latifúndios já distribuídos através das sesmarias, por outro lado, pela vinda de novos colonizadores açorianos. A população que não conseguia obter terras acabava servindo de mão de obra barata, em alguns casos concorrendo com os negros e indígenas escravizados e, em outros, desempenhando diferentes funções no processo de produção e servidão aos latifundiários:

Nas estâncias havia toda uma estrutura econômica-social de trabalho. Tínhamos o estancieiro, o capataz e os peões. Essa estrutura gerava uma ação complementar, a os posteiros, a dos negros escravos, estes geralmente ligados à lavoura de subsistência ou pequenos trabalhos domésticos (ARRIADA, 1994, p.35).

Em um primeiro momento, quando os estancieiros começaram a enriquecer através da mão de obra de peões livres ou escravizados, o principal meio de produção eram as estâncias, que vendiam o couro extraído do gado, e estes eram caçados por vaqueiros. As estâncias, por viverem isoladas, possuíam um mundo próprio (ARRIADA, 1994). Além do trabalho com o gado, feito principalmente pelos peões, existia a produção de lavouras para a subsistência, principal lugar onde trabalhavam os negros e indígenas escravizados, atividade produtiva que representa uma necessidade devido à distância dos centros urbanos (idem).

Esta situação mudou com a criação das charqueadas, onde um sistema industrial na produção de carne para o mercado demandou maior número de mão de obra escravizada, além da especialização da produção. Contudo, mesmo que ainda não tivesse constituído um núcleo populacional, é no período de 1777-1781 que efetivamente ocorreu a ocupação de Pelotas:

Aos poucos ia o povoamento aumentando, em pares pela vinda de várias famílias da Colônia de Sacramento, mas também pela paz oriunda do Tratado de Santo Ildefonso [...] Era um rancho que se construía às margens do Santa Bárbara, outro que se erguia mais adiante, outros tantos situados às margens do Pelotas ou nos vargedos do São Gonçalo (ARRIADA, 1994, p.39).

Pelotas só será efetivamente estabelecida com o surgimento da indústria saladeril na região, voltada para o mercado consumidor interno da colônia. Depois,

uma “violenta acumulação de capitais” (ARRIADA, 1994, p.47) proporcionou a rápida urbanização e um maior número de pessoas foram trazidas da África sob a forma de mercadoria. Estas “mercadorias”, por sua vez, eram utilizadas na mão de obra como principal força produtiva. Como síntese deste processo, surgiu a sociedade Pelotense, escravagista e dominada pela elite do charque. A província de São Pedro enriquece às custas do saque de rebanhos vizinhos do território platino e, com o enorme furto somado à proximidade do mar que facilitava o comércio, o número de charqueadas cresce drasticamente nas primeiras décadas do século XIX (ARRIADA, 1994; PRADO JUNIOR, 1998).

A anexação do Uruguai, que ocorreu mais tarde, na metade inicial do século XIX, como província cisplatina, foi outro fator que permitiu um livre comércio entre estancieiros e charqueadores dessa região. Arriada (1998) relata que, quanto ao “livre comércio”, a alta burguesia da região já se encontrava embebida de ideais liberais, manifestando-se contrária ao controle do governo no mercado. Isto, por sua vez, demonstra-nos que, apesar de os portos marítimos brasileiros estarem fechados para as outras nações, os ideais liberais já começavam a circular livremente, tendo entrado aqui provavelmente através do contato estabelecido em decorrência do comércio, seja por contrabando com a Inglaterra ou com o Vice-reino da Prata.

Se havia um contrabando com a região vizinha platina e, por outro lado, se esta tinha contato com a Europa, assim como o Brasil mantinha intenso comércio, mesmo que clandestino, com a Inglaterra (PRADO JUNIOR, 1998), é plausível que destes contatos não só mercadorias tenham sido trocadas, mas também ideias. Que as classes exploradoras tivessem um acesso privilegiado desta troca de ideias com mercadores internacionais, também é provável e explicaria o que foi dito por Arriada (1998).

Uma outra explicação poderia ser que a acumulação de capital tivesse despertado um conjunto de interesses comuns aos donos de meios de produção (ainda que em teoria fossem meios concedidos pela monarquia e não exatamente privados), através dos quais surge a noção de que o governo não teria direito ou necessidade de interferir no mercado. O fato é que esta concepção liberal demanda uma nova ontologia sobre as concepções anteriores, e o mero acaso ou coincidência não são suficientes para explicar esta mudança nas mentalidades.

A mais notável consequência deste período para a história mundial, marcado pelas duas revoluções gêmeas, a revolução industrial Inglesa e a revolução política francesa, foi o estabelecimento de um domínio global por alguns países ocidentais, e isto não teve nenhum paralelo na história (HOBBSAWM, 2016 a). Nesse momento histórico, todos os países e impérios do mundo estavam subordinados, ou em processo de subordinação (com a exceção da China e alguns outros lugares que só seriam subordinados mais tarde), direta ou indiretamente, ao ocidente, especialmente à Grã-Bretanha e à França.

É importante considerar que embora a Revolução Francesa só tenha ocorrido em 1789, uma revolução industrial, a de 1750, já estava em curso na Grã-Bretanha, e as ideias iluministas já estavam se espalhando entre a burguesia de diferentes países (idem). Entre estes novos métodos, ideologicamente estabelecidos, estava a divisão do trabalho em funções especializadas e uma maior legitimação política da propriedade privada dos meios de produção.

A primeira Charqueada de Pelotas, por sua vez, foi construída em 1780 por José Pinto Martins, à margem direita do arroio Pelotas (ARRIADA, 1994). Este charqueador veio do Ceará em virtude de sucessivas secas que estavam ocorrendo há alguns anos na região (idem). A descrição apresentada por Arriada (1994, p. 57) retratam 34 pessoas escravizadas trabalhando em diferentes funções especializadas entre carneadores, campeiros, salgadores, sebeiros, graxeiros e mais alguns de “ofícios especiais” que cobriam funções que ia de alfaiates a hortelão. Todos eles pertencentes à mesma classe social que era responsável, direta ou indiretamente, pelo trabalho na produção de mercadorias.

A proximidade com as águas é um dos fatores que determinaram o estabelecimento de José Pinto Martins, permitindo tanto a limpeza necessária no abate dos animais, como a facilidade para escoar a produção. A produção escoava pelo Arroio Pelotas até o São Gonçalo, do São Gonçalo à Lagoa dos Patos e, por fim, de lá ao Porto de Rio Grande e assim para o Oceano, que era então o principal meio para levar a mercadoria ao destino da exportação:

É importante salientar que a grande vantagem das charqueadas pelotenses, é a facilidade de exportar a sua produção. Em relação a esse aspecto, vários historiadores concluem que essa foi a razão fundamental para a prosperidade das charqueadas de Pelotas em relação às outras do Estado (ARRIADA, 1994, p.83).

Antes do transporte através de trem, o transporte através da água era o mais rápido meio de locomoção e o mais barato: “Estar perto de um Porto era estar perto do Mundo” (HOBSEAWM, 2016 a, p.31), e mesmo depois, continua sendo por muito tempo o mais importante, já que através do Mar seria possível acessar o mundo, refletindo as demandas do mercado cada vez mais mundializado. Isso foi importante para a formação de Pelotas à margem de duas grandes lagoas e com acesso ao Mar, sendo que ambas as lagoas também permitem acesso ao próprio interior da província.

Hobsbawm (2016 a) chega a dizer que nesse período, de final do século XVIII e início do XIX, Hamburgo estava mais próximo da Bahia do que do interior da Pomerânia. Em geral, cidades em continentes distantes eram mais próximas devido ao Mar do que cidades e o interior de seus territórios, pois o transporte marítimo era o mais rápido e acessível. Ao lado do surgimento de meios de transporte mais rápidos, visando o comércio, as cidades começavam a crescer e fenômenos estreitamente alinhados ao modo de vida burguês começam a surgir, contudo, a sociedade em geral ainda era predominantemente rural, esta era a característica do Mundo:

A cidade provinciana do fim do século XVIII podia ser uma próspera comunidade em expansão, com sua paisagem dominada por construções de pedra em modesto estilo clássico ou rococó ainda hoje testemunham em parte da Europa ocidental. Mas essa prosperidade vinha do campo (HOBSEAWM, 2016 a, p.36).

A maioria das cidades do Rio Grande do Sul têm origem motivada por causas militares, através de ocupações, acampamentos ou fortificações. Pelotas, no entanto, destaca-se por ser uma das poucas cuja origem e crescimento populacional são decorrentes da economia (ARRIADA, 1994), ou melhor dizendo, da exploração do excedente através de atividade econômica voltada para o mercado. O eixo econômico do Brasil, quando do nascimento de Pelotas, já havia deslocado do Norte açucareiro para o Sul, em decorrência da exploração das minas de ouro e diamante. Tanto isto é verdade que, em 1763, a capital da colônia passou de Salvador para o Rio de Janeiro, na tentativa de criar um poder centralizado mais próximo do setor econômico dominante, as minas de ouro e diamante das Minas Gerais, que se tornou o principal centro urbano da colônia (PRADO JUNIOR, 1998).

Foi graças ao deslocamento econômico da produção na colônia para o Centro-sul, que o processo de colonização do sul do Brasil teve sua integração com o resto e, consequentemente, intensificação do processo de exploração (idem). Isto ocorre

porque, uma vez que o solo de Minas Gerais em sua maior parte é pobre e acidentado, os mineradores precisavam ser abastecidos com gêneros alimentícios vindos de outros lugares. Porém, as rotas com o Norte e Nordeste estavam fechadas, devido a estratégia da coroa em deter maior controle da produção de minérios, abrindo espaço para a produção agrícola e pecuária do Centro-sul e Sul do Brasil.

Os principais produtos de exploração no Rio Grande do Sul, desde o início, foram produtos derivados da pecuária, isto não impediu a tentativa de implantar a produção de outras mercadorias. Mesmo dentro do território que atualmente faz parte de Pelotas, houve uma indústria exploradora de bens primários, porém, de caráter estatal, que teve um período de experimentação: a indústria do cânhamo. Por volta de 1783 a 1787 foi instalada na região a companhia “Real Feitoria do Linho Cânhamo”, que cultivou esta planta (*Cannabis Ruderalis*), muito útil na produção de cordas e tecidos para velas de navio, na ilha de Canguçu, atualmente conhecida como Ilha da Feitoria (GUTIERREZ, 2001). Através desta indústria estatal, o vice-rei Luís de Vasconcelos, pretendia adquirir materiais necessários para fabricação de cordas e velas da Armada Portuguesa (idem). Porém, o empreendimento foi frustrado em Pelotas e migrou, dentro de alguns anos, um pouco mais ao norte da província, onde obteve maior safra. Mesmo assim, esta indústria foi abandonada algum tempo depois (ibidem).

O período inicial do surgimento de Pelotas, que vai de 1770 a 1808, foi marcado pela exploração do Brasil por Portugal através do comércio com a colônia. O centro colonizador adotava a estratégia de impedir o desenvolvimento econômico do Brasil, proibindo indústrias que poderiam fazer concorrência ao comércio português com a colônia. Isto porque Portugal era o próprio centro distributivo de todo o reino, e tanto as mercadorias brasileiras precisavam passar por Portugal para chegar em outros mercados, como produtos de outros mercados, para chegar na colônia, precisavam passar por Portugal. Se a colônia desenvolvesse alguma indústria ou mantivesse o comércio direto com outro Estado, este monopólio mercantil e controle da coroa seria quebrado, impedindo um fluxo constante de riquezas (PRADO JUNIOR, 1998).

As indústrias estavam em desenvolvimento no Brasil, como a indústria do sal, da manufatura têxtil e da metalurgia, entre outras, mas foram banidas ou restringidas em sua produção (idem). Outras políticas, aliadas a isto, procuravam manter o Brasil em total isolamento com o resto do mundo, mantendo os portos fechados às outras

nações (ibidem). A única exceção para esta regra era a Inglaterra, aliada de Portugal que, na verdade, desrespeita a lei de forma pública, sem nenhuma formalidade e sem nenhuma retaliação ou cobrança por parte de Portugal (ibid.).

As características dessa dominação colonial, no entanto, não impediram o desenvolvimento das charqueadas, pois estas não foram vistas como um mercado concorrente a Portugal, e serviam para o abastecimento da própria colônia, especialmente no litoral (ibid.). Porém, em realidade, as charqueadas passam por um salto quantitativo apenas no início do século XIX, fato este que provavelmente está relacionado com uma transformação na política, economia e ideologia da colônia simbolicamente marcados por um evento: A vinda da família real portuguesa para o Brasil, fugindo de Napoleão e, conseqüentemente, a abertura dos portos ao comércio com o exterior no mesmo ano. Este evento proporcionou uma mudança tão radical que Caio Prado Junior (ibid.) considera um divisor de águas na história do país.

2 A AURORA DO CAPITALISMO (1808-1850)

O acúmulo de excedentes e industrialização das charqueadas, o adensamento populacional, a criação de um plano urbano e as edificações de casarões têm início alicerçado em um fato histórico com consequências ideológicas e econômicas: A vinda da coroa portuguesa para o Brasil em 1808, fugindo da invasão napoleônica. As tropas napoleônicas invadiram Portugal em retaliação por este reino ter quebrado o bloqueio econômico continental imposto por Napoleão à Inglaterra (PRADO JUNIOR, 1998). Portugal havia aderido ao bloqueio apenas formalmente e por medo da França, mas continuou o comércio com seu maior aliado, a Grã-Bretanha. A coroa portuguesa foge com uma comitiva de 10.000 pessoas e estabelece no Brasil uma corte europeia, no Rio de Janeiro, com toda a estrutura burocrático-administrativa. Como consequência deste transplante da corte, algumas mudanças foram imperativas para o estabelecimento em seu novo corpo.

A mudança economicamente mais significativa foi a abertura dos portos, assinada quando o rei estava ainda em escala da Bahia para o Rio de Janeiro, concedendo permissão às outras nações comprarem e venderem para o Brasil sem a necessidade de ter Portugal como intermediário (idem). Portugal, daí para frente, passou a ser insignificante para o comércio Brasileiro (ibidem). Outras mudanças importantes para a economia foram: a revogação da lei que proibia a manufatura local, melhoramento e construção de novas estradas e portos, introdução de novas espécies vegetais, aperfeiçoamento da mineração e novas levas de imigração de colonos europeus (ibid.).

Em lugares distantes do centro político do Brasil, como é o caso de Pelotas, as mudanças que ocorriam no sistema mundializado do capitalismo se fizeram perceber, refletindo na cultura material. As modificações estão explicitadas na região através do crescimento das charqueadas, edifícios públicos, logradouros e casarões, mas também através do crescente número de pessoas escravizadas. Desta forma, articula-se a alienação, o fetiche e a coisificação na formação do espaço urbano.

A abertura dos portos para o comércio elevou o contato brasileiro com a Inglaterra e, logo em seguida, com a França e outros países da Europa. Esse contato intensificou os novos modos de pensar e produzir oriundos da Europa que, daí para frente, não entravam mais de forma clandestina, mas, ao contrário, com aprovação e

apoio do próprio Estado monárquico, como ficou explicitado pela vinda da Missão Artística Francesa (TREVISAN, 2007).

A busca por uma produção mais racionalizada está entre as ideias importadas (HOBSBAWM, 2016 a), visando o excedente e não a subsistência, para que, através do mercado, este excedente fosse utilizado na aquisição de bens de prestígio. Esses bens de prestígio, por sua vez, eram muitas vezes representados pela arte neoclássica, que visava a produção de uma estética simétrica e aos moldes greco-romanos, mas também, associada a valores éticos atribuídos à Antiguidade, como a figura do herói ou do papel do imperador (SILVA, 2009). Isto era algo que, vinculado às políticas do Estado-nação, começou na França pela primeira vez, tendo se intensificado durante o governo napoleônico (idem). Essas mudanças também estavam ocorrendo na Europa, através do surgimento de um ordenamento nacionalista da sociedade:

A industrialização inicial levava à vida urbana, à expropriação camponesa e à criação de proprietários industriais e proletários [...] Antes disso, não havia nação, senão súditos de um rei. O nacionalismo virá a criar uma unidade de cultura, território e origens biológicas onde antes nada havia. Os franceses deixarão de ser apenas os súditos do rei de França, sem nada compartilhar senão essa condição estabelecida por direito divino, para terem que compartilhar um território delimitado (o hexágono), uma origem comum (os gauleses) e uma língua (o francês, que antes era falado só por uns poucos ao norte do reino). Além disso, nos países que iniciaram essa revolução nacionalista, o imperialismo, como busca pelo domínio do outro, foi a consequência imediata, como atesta Napoleão, herdeiro da revolução francesa de 1789 e conquistador de meio mundo, autodenominado libertador dos povos ainda subjugados pelo feudalismo (FUNARI, TEGA, 2014, p.18).

Há uma discussão se a vinda ao Brasil destes estrangeiros da “Missão Artística Francesa”, em 1816, remanescentes do fim do império napoleônico, é feita a convite da coroa portuguesa ou por iniciativa própria destes artistas (SILVA, 2009), sendo mais um exílio, devido à queda do império napoleônico, do que uma missão propriamente dita (TREVISAN, 2007). Seja como for, esse evento foi aclamado pelo governo como forma de civilizar o território e criar a “Escola de Artes, Ciências e Ofícios do Rio de Janeiro” (PICCOLI, 2007).

O projeto de escola, mais tarde, dá lugar à “Academia de Belas Artes”, em 1820, e à “Academia Imperial de Belas Artes”, em 1824. Embora em termos institucionais Pelotas só construirá a sua própria academia de Belas Artes um século mais tarde, as mudanças arquitetônicas estilísticas que foram observadas de então, fazem parte do objetivo de trazer a opulência e a civilização para o território brasileiro, sob a

justificativa de que isto também impulsionaria o comércio e a riqueza (TREVISAN, 2007), e estas mudanças foram paulatinamente conquistando a hegemonia na cidade.

Entre os artistas da equipe chefiada por Joachim Lebreton, estava Jean-Baptista Debret.

D. João VI considerava Debret o pintor apto a retratar o “progresso brasileiro”, e o pintor mesclava seus interesses, de firmar-se como um artista de renome no território brasileiro, enquanto os objetivos do imperador partiam em conhecer o próprio território, até então obscuro, não por falta de viajantes, mas de conter um caráter oficial do império. D. João tenta estabilizar por meio sua imagem, retratada por Debret, sua supremacia como monarca dentro dos projetos de desenvolvimento da nação (SILVA, 2009, 1254).

O mencionado artista e pensador iluminista Debret, que inclusive foi jacobino e assistiu à decapitação de Luís XVI (TREVISAN, 2007), acompanhou D. Pedro I em viagens pelo interior do Brasil, e retratou em algumas de suas obras aspectos daquela sociedade (DEBRET, 1835). Possivelmente esteve em Pelotas no período, embora isso seja discutível, pois não há relatos sobre sua estadia na região e o mencionado artista teve alguns de seus trabalhos feitos através de relatos e desenhos de viajantes.

As obras de Debret sobre a cidade refletem um mundo cambiante entre o rural e o urbano, onde as charqueadas aparecem como um sistema ordenado em meio a paisagem rural, e onde o escravismo se faz presente, na perspectiva de retratar toda a sociedade em um conjunto ordenado e de forma enciclopédica, refletindo o ideal iluminista. A figura (FIGURA 3) a seguir é uma destas imagens, onde um senhor é carregado em uma pelota, sendo puxado por um escravizado. Pelota é o nome do barco de couro, cujo significado provém da palavra espanhola para bola, e que acabou nomeando a região.



Figura 3 - Barco de couro de boi (Pelota). Fonte: DEBRET, 1835.

A presença da corte no Brasil também abriu a possibilidade aos senhores de terras e indústrias, espalhadas pelo território nacional, adquirirem títulos aristocráticos

de status superior, como os de barão e visconde. Para esta finalidade serviam a opulência e a riqueza, o refinamento e a etiqueta, comprovados diante da corte pelos bens materiais (MAGALHÃES, 2017).

Apresenta-se, assim, a transformação de uma ontologia que explicava a nobreza pelo sangue, em uma ontologia que a explica pelo acúmulo de riquezas. Portanto, não é de surpreender o acolhimento dos “missionários” franceses por parte da corte que antes fugiu de Napoleão: era uma tentativa de conciliar a antiga com a nova ordem imperante, para o antigo continuar sobrevivendo, equivalente ao conceito denominado por Gramsci de “Revolução Passiva” onde o elemento radical e jacobino não aparece (GRAMSCI, 1999).

Neste contexto, em âmbito local, a indústria saladeril através das charqueadas crescerá imbricada com as transformações sociais, políticas e econômicas mencionadas, dando origem a cidade de Pelotas. Neste período inicial, a região Sul do Brasil continua sendo delimitada pelo tratado de Santo Ildefonso como pode ser visto no mapa a seguir (FIGURA 4):



Figura 4 - NOVA CARTA DO BRAZIL E DA AMERICA PORTUGUEZA [MATERIAL CARTOGRÁFICO] (sic). Alphonse de Beauchamp, Pedro Cyriaco da Silva, Pedro José de Figueiredo, ano 1821. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Os principais núcleos de urbanização que começam a surgir nesse período em Pelotas durante o século XIX são apresentados nas marcações feitas a seguir na fotografia de satélite atual (FIGURA 5), pois tem a vantagem de mostrar uma comparação com a cidade como ela era e como ela cresceu e se transformou na atualidade. A localização do Passo dos Negros é aproximada e a localização das Charqueadas do Arroio Pelotas é apenas um indicativo da região onde se concentravam a maior parte das charqueadas, ou seja, adjacentes ao arroio Pelotas nas proximidades onde este desemboca no Canal São Gonçalo.

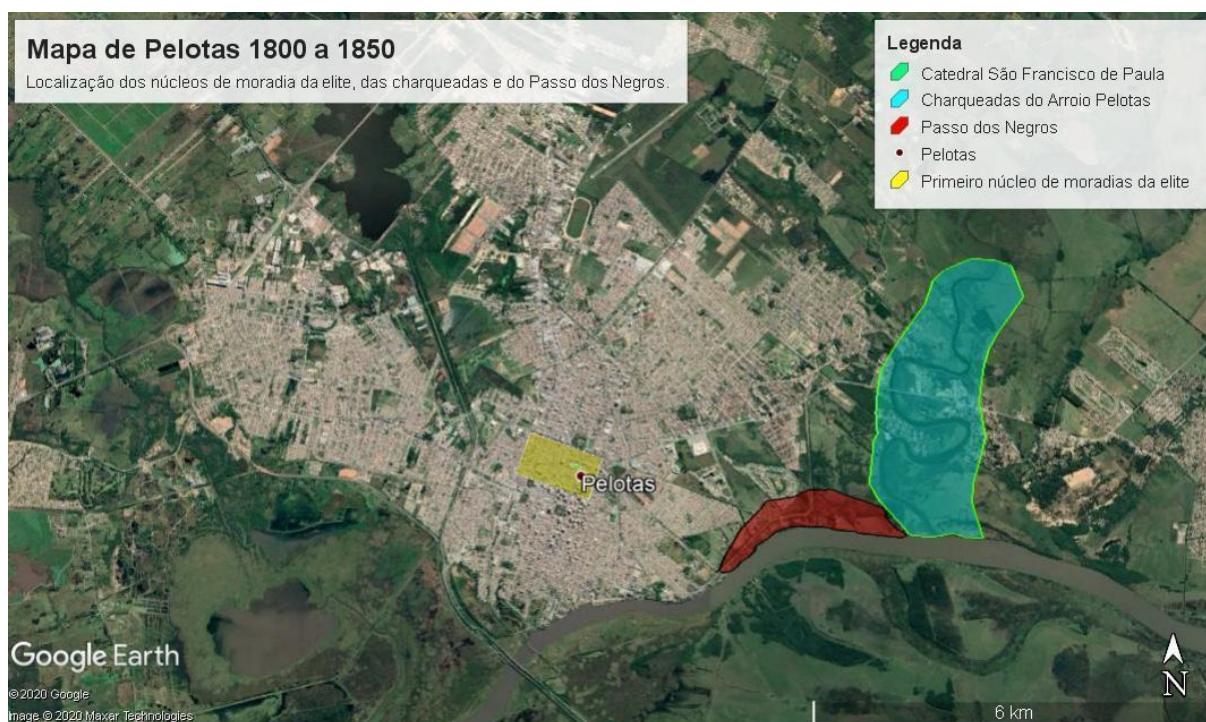


Figura 5 - Mapas de Pelotas identificando os principais núcleos na metade inicial do século XIX, utilizando o Google Earth. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2020.

2.1 AS CHARQUEADAS: INDÚSTRIA E ALIENAÇÃO

O estudo do momento histórico entre a chegada do colonizador e o início do século XIX, é indispensável para entender como iniciou a povoação de Pelotas. No entanto, é caracterizado pelo vazio dos campos entre as distantes estâncias, sem nenhum povoado, no máximo uma maior concentração de estâncias próximas aos arroios e ao São Gonçalo, nas regiões dos “passos” (ARRIADA, 1994). Estas características condicionam a produção para a subsistência com poucas exportações, sendo o couro o único produto de extração para o comércio e o trigo em alguns momentos (GUTIERREZ, 2001).

As charqueadas foram a matriz da cidade de Pelotas, impulsionando a criação das condições necessárias para o surgimento do meio Urbano (ARRIADA, 1994). Ao menos este é o discurso que confere protagonismo a este meio de produção, como se as charqueadas, por si só, possuíssem o poder de agir socialmente, organizar a produção e as relações sociais e estabelecer a moradia das pessoas, ou seja, é um discurso alienante que retira o papel humano do desenvolvimento histórico.

As primeiras charqueadas da região foram estabelecidas entre o Arroio Pelotas e o canal São Gonçalo e até o arroio Santa Bárbara posteriormente, e esses fazem contato com a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos. No meio destes corpos d'água também foi estabelecida a cidade, diretamente relacionada com o processo de produção do charque. A localização das charqueadas foi determinante para o enriquecimento dos charqueadores que estabeleceram este meio de produção na região, uma vez que, através do São Gonçalo, era possível o acesso ao interior e o Sul dos Pampas, que envolviam a Lagoa Mirim, e de onde se buscava o gado. Através deste mesmo canal, que liga as duas lagoas, era possível o acesso ao norte do estado, o Porto de Rio Grande e o Oceano, pela Lagoa dos Patos, para onde o charque e outros derivados do gado encontravam o mercado.

O gado usado nas charqueadas vinha de pastagens no campo, de todo o Pampa Gaúcho e Uruguio. As charqueadas eram, como em geral a indústria, o ponto final onde a matéria prima era trabalhada para a produção do charque e sua posterior distribuição no mercado consumidor, feita através da navegação:

A indústria do charque, as “charqueadas”, localizam-se num ponto ideal: entre os rios Pelotas e São Gonçalo, nas proximidades ao mesmo tempo dos grandes centros criatórios da “fronteira”, e do porto para o comércio exterior da capitania, o Rio Grande, que embora muito deficiente, é o único possível. Esta localização da indústria dará origem ao centro urbano que seria o primeiro da província depois da capital; mas primeiro absoluto em riqueza e prestígio social: Pelotas (PRADO JUNIOR, 1998, p. 97-98).

A fotografia a seguir (FIGURA 6) retrata uma das regiões de travessia do gado no Arroio Pelotas, onde a travessia era feita por meio de balsas. Embora seja da década de 1880, retrata uma realidade que provavelmente já existia no começo do século XIX em Pelotas.



Figura 6 - Travessia do gado por meio de balsas no Arroio Pelotas, década de 1880. Fonte, LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

As charqueadas trazem uma nova ordem econômica, que começa a ser estabelecida de forma imperativa, então, surgem em decorrência dessa indústria o crescimento populacional e a urbanização, demonstrando que a produção e o comércio de mercadorias estavam sendo transformados na principal força determinante das relações sociais. Isto será feito, em grande parte, devido ao melhor aproveitamento do gado, que garantiu as condições necessárias para gerar mais excedente (ARRIADA, 1994).

O excedente, no entanto, não se produzia sozinho, mas demandava uma relação de produção escravista com características do capitalismo industrial. Essa relação de produção, devido às suas características diferenciadas do escravismo clássico, pode ser chamada de Escravismo Colonial como diferenciação (GORENDER, 1980; MOURA, 2014). O conceito de escravismo colonial consiste na teoria que relaciona um modo de produção menor (escravismo colonial brasileiro) dentro de um modo de produção maior (o capitalismo mercantilista internacional), e isto explica as distorções presentes no país, como a industrialização aliada a manutenção da escravização.

Há duas fases no processo de escravização, de acordo com Clóvis Moura (2014): a ascendente e a descendente, onde o ano que determina a fronteira entre uma e outra é 1850, nomeados como escravismo pleno (1550 a 1850) e escravismo tardio (1850 a 1880). Como demonstrado por Caio Prado Junior (1998), foi na metade

inicial do século XIX, no período final do Escravismo Pleno, que o tráfico negreiro para o Brasil teve maior intensidade, mesmo com as tentativas da Inglaterra de impedir este processo.

No entanto, conforme o número de pessoas escravizadas crescia na mesma proporção em que crescia a produção do charque, aumentava, também, o medo na aristocracia charqueadora de levantes de escravizados, e isto é atestado nas reuniões da câmara (ARRIADA, 1994).

No momento inicial da expansão da indústria do charque, que vai até 1819, o porto de Rio Grande é o maior exportador de charque do Rio Grande do Sul, ultrapassando Porto Alegre (idem). As exportações de produtos derivados do gado ultrapassaram 80% das exportações, exceto em 1816, quando o trigo atinge o patamar de 29,94%, mas, em seguida, esta mercadoria restabelece o seu patamar de 10% das exportações (ibidem). Dentre os produtos exportados derivados do gado, o charque compunha mais de 50% (ibid.).



Figura 7 - Varais de uma charqueada, proximidade do final do século XIX ou início do século XX. Fonte, LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

Anualmente milhares de cabeças de gado eram enviadas para Pelotas onde eram abatidas nas charqueadas, onde se produzia a carne salgada (charque) que servia para a alimentação dos escravizados nos latifúndios do Sudeste e Nordeste do país (VARGAS, 2012). Tal comércio integrou a província em um circuito com outras regiões do país, pois as embarcações que entravam no porto de Rio Grande para buscar o charque também chegavam carregadas de materiais produzidos nas outras regiões (idem).

O gado chegava trazido pelos tropeiros através da estrada das tropas, do logradouro público da tablada ou então, atravessando o canal São Gonçalo pelo Passo dos Negros (GUTIERRES, 2001). Tão logo chegava na charqueada os animais eram colocados na mangueira, onde aguardavam por muitas horas o momento do abate (VARGAS, 2017). A mangueira, por sua vez, se comunicava com uma estrutura menor feita de pedras lisas e escorregadias, a mangueira de abate, que se afunilava na ponta, e o abate era feito depois de o gado ser trancado (idem). Ao redor da estrutura, havia tábuas em altura mais elevada do que o gado, por onde os trabalhadores (quase sempre escravizados) se deslocavam para laçar, controlar e direcionar o gado para o abate (ibidem). Na ponta desta estrutura, aguardava o desnucador, um profissional especializado em abater o gado com um punhal comprido (ibid.). Em 1820 já existiam, em algumas charqueadas, guindastes giratórios que, depois do abate, conduziam o animal para fora da mangueira em direção da cancha, onde o seu cadáver era transformado em charque (ibid.). Em outras charqueadas eram utilizados trilhos, sob os quais andava um vagão movido a cavalo e conduzido por um escravizado, e este vagão era o que servia para levar o gado abatido (ibid.)

O animal, posteriormente, era esfolado, esquartejado e retalhado em pedaços de carne, que em seguida eram salgadas e empilhadas (ibid.). O desmembramento durava de cinco a seis minutos (COUTY apud VARGAS, 2017), tamanha era a especialização desses trabalhadores. O processo de transformação do gado em charque era realizado através da divisão do espaço das charqueadas e da divisão do trabalho realizado pelos escravizados:

Os pedaços que eram transportados até ali ficavam suspensos em suportes especiais, onde era feita a desossa. Os ossos eram separados e as carnes enviadas para outros escravos. Dava-se início à charquia, a operação mais delicada de todas. O objetivo era transformar as grandes pedaços de carne com formatos irregulares em mantas de 1,5 cm de espessura com superfícies de 1,50 metros de largura (VARGAS, p. 156, 2017).

As carnes então eram empilhadas, com camadas intercaladas entre sal e carne, formando um aglomerado retangular que chegava a alguns metros de altura e de largura (idem). Os escravizados eram obrigados a trabalhar, utilizando as mãos e os pés nesse ambiente insalubre em contato direto com o sal, pressionando as camadas de carne para reduzir o tamanho por meio da perda de líquidos, e trocando e invertendo estas camadas diariamente para que a pressão atingisse a todos os pedaços (ibidem). Depois, passado um dia ou dois, se o tempo estivesse favorável,

as carnes eram colocadas para secar ao sol em varais, esses, por sua vez, são barras de madeira longa colocadas de forma transversal a um metro e meio do solo, onde as mantas eram penduradas (ibid.). Tal processo pode ser observado nas imagens de cartões postais antigos da cidade (FIGURA 7 e 8) que, embora seja feito com base em fotografias de charqueadas no final do século XIX ou início do século XX, possuem a mesma estrutura que tinham as charqueadas no início do mesmo século, variando apenas na implementação de algumas tecnologias como a caldeira a vapor:



Figura 8– Cartão com a foto de uma charqueada com galpões e varais, do final do século XIX ou início do século XX. Fonte, LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

O que sobrava do boi, e não era utilizado para fazer charque, era aproveitado e processado dentro da própria charqueada, utilizando outros métodos e escravizados, especializados em outras funções, de modo que o nome “charqueada” não pode ser utilizado significando uma indústria que se destinava apenas a produzir o charque, mas sim, processar todo o gado e manter cativos trabalhando constantemente. Entre outras mercadorias produzidas nas charqueadas derivados do gado estão os sebos, graxas, cal, couro e chifres, que serviam como matéria prima para velas, sabão, ceras, construção, vestuários, utensílios e, no caso da graxa, também para alimentação. Tais produtos foram tão importantes, que por volta da década de 1840 a 1850, foram introduzidas caldeiras a vapor nas charqueadas para a produção de graxa e sebo (VARGAS, 2017).

A mercadoria era deslocada por meio fluvial, depois de finalizada, passando pelos arroios e o canal, desembocando na Lagoa dos Patos até chegar em Rio Grande, e de Rio Grande pelo oceano atlântico chegava até seus compradores. Todo esse trabalho era em geral realizado por escravizados que, na medida em que os anos foram passando, ocupavam papéis na produção cada vez mais especializados,

conforme aparecem nos inventários post-mortem dos charqueadores (GUTIERRES, 2001; Vargas, 2017). Começam a surgir funções, não só relacionadas diretamente a produção do charque, mas também, funções como os campeiros, marinheiros, artesãos, domésticas e especialistas em outros produtos, embora ter uma função não signifique que o escravizado trabalhasse apenas em sua especialidade, sendo explorado de outra forma quando necessário:

Essa divisão não era rígida. É muito provável que em alguns momentos, no auge da matança, e conforme as necessidades do proprietário, os campeiros, marinheiros e artesãos diversos fossem realocados para as tarefas no interior da charqueada. No entanto, o fato de os mesmos serem classificados com suas respectivas ocupações nos inventários post-mortem merece ser levado em conta, pois demonstra que charqueadores, capatazes e avaliadores os distinguiam dessa forma (VARGAS, p. 159, 2017).

A seguir, uma aquarela de Jean Baptiste Debret (FIGURA 9) que retrata uma charqueada de Pelotas demonstra a imponência que esta estrutura industrial possuía, como ideia ontologicamente estabelecida na mente das classes dominantes, como sinônimo de progresso e desenvolvimento, merecendo, por este motivo, ser retratada pelo artista francês.



Figura 9 - A Charqueada, aquarela de Jean Baptiste Debret. Fonte: GUTIERREZ, SANTOS, 2012.

O período inicial de Pelotas é predominantemente povoado por charqueadas, uma vez que com o início das charqueadas, como meio de produção e exploração, surgem as condições para o nascimento do meio urbano, como discutido anteriormente. Originalmente as charqueadas incluíam uma moradia, uma “casa grande”, onde os senhores escravagistas observavam a produção do charque junto à sua família. Sobre estas casas, Arriada relata: “Quanto ao aspecto arquitetônico de suas moradas, as casas dos charqueadores eram geralmente amplas e espaçosas, de um piso apenas” (1994, p. 77).

As charqueadas, por sua vez, eram um conjunto produtivo formado por diversos elementos. Eram unidades de fabricação que continham toda a cadeia produtiva do charque, a partir do abate do animal, no mesmo complexo, ficando de fora, além da produção do sal, a captura e criação do gado, processo em que participavam as estâncias:

Cada Charqueada era um mundo próprio, com casa grande, com senzalas, capela, galpão para o abate e preparo do charque, graxeira, currais, varais, adiante na beira d'água o trapiche pronto para receber os navios que levavam as pilhas de charque. Nas cruzadas das estradas, vendas se localizavam, botecos surgem aqui e acolá, chacras disseminavam-se pelas bordas e varzedos dos rios (ARRIADA, 1994, p.69).

É apontado por Arriada (1994), como uma das características das sedes das estâncias nesta região, estarem estabelecidas em um solo mais elevado com relação ao resto do terreno. Isto pode ser interpretado de duas formas: 1 - necessidade de construir o terreno longe das inundações periódicas; 2 - construção de casas em lugar mais elevado por motivos ideológicos, uma vez que tais elevações, provavelmente, se tratavam de antigos cerritos² indígenas, assim como a elevação em si já é um fator ideológico de domínio.

A foto a seguir (FIGURA 10) mostra um exemplo de sede de charqueada feito em alvenaria e que sobreviveu até a atualidade. Em geral, a estrutura arquitetônica das charqueadas que permanecem em pé até a atualidade são as sedes. Tal fato pode ser explicado tanto porque o material da sede seja distinto do restante complexo, sendo em alvenaria enquanto as outras estruturas muitas vezes eram de madeira ou pau-a-pique, quanto pelo fato de serem as estruturas que normalmente se procura preservar, tentando apagar a imagem da escravidão através da destruição de galpões e senzalas.

² Cerritos são elevações de terras que serviam como moradias para alguns dos povos indígenas que habitavam a região. Eram construídos em terrenos alagadiços, como a região das charqueadas.



Figura 10 - Charqueada do Barão do Butuí, registrada por volta de 1867-1877 de acordo com o inventário (GUTIERREZ, 2001). Fonte da foto: <https://mapio.net/pic/p-19693983/>, acesso em 2020.

A ligação da charqueada com as águas, como pode ser observado na imagem acima (FIGURA 10), também é um fator importante na materialidade desses espaços, que normalmente foram construídos ao redor do Arroio Pelotas, mas também do Canal São Gonçalo e do Arroio Santa Bárbara, por meio dos quais a produção era escoada:

Quase todas as propriedades possuíam seu porto e atracadouro com trapiches e telheiros onde aguardavam pessoas e mercadorias. Negros marinheiros eram comuns nos inventários arrolados e havia também os patrões de iate trabalhadores livres responsáveis pelas embarcações. As famílias movimentavam-se por entre as propriedades através do arroio, chegando com facilidade aos diversos pontos (OGNIBENI, 2005, p.56).

Estruturas, outras, também aparecem, tais como a fábrica de sabão que existia na charqueada Santa Barbara (ROSA, 2011), ou então currais, galpões, matadouros, pomares. Em geral, o gado não era criado junto a esses estabelecimentos, e sim nas estâncias, motivo pelo qual estancieiros e charqueadores formavam uma simbiose, ligada pelos tropeiros.

A maioria das charqueadas também estavam relacionadas, tanto em seu complexo de produção como na relação de produção, com as olarias e a produção de tijolos, cerâmica e telhas feitas sazonalmente (GUTIERREZ, 2001). Quando não se produzia o charque, em outras estações do ano, a mão de obra escravizada era empregada na produção de tais materiais (idem). Esses produtos das olarias foram empregados na construção das estruturas das próprias charqueadas e, mais tarde, utilizadas na construção do núcleo urbano, que difere das casas anteriores, dos estancieiros, que eram de pau-a-pique:

A charqueada, a fazenda e a olaria iriam se repetir em quase todas as sesmarias interceptadas por águas navegáveis da região [...] Estava definido um dos tipos de estabelecimento charqueador, que iria, na sua essência, repetir-se, sucessivamente, por todo o território platino, durante os últimos 20 anos do século XVIII e o século XIX (GUTIERREZ, 2001, p. 61).

Completando este quadro produtivo, existiam também as estruturas onde os escravizados, principal força produtiva que era explorada na produção de mercadorias, eram confinados: as senzalas. Se considerarmos o aspecto social que as senzalas desempenhavam nesse período, a funcionalidade delas está mais próxima de um galpão onde se guardava uma máquina, o escravizado extremamente coisificado, do que uma moradia. No entanto, este aspecto ideológico pode encobrir que, na realidade, os escravizados eram humanos coisificados mas em um processo de controle do trabalho de uma classe sendo usurpado (alienado) pela outra.

Sobre as relações que diferenciam as relações de produção entre senhores e assalariados, e senhores e escravizados é preciso fazer uma breve digressão: Moura (2014) considera que, em alguns casos e períodos, a situação do trabalhador europeu tinha muitas semelhanças com o trabalho escravizado aqui no Brasil, inclusive no tempo de trabalho, grau de exploração e punições, como chibatadas e outros métodos de controle e subordinação. Mas há uma diferença fundamental: o trabalhador europeu estava sujeito a um contrato, podendo trocar de patrão, pelo menos teoricamente, e participava do mercado através da oscilação do seu salário e a aquisição de bens de consumo. Ademais, era dono do seu próprio corpo, pelo menos, fora do horário de trabalho (idem).

Nas condições odiosas de trabalho em que vivia o trabalhador assalariado, e mesmo sob o exército de reserva a lhe fazer concorrência, um certo grau de liberdade para este tipo de trabalhador era imprescindível. As condições do mercado capitalista

exigiam isto na dinâmica interna desses países de capitalismo industrial, a mesma lógica não se aplicava aos escravizados: “Já o escravo circulava como mercadoria, idêntica àquela a qual ele próprio produzia. E é nesse nível de relações econômicas que o escravo é socialmente coisificado.” (MOURA, 2014, p.49). Essa é uma diferença importante. Por vezes, em determinadas e raras circunstâncias, seria possível um escravizado viver em condições melhores do que um trabalhador assalariado, e até ter mais bens do que tal indivíduo (idem). Pensemos, por exemplo, em um escravo de luxo que ganhou bens do seu senhor. Porém, de qualquer forma, o trabalhador livre em última instância é dono de si mesmo, enquanto que o escravizado é propriedade privada de outro ser humano, e o Estado só poderia intervir nessa relação relativamente, afinal, para eles era uma propriedade tanto quanto qualquer outro meio de produção ou coisa (ibidem), e em sua ideologia era uma propriedade comprovada através da compra, ainda que houvesse punições específicas por parte do Estado para escravizados insubordinados.

Mas, como disse Marx (apud MOURA, 2014), a compra de uma mercadoria roubada não a torna legítima por ter sido comprada, menos ainda seria legítimo tratando-se da vida humana. Portanto, todos os escravizados, sejam eles de luxo, urbano, rural etc., estavam sob o mesmo estigma de serem mercadorias e produtores de mercadoria ou serviços por meio dos quais a força do seu trabalho era alienada, e estas características conjuntas eram as que uniam a todos em uma classe social, estabelecida tanto do ponto de vista produtivo como ideológico (idem). Clóvis Moura (2014) argumenta que, contrariando alguns pesquisadores e historiadores, o escravizado não perdia a sua condição de escravo, mesmo se estivesse em relações com algumas características de trabalho assalariado ou de campesino, continuava sendo socialmente alienado de sua condição humana.

Feita esta consideração sobre a relação de produção “senhor-escravo”, onde ontologicamente uma classe inteira era vista meramente como mercadoria em seu ser social, volto ao período retratado, onde a acumulação de excedentes era feita através dessa força produtiva, submetida às condições de extrema insalubridade:

Entretanto, Pelotas era considerada uma Cidade muito rigorosa no que tange à questão da repressão à escravidão; era o lugar o qual ameaçavam os escravizados considerados insubordinados de serem vendidos [...] podemos citar a questão da insalubridade, por exemplo, quanto à produção do charque, pois a salga da carne era feita na beira dos arroios e os escravizados ficavam molhados, com os pés e as mãos expostos ao sal, o que os levava a ter frieiras incuráveis (ÁVILA, RIBEIRO, RIBEIRO, 2018, p. 3).

A aquisição de bens de prestígio, que são coisas fetichizadas³, era necessário à classe dominante o emprego de mão de obra escravizada. Tratava-se de um ciclo vicioso onde quanto mais mão de obra, mais excedente, e quanto maior fosse o excedente acumulado, maiores eram os gastos na compra de seres humanos escravizados, ou, coisificados.

O antagonismo de classes foi responsável não só pela geração de excedente, mas também, adensamento populacional: “[...] pois cada grande estabelecimento contava, pelo menos, com mais de cem pessoas. Disso decorre um crescimento violento da população, senão por taxa de natalidade, por importação.” (ARRIADA, 1994, p.64).

Os charqueadores buscavam, especialmente mais tarde, mas também neste período, títulos de nobreza, porém, enquanto classe social os charqueadores são enquadrados na categoria de burgueses. Isto porque a fonte da riqueza deles vinha da exploração do trabalho alienado, isto é, o trabalho não pago. Marx (1985) caracteriza a burguesia sob a distinção entre trabalho produtivo e trabalho não produtivo, sendo trabalho produtivo aquele que produz mais valia, ou seja, o excedente de trabalho não pago apropriado pelo burguês, sendo este o dono de um meio de produção. Este excedente do trabalho produtivo pode ser produzido, seja por meio da produção direta de mercadorias que serão vendidas, ou pela prestação de serviços de qualquer tipo, desde que sejam utilizados por alguém que detém os meios de produção na obtenção de excedentes por meio do mercado.

Originalmente, Marx (idem) referia-se ao trabalho produtivo como trabalho assalariado. No entanto, é preciso ter em consideração que o trabalho escravizado, como já foi discutido, equiparava-se ao trabalho assalariado do proletariado do ponto de vista da produção, uma vez que a organização dessa relação de produção, entre charqueadores e escravizados, tinha como meta a produção de excedente em uma lógica de mercado. Portanto, o trabalho escravizado era um trabalho alienado, pois não era pago, embora dele se obtivesse mercadorias em atividade lucrativa. Mais do que isso, era um trabalho extremamente alienado, uma vez que os escravizados não recebiam salário algum, em geral, apenas o necessário para a sobrevivência, não tendo parte ativa no consumo de mercadorias. Ao invés disso, o próprio escravizado

³ Vale lembrar que o dinheiro, em si, também é um desses bens. É uma mercadoria, ou coisa, pela qual as outras são trocadas (MARX, 1985).

era também uma mercadoria passando, portanto, por uma alienação do seu próprio ser social, como denominou Clóvis Moura (2014).

A caracterização do charqueador como burguês é até mais fácil de ser constatada. Existiam charqueadas nos países platinos onde a mão de obra utilizada era assalariada e, por outro lado, quando a escravidão acabou no Brasil, as charqueadas sobreviveram por alguns anos utilizando a mão de obra assalariada, deixando de existir apenas porque o próprio consumo do charque (relacionado com a escravidão) deixou de ter tanta importância no mercado. O modo de vida dos charqueadores também se equipara ao modo de vida burguês, em um mundo de consumo capitalista, e não ao modo de vida aristocrático ou de qualquer outra classe.

O crescimento do número de charqueadas deve ser entendido em seu contexto platino, em termos de mercado e produção, mas, por outro lado, é preciso entender o que diferencia a nova forma de produção da antiga, através de seus aspectos ideológicos. O comércio de pessoas escravizadas já existia e era muito utilizada em outras regiões do Brasil, mas a compra massiva de mão de obra escravizada para a utilização em um empreendimento industrial é um novo fator para a ocupação da província:

Neste sentido, o surgimento de novas fábricas de charquear ajudava a alimentar o tráfico de escravos, pois as mesmas demandavam muita mão-de-obra. Os charqueadores economicamente mais modestos possuíam 20 cativos e os mais ricos ultrapassavam os 150 escravos (VARGAS, 2012, p.80).

No período que antecedeu o surgimento de Pelotas, os estancieiros utilizavam a mão de obra escravizada para a produção de alimentos de subsistência e não na produção para o comércio (ARRIADA, 1994). A mudança proporcionada pelas charqueadas aumentou a demanda por tal mão de obra na região (idem). Por outro lado, a prática de fazer charque é antiga e tradicional, mesmo em 1800, e não uma invenção do momento (ibidem) sendo, portanto, a industrialização desse processo o que surge como novidade.

Até 1808, a maioria das charqueadas ainda eram modestas, isoladas e com produção muito pequena, de característica artesanal. O abate era feito no campo e de forma rústica, nada profissional, sendo principalmente para subsistência a sua produção, e embora em alguns lugares já estivesse ocorrendo algumas

transformações, ainda era muito diferente da produção industrializada nas dimensões que seriam vistas posteriormente:

O ato de charquear deixava de ser uma prática artesanal, onde o abate era feito em campo aberto, inexistindo dessa forma um aproveitamento integral do animal, para atingir todo um complexo industrial, ou seja, desde o abatimento do animal até a posterior exportação dos produtos (ARRIADA, 1994, p.55).

Antes apenas o couro e, em menor escala, a conserva da carne eram utilizados e vendidos (idem). Com a industrialização do processo de produção do charque tudo vira mercadoria até, literalmente, o tutano dos ossos e o sebo processados viram produtos. Esses eram excedentes que o gado no Rio Grande do Sul produzia de forma abundante, se comparado com o magro gado nordestino (PRADO JUNIOR, 1998).

Arriada (1994) considera que a industrialização da produção desta mercadoria só foi possível devido a algumas condições. Tais condições seriam: 1 - um mercado consumidor que permitiu a exportação, principalmente no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco; 2 – As constantes crises dos saladeiros platinos (Argentina, Uruguai e Paraguai); 3 – Grandes secas ocorridas no Ceará, que fizeram com que alguns exploradores da produção de carne migrassem para o Sul.

O charque era produzido no verão, devido a necessidade de sol para as carnes secarem nos varais, o que por sua vez acabava atraindo moscas e produzindo um odor fétido, do qual os charqueadores procuravam se afastar, sendo este um dos motivos para a formação do núcleo urbano. Com o tempo, esse centro urbano afastado da produção se transformará na cidade de Pelotas e ganhará as características fetichizadas que são resultantes da alienação produzida através das relações escravistas nas charqueadas, e da grande acumulação de capitais resultante.

2.2 PELOTAS, DUAS CIDADES

Em 1812, a povoação era elevada à categoria de “Freguesia de São Francisco de Paula”, submetida a vila de Rio Grande, porém, detentora de um expressivo aglomerado populacional (CERQUEIRA, VIANA, PEIXOTO, 2008). Em 1814, já

existiam 2.275 indivíduos habitando a região, sendo que destes, 1.226 eram escravizados, conforme Arriada (1994).

O fluxo de pessoas que começaram a montar ranchos espalhados pela região, começou a preocupar os grandes proprietários, estancieiros e charqueadores (idem). Tais condições motivaram para que, em 1815, fosse feito o primeiro plano urbano, com quarteirões demarcados em tabuleiro (ibidem). Os primeiros a habitar o que se tornaria a região central atual da cidade, foram os próprios charqueadores. Estes começaram a construir casas para ter onde passar no período em que a produção do charque não ocorria, devido seu caráter sazonal, ou então para se afastar dos odores e moscas do local e o fluxo de tropas, e possuir uma moradia mais próxima do seu meio de produção (ibid.).

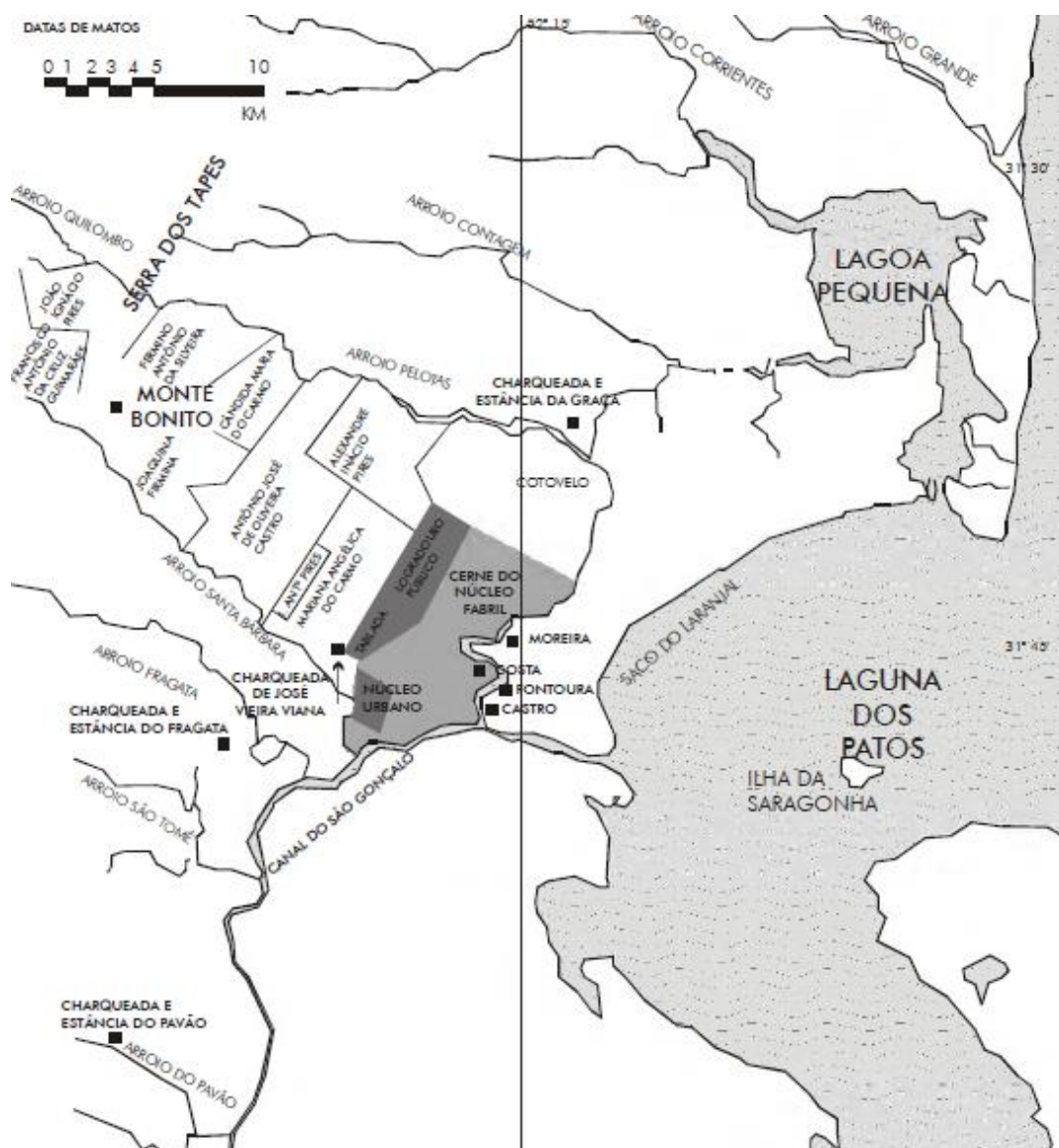


Figura 11 - Mapa da região de Pelotas localizando as principais charqueadas, o núcleo urbano do século XIX, tablada e o arroio Pelotas até o arroio do Quilombo. Fonte: GUTIERRES, 2001, p.102.

O adensamento populacional já era observado na região do Passo dos Negros: “Dentre os vários locais em que mais se aglomeravam, destacou-se, na época, a zona do Passo dos Negros, ponto de travessia de riqueza, gado, escravos, charque, açúcar, sal, erva mate, etc” (ARRIADA, 1994, p.69). A região do Passo dos Negros teve sua origem com algumas charqueadas estabelecidas no local, mas o fluxo de pessoas foi transformando a região em um aldeamento, sendo esta a primeira povoação de Pelotas, e não o centro urbano que seria construído mais tarde para a elite (ARRIADA, 1994).

Na determinação do local onde a cidade seria construída, cujas discussões foram de 1812 a 1823, teve grande importância o argumento em consideração às enchentes periódicas da região, o que afastou a ideia de construir o núcleo urbano próximo do canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas (idem). O assentamento urbano, por sua vez, ocorreu em território que antes era a Fazenda do Monte Bonito, quando da morte do seu proprietário, em 1825, e sendo esta fazenda partilhada em nove partes, as últimas sobras foram incorporadas à freguesia de São Francisco de Paula, à título de logradouro público da povoação, pelo conselho administrativo da província (ibidem).

O Passo dos Negros era um espaço de extrema importância para a formação da cidade de Pelotas, como se pode ver pela aquarela de Debret. A escolha deste ambiente como um dos locais para este estudo é motivada pela importância do papel como palco histórico que possui. O Passo dos Negros é a verdadeira matriz de Pelotas, onde moradias populares e de escravizados surgiam próximas das charqueadas, e onde o comércio de gado, escravizados e mercadorias em geral era feito. É um espaço que antagoniza com a cidade central construída pela elite desde o início.



Figura 12 - Passo dos Negros, aquarela de Jean-Baptiste Debret. Fonte: GUTIERREZ, SOARES, 2012.

A imagem acima, obra de Jean-Baptiste Debret, demonstra que o Passo dos Negros era uma região populosa e com comércio intenso já no início do século XIX. A sua origem está relacionada com o cruzamento de logradouros e a distribuição de mercadorias e pessoas, os passos eram lugares que teceram a trama da sociabilidade e da produção:

Ao longo do século XIX, com a instalação dos estabelecimentos de charqueadas na região, formou-se uma intrincada rede de estradas, caminhos e passos que interligavam as propriedades e o núcleo urbano e permitiam a circulação de homens, gados e carroças com pessoas e artigos produzidos nos estabelecimentos (OGNIBENI, 2005, p.60).

O Passo dos Negros foi provavelmente o mais importante entrepasso para as tropas que conduziam o gado para as charqueadas no período formativo de Pelotas. Inicialmente, conhecido como “Passo do Neves” e, depois, “Passo Rico”, consagrou-se como “Passo dos Negros”, refletindo a importância da exploração de negros escravizados que, no período de ascensão da elite charqueadora pelotense, passavam por este marco paisagístico em direção às charqueadas e ao porto de Pelotas (ARRIADA, 1994).

A contar da segunda década do século XIX, aconteceu uma evolução no processo de fabricação do charque em prol de maior aproveitamento de todo o animal e melhor qualidade do produto para o mercado (idem). O comércio negreiro, como resultado dos lucros obtidos, atingiu um patamar nunca registrado, e este fato teria sido o motivo da mudança de nome do Passo do Rico para Passo dos Negros (ibidem). Por outro lado, cronistas dos anos 1810 já citavam o Passo dos Negros como um lugar povoado, em torno do qual se articulava uma rede de comércio (ibid.).

Pelotas apresentava uma grande população de negros escravizados, e nem todos eles trabalhavam nas charqueadas, sendo que, aqueles que trabalhavam em meio urbano detinham maior autonomia (MUNARETTO, 2015). No entanto, nem todos os casarões adotavam o sistema de escravizados morando no porão e, ao mesmo tempo, não há registros de senzalas urbanas. É certo, portanto, que muitos dos negros escravizados ou libertos, empregados no trabalho urbano deveriam habitar alguma região da cidade. Tudo indica, portanto, que uma destas regiões foi o Passo dos Negros, habitada principalmente por negros, constituindo a maioria da população periférica de Pelotas oitocentista.

O primeiro povoado surgiu às margens do Arroio Pelotas, onde foi iniciado o primeiro núcleo urbano planejado, posteriormente abandonado: área denominada Passo dos Negros. Como resultado do crescimento econômico, em 1812 as autoridades reais elevaram Pelotas à condição de freguesia, oficialmente chamada de São Francisco de Paula [...] Em 1830, devido às demandas de um estilo de vida mais urbano, em razão da influência que adquirira no cenário da Província do Rio Grande de São Pedro, foi redigido o decreto imperial que elevava Pelotas à condição de vila, consagrando sua autonomia administrativa em relação a Rio Grande. A Vila de São Francisco de Paula foi estabelecida em 7 de abril de 1832 (PEIXOTO, CERQUEIRA, 2006, p.8).

Originalmente o “passo” faz referência ao ponto de travessia entre as duas margens do canal São Gonçalo, onde ligaria charqueadas dos dois lados deste canal com a estrada das tropas, que também levava até as charqueadas do Arroio Pelotas. Porém, o nome passou a significar todo o povoado que surge em torno deste ponto. Atualmente o nome refere-se a um conjunto de logradouros da região, próximas ao Engenho Osório, localizadas junto à margem norte do São Gonçalo, e que dão seguimento à antiga estrada das Tropas. Do conjunto dessa estrada, também faz parte a “Ponte dos Dois Arcos”, utilizada para a travessia de um dos córregos que passa na região, embora sua construção em tijolo, que sobrevive até hoje, seja da segunda metade do século XIX, provavelmente substituiu uma ponte de madeira que já existia no local.

Tecnicamente falando, o “Passo dos Negros” é um conjunto de logradouros, moradias e unidades produtivas, que vão das charqueadas até as proximidades da margem oeste do arroio Pelotas. Também vem sendo moradia de diferentes gerações ao longo da história de Pelotas, apesar de seu relativo desaparecimento em mapas. Os vazios nos mapas urbanos, por outro lado, também são indicadores importantes, conforme Wells (2007), pois estes vazios podem mostrar os espaços que cresceram

sem o interesse do poder público, que escaparam ou foram negligenciados pelo planejamento central, ou que este pretende combater e esconder. São, normalmente, os espaços periféricos, espaços marginalizados e de resistência ao centro hegemônico: representam ou estão profundamente relacionados com a “vida secreta das cidades” (idem).

A primeira proposta de assentamento urbano de Pelotas foi para a região Passo dos Negros, mas devido ao mau cheiro resultante da proximidade com as charqueadas e o temor de uma rebelião pela proximidade com a população escravizada, o plano urbano foi refeito para ser mais afastado (GUTIERREZ, 2001). A função original do Passo dos Negros era servir como escoador das tropas de gado para as charqueadas, de onde vem sua primeira função como logradouro. Mais tarde, passa a ser um lugar onde o imposto é cobrado, e surge um comércio na região, inclusive o comércio de humanos tratados como mercadoria, os escravizados (idem). Por fim, torna-se o primeiro núcleo populacional da cidade (ibidem).

esperava impor à plebe em seus monumentos através dos modos de pensar e cultivar hegemônico.

O Passo dos Negros, não só como um lugar de moradia, mas também de culto e trabalho, marginalizado (literalmente, à margem do canal), alienado de sua condição de espaço social legítimo, e apagado das políticas públicas de patrimonialização, antagoniza com as construções, centrais, de um fetichismo imposto pela elite, símbolos hegemônicos de poder. Essa outra cidade, que a elite fez construir para si, tem a ideologia de dominação demonstrada através de suas construções e espacialidade, sendo a Capela São Francisco de Paula a primeira construção nesse lugar e, apesar das reformas pelas quais passou, uma remanescente até a atualidade.



Figura 14 - Catedral São Francisco de Paula, fotografia colorizada da metade final do século XIX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

A Capela São Francisco de Paula foi construída onde hoje se assenta a catedral de mesmo nome, depois de muita discussão sobre onde seria instalado o centro da cidade. As casas da elite charqueadora passaram a ser construídas em seu entorno, o que demonstra certo privilégio da elite que estava mais próxima da “Morada de Deus” em detrimento dos coisificados, assim como a importância da própria religião Católica. O local é privilegiado por não sofrer as enchentes periódicas de Pelotas,

estar suficientemente longe das charqueadas para não sofrer o mau cheiro de sua produção, e longe dos caminhos das tropas de gado, mas suficientemente perto para a elite ter um maior controle da produção e da população escravizada, assim como suficientemente perto de onde seria, mais tarde, construído o Porto de Pelotas (ARRIADA, 1994).

Depois dos debates sobre onde a capela seria edificada, finalmente teve início a sua construção, em 1813, e neste mesmo ano foi concluída, tendo como primeiro vigário Felício Joaquim da Costa Pereira Furtado de Mendonça (POMATTI, 2017). No entanto, a capela foi reconstruída em 1826, devido ao abalo causado por um raio (idem). Esta reconstrução praticamente descartou a edificação anterior e construiu em edifício novo, concluído em 1828, quando foi construída a fachada, que segue sendo a mesma até hoje. Mais tarde, a catedral passaria ainda por outras reformas nos anos que vão de 1847 a 1852 (ibidem). Mesmo depois do período estudado, a catedral continuou sofrendo reformas até os anos 1950, de modo que ela adquiriu diferentes estratos arquitetônico-arqueológicos que podem revelar sobre a ideologia e economia de diferentes períodos pelo qual a edificação passou. Essa edificação apresenta elementos arquitetônicos barrocos, demonstrados na sinuosidade de sua construção.



Figura 15 - Uma das torres da catedral com características Barrocas. Fonte: foto de minha autoria.

A principal funcionalidade de uma igreja é a ideológica (aparelho ideológico religioso – ALTHUSSER, 1970), de controle e organização dos fiéis que, em um primeiro momento, eram todos os europeus e descendentes. Mas também possuía a função de catequizar indígenas e negros ainda não cristianizados, aumentando o rebanho. O fato de ter sido em torno desta construção que o primeiro núcleo planejado pela elite foi construído, demonstra a importância que a igreja ainda detinha na organização social dessa elite na primeira metade do século XIX. Tal importância e articulação da igreja com o governo ainda estava presente no início segundo império, pelo menos em parte, como é atestada pela regulamentação da “Lei de Terra de 1850”, através do decreto de 1854, que determinava que todos os posseiros e sesmeiros deveriam procurar a paróquia de sua localização para registrar suas terras,

utilizando essa instituição como divulgação e instrumento da lei (CAVALCANTE, 2005).

A igreja também tem um importante papel no status de seus frequentadores. Sendo o principal símbolo de poder nesse período, a função pública da igreja articula com o escravismo:

O sistema escravista consolida-se nessa fase. O número de escravos cresce constantemente e a produção através desse tipo de trabalho cria o clima de fastígio da classe senhorial. Esse fausto era obrigatório e fazia parte do *ethos* social dos senhores. O seu prestígio, especialmente nas cidades, era avaliado não apenas pela sua renda, mas, também, pelo número de escravos não produtivos que o cercavam. O comparecimento à missa aos domingos não era apenas um ato religioso, mas, também, um ritual de poder que se exteriorizava no número de escravos acompanhantes. A emulação do poder passava pelos rituais simbólicos de prestígio dos membros da classe senhorial, sendo um deles a forma como se exibiam em certos atos (MOURA, 2014, p.80-81).

Na independência do Brasil, Pelotas já estava estabelecida como núcleo populacional. Conforme Eduardo Arriada (1994), em 1822, 17,17% dos prédios na região eram casas comerciais. Este número cresceu em 1832, ano em que a freguesia é elevada à categoria de vila, atingindo o percentual de 27,38% em casas comerciais.

A povoação contava, de acordo com o pesquisador (idem), com os seguintes estabelecimentos: 27 lojas de fazendas, 8 ferragens, 7 alfaiatarias, 9 sapatarias, 3 lojas de miudezas, 3 boticas, 1 tamancaria, 3 marcenarias, 1 carpintaria, 4 lojas de seringueiros, 3 ourives, 2 de lombilhos, 3 funilarias, 1 casa de pasto, 1 tanoaria, 2 mascates, 1 fábrica de licores e 6 salas de bilhares. Ainda no mesmo ano, a câmara da vila decidiu pela criação de duas pontes, uma no arroio Moreira e outra no arroio Santa Bárbara, e a construção de cacimbas de água na rua das Fontes e outros lugares.

Em 1832, quando Pelotas é promovida à condição de “Vila São Francisco de Paula”, mais 15 ruas a partir do núcleo urbano inicial foram criadas, e que iam em direção ao canal São Gonçalo (LOPES, 2005). Neste processo foi criada a Praça da Regeneração, que mais tarde, com o segundo Império, seria denominada Praça Dom Pedro II e, atualmente, conhecida como praça Coronel Pedro Osório, nome que recebeu com a Proclamação da República em 1930 (idem). Embora a praça existisse já em 1832, foi só mais tarde, com a vinda do Chafariz das Nereidas, que este espaço foi arborizado (ibidem).

Sondagens arqueológicas (PEIXOTO, CERQUEIRA, 2006), confirmaram a hipótese de que esta praça foi utilizada, durante algum tempo do século XIX, como depósito de lixo, com regularidade e de forma extensa. O depósito de lixo na praça era a alternativa encontrada para os habitantes de um meio urbano cada vez mais povoado, alternativo ao depósito em seus próprios quintais. Houve um período em que esta praça também serviu como pelourinho, onde a desobediência ao estado ou aos senhores era punida em meio às atividades comerciais da cidade:

Existe uma descrição de repressão, medo e violência, o qual o objetivo da elite é delimitar os espaços utilizados na Cidade. No entorno da Praça principal existia um pelourinho, sendo neste espaço e no largo do mercado público permitido bancas de vendas de produtos e mercadorias (ÁVILA, RIBEIRO, 2015, p.227-228).

No entanto, este logradouro, que em um primeiro momento era apenas um espaço vazio, utilizado como depósito de lixo e pelourinho, logo formará um novo centro da cidade de Pelotas, devido às edificações que começam a ser construídas na região, a maioria de cunho comercial, afastando-se da Catedral e indo cada vez mais em direção ao porto.

Na década de 30 do séc. XIX, fazendo-se necessária a expansão da área urbana, foi estabelecido o segundo loteamento, nas terras de Mariana Eufrásia da Silveira, prevendo, ao centro, a praça, e, em seu entorno, a nova igreja, o quartel e o hospital. A igreja acabou não se transferindo, permanecendo ao centro do primeiro loteamento, onde fora estabelecida em 1812; o quartel e o hospital nunca foram instalados nas áreas que lhes haviam sido previstas, nas quais posteriormente vieram a ser instaladas, na década de 1880, a Câmara Municipal, a Biblioteca Pública Pelotense e a Liceu Eliseu Maciel (PEIXOTO, CERQUEIRA, 2006, p.13).

Com a urbanização, o pelourinho muda de lugar e a praça começa a virar um “jardim público”, de frente para os casarões de barões e dos principais edifícios públicos da cidade, mas a praça continua servindo com um símbolo de poder e autoridade, cada vez mais confirmado pelas grandes construções.

As construções das casas de charqueadores na primeira metade do século XIX, ainda não eram construídas no estilo eclético neoclássico que predomina no período seguinte, mas no estilo Luso-brasileiro. Tal predominância eclética foi tão significativa, que a maioria das casas de charqueadores passaram por reformas na segunda metade do século XIX para se adequar a este estilo, ou então acabaram sendo esquecidas pelas políticas públicas de patrimonialização no século seguinte, de modo

que é muito difícil encontrar uma casa original, em estilo colonial luso-brasileiro em Pelotas.

No entanto, embora tais casas não possuam tantos enfeites quanto o eclético e o barroco, possuem uma imponência demonstrada pela sua tendência à horizontalidade e sua construção em alvenaria, material superior às casas que eram construídas até então em pau-a-pique. A imagem a seguir (FIGURA 16) é uma das poucas edificações que sobreviveu desse estilo até a atualidade, tendo passado por uma reforma recentemente para servir a uma agência da empresa Sicredi. Essa casa pertenceu ao casal José França e Florinda Jacinto de Mendonça, de onde vem o apelido “Casarão dos Mendonça”, e foi construída em 1840 (BERTONCINI, 2019).



Figura 16 - Casarão dos Mendonça, imagem obtida através do Google Street View. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2020.

Os castelos medievais e os casarões do século XIX têm em comum o fato de ambos serem “casas de poder” (JOHNSON, 1996), são moradias que representam a autoridade política, cada uma no seu tempo e no seu contexto social, político e econômico. No tempo dos castelos medievais, cada grande feudo funcionava de forma equivalente a um estado, tendo a necessidade de manter sua proteção, o que reflete em sua arquitetura. No século XIX, século dos Estado-Nações, esta necessidade de autoproteção da propriedade diminui drasticamente, tornando-se este cada vez mais um papel do Estado, atuando seja como aparelho repressivo ou ideológico (ALTHUSSER, 1970), permitindo a classe dominante empregar seus recursos em outros projetos.

As mudanças trazidas pela Ordem Georgiana para a arquitetura são aplicadas também para outras áreas do comportamento humano, como a introdução de garfos

e facas, lugares individuais na mesa e a autodisciplina da “boa educação” formaram a base ideológica do capitalismo (JOHNSON, 1996).

A formação de um meio urbano planejado, através da construção de igrejas, casarões, quartéis, presídios, escolas, e logradouros públicos, são um reflexo ideológico e econômico do período, de novas formas de pensar a produção, a moradia e a sociedade como um todo, refletidas não só na construção destas unidades, mas também, em seu estilo arquitetônico. Porém, também são formas ativas de vigiar e controlar a produção e a mão de obra das classes exploradas, assim como criar meios de proteção contra ela. Os casarões e os castelos, guardam em comum o mesmo objetivo: de ser uma moradia relacionada ao status (idem). Embora os casarões não possuam estruturas de defesa tão evidentes, posto que o estado desempenha essa função, possuem elementos de espetacularização em sua arquitetura, demonstrados em seus exageros (DEBORD, 2003). Tais exageros servem como uma forma de defesa, já que dotam seus donos de um poder de falsificação da realidade que, aliado ao Estado e o poder econômico, tornou-se real diante da sociedade, sendo capaz de exigir obediência e temor.

Em 1831, inicia também no entorno da praça e do novo núcleo elitista da cidade, a construção do teatro 7 de Abril, que só foi concluída em 1834, apesar de ter inauguração em fins de 1833, recebendo o nome de “Associação Theatro Sete de Abril” em 1869 (idem).

A data exata de fundação envolve algumas controvérsias, sendo referida entre 1831 e 1834. É provável que o teatro tenha sido principiado como projeto em 1831, e inicialmente funcionado em um armazém improvisado no centro de Pelotas. Contudo, a data de fundação mais aceita é de 1834 (MUNARETTO, 2015, p.44).

Esse edifício está localizado na Rua Princesa Isabel, na quadra que fica entre as ruas XV de Novembro e a rua Padre Anchieta, de frente a praça Cel. Pedro Osório (então chamada Praça D. Pedro II). O fontanário “Fonte das Nereidas”, instalado anos mais tarde, inicialmente estava localizado de frente para este teatro, porém, atualmente fica no centro da mesma praça.

O teatro abre caminho para a formação de um novo centro em Pelotas, na região onde é até hoje, destituindo o antigo centro que ficava em torno da catedral. A imagem a seguir é do final do século XIX, mas em um período onde o Teatro ainda conservava a sua fachada original, em estilo colonial.

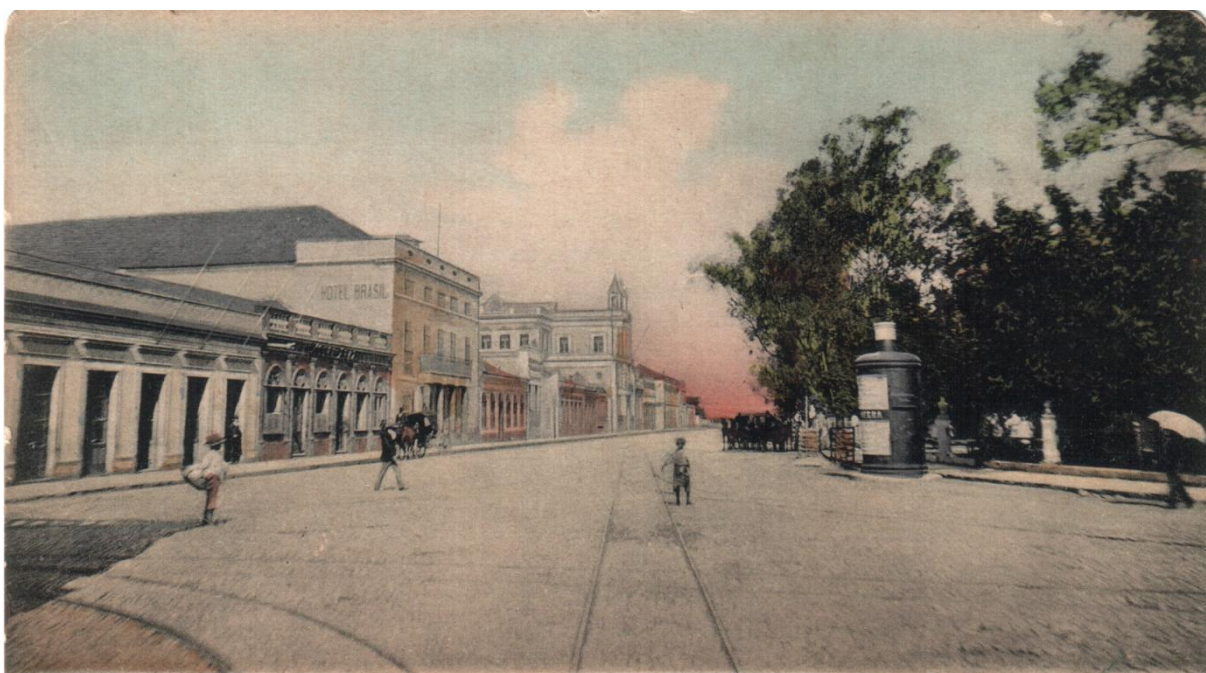


Figura 17 – Fotografia colorizada do início do século XX (entre 1904 e 1916) mostrando a praça e a rua Princesa Isabel. Ao fundo é possível ver o teatro quando ainda conservava o estilo Luso-brasileiro com alguns elementos ecléticos incluídos. Fonte: LAD - Labora

A construção foi edificada originalmente em estilo colonial, luso-brasileiro. Atualmente, em sua fachada predominam características de diferentes estilos que foram alterando a sua forma ao longo dos anos, embora a estrutura principal tenha permanecido a mesma.

A sua fachada apresenta elementos artísticos de composição Luso-brasileira, Ecletismo e nos estilos Art Nouveau e Art Déco, houve ao longo da existência do Teatro modificações na fachada, de 1834, 1870 e 1916, que acompanharam os estilos, arquitetônicos de cada época (FONSECA, OLIVEIRA, 2013, p.2).

A sua estrutura interna é influenciada pelo Barroco e o renascentismo italiano, o que se evidencia em sua estrutura “em ferradura” frente ao palco (MUNARETTO, 2015), o que pode ser observado na imagem a seguir:



Figura 18 - Fotografia do interior do Teatro, mostrando a estrutura “em ferradura”, início do século XX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

A construção do Teatro serviu ao propósito de abrigar uma prática que já existia em Pelotas, porém sem um local definido, pois grupos teatrais já estavam estabelecidos na cidade (MUNARETTO, 2015). À primeira vista, seria uma unidade cultural de lazer e sociabilidade, atendendo à demanda humana pela arte e a abstração. No entanto, a propagação dos teatros no século XIX, relacionados com o enriquecimento de algumas regiões, como é o caso de Pelotas, e a sua localização em uma região central com elementos arquitetônicos de opulência, parecem denunciar algo mais do que mero lazer.

O Teatro era uma demonstração de opulência da elite charqueadora, que procurava rivalizar com cidades vizinhas e fazer da cidade um centro cultural para si. A construção de um teatro público, profano, demarca o rompimento com os teatros de natureza religiosa que eram encenados por tradição no Brasil, já por longa data. Ao escolher a construção do teatro em uma região afastada da Igreja, próxima de estruturas comerciais, a elite vai realizando a materialização de suas perspectivas ideológicas. Não muito tempo depois, será construído o Mercado Público, após um recesso de 10 anos que vai de 1835 a 1845, em que a cidade estava praticamente

vazia devido a Revolução Farroupilha, ocupada majoritariamente por motivos bélicos, com o que, o Teatro chegou a ser utilizado até mesmo como quartel General (idem).

Em 1835, às vésperas da Revolução Farroupilha, a vila de São Francisco de Paula e a vila de Rio Grande, são ambas elevadas à categoria de cidade pela Assembleia Legislativa da província. A primeira vila troca o nome para Pelotas e a segunda conserva a mesma denominação. O nome Pelotas advém das embarcações de couro utilizadas pelos primeiros habitantes (CERQUEIRA, VIANA, PEIXOTO, 2008), demonstrada na pintura de Debret citada anteriormente (FIGURA 3), onde um escravizado puxa a nado um senhor sentado nesta embarcação de couro na travessia de um rio, um símbolo que coincide, não só com a realidade de um pequeno período, mas toda a história de Pelotas do século XIX.

A mudança de nome, por outro lado, pode indicar uma tendência ao desejo de maior laicização da gestão pública ou, pelo menos, de maior independência da igreja. Esta era uma tendência que a burguesia começava a assumir, e que também pode estar relacionada com a formação do segundo núcleo urbano da cidade afastado da catedral, em torno da praça e do teatro, fenômeno que será intensificado no próximo período.

Em 1833, já existiam 10.873 pessoas, a maioria das quais eram negras, compondo uma população de 5.629 pessoas escravizadas (ARRIADA, 1994). Pelotas já era o maior distrito do município, com uma população de 2.992 pessoas. Com a rápida urbanização, logo surgem as discussões sobre as vias de transporte que o gado deveria tomar para não importunar os transeuntes:

A Postura de 1834, quando então Pelotas é vila, é muito rígida, estabelecendo inclusive a largura das estradas. Em seu artigo 50, ela estabeleceu uma multa de 10 mil réis para quem tapar, mudar ou estreitar estradas ou caminho público. É interessante salientar que tanto na Postura de 1829 como na de 1834, a pena mais violenta monetariamente é relativa a tapagem, modificação ou estreitamento das vias públicas (ARRIADA, 1994, p.85).

Estas medidas refletem o objetivo da burguesia em facilitar o desenvolvimento econômico (leia-se: acumulação do excedente explorado), que dependeria em parte das estradas, passos e vias de transporte, em geral, acessíveis e regulamentadas para o tráfego (leia-se: mercado de coisas e pessoas). Por outro lado, também são indicativos de um comprometimento com o ideal civilizatório, onde o público se distingue do privado pelo primeiro estar sob o controle do Estado e o segundo da família burguesa, e onde a padronização através de retas e espaços delineados e

regulamentados para o fluxo de pessoas, animais e coisas, refletem a ordem e a modernidade (BERMAN, 1986), a falsificação da realidade em prol da hegemonia da classe dominante através de uma nova ontologia, materializada através das construções.

Este período coincide com uma mudança no padrão da mentalidade burguesa, de forma internacional, onde pela primeira vez, as artes começam a ser abertamente obceçadas pelas transformações capitalistas (HOBBSAWM, 2016 a, p.58). Tal fenômeno nos remete às obras de Debret sobre a cidade, onde as charqueadas, o comércio e a exploração são elementos sempre presentes.

Em 1834, a câmara da vila de Pelotas já havia elaborado o seu próprio código de Posturas (leis municipais), para reger a vida social e os limites urbanos (ARRIADA, 1994), bem como regulamentar modos de fazer e práticas sociais. Entre estas: a proibição de escavar em logradouros públicos; a demarcação de matadouros públicos; a imposição de abate de pragas (alguns animais como caturritas e cachorro chimarrão); e de aterramento de alagadiços (idem). Essas posturas tinham como objetivo combater práticas comuns, visando um ideal de saúde e limpeza, bem como melhorar o controle do Estado permitindo a cobrança de impostos e multas, assim como, também, o controle da população marginalizada (população às margens do poder hegemônico).

Sobre esse momento de rápida urbanização no início do século XIX, Arriada diz:

Ainda existia um mundo rural pulsando, mas já se notava que outro mundo surgia: ruas eram traçadas, olarias despontavam por vários lados, denotando uma utilização maior de tijolos na construção; medidas eram tomadas para resguardar os Logradouros Públicos, os Poços d'água; Praças surgiam, espaços eram demarcados para futuras construções com hospitais, quartéis e locais para as atividades administrativas. O povoamento e a urbanização tendiam, pela nova organização social e tipos de atividade, a tornar-se urbano (1994, p.101).

Evidentemente, os “transeuntes”, referidos nas posturas municipais, não inclui negros, indígenas e pobres, pois regiões onde essas populações viviam, como o Passo dos Negros, nem ao menos apareciam nos mapas do período, exceto pelas charqueadas ali presente, e muito menos recebem algum tipo de preocupação por parte das políticas públicas do município, exceto em conter e reprimir essas populações.

Ainda de acordo com as Posturas da câmara de Pelotas, é possível identificar um crescente número de leis, visando o controle e a punição da população escravizada em Pelotas, impedindo o acesso dessa população a mercadorias como a pólvora, ou estar na rua em determinados horários, sob pena de chibatadas e multas aos seus senhores, obrigando estes a terem maior controle de seus servos (ARRIADA, 1994). Tudo isso teve como motivação o temor das rebeliões de escravizados, que de fato aconteceram seguidamente, assim como a formação de quilombos (idem).

A prática dos levantes contra a aristocracia era coibida com medidas tradicionais, como o cuidado em ter escravizados de diferentes etnias ou nações africanas (PRADO JUNIOR, 1998). Tal prática permitia aos senhores utilizarem-se das diferenças linguísticas, culturais e rivalidades bélicas entre diferentes grupos da África, de modo a dificultar a aliança entre explorados pelo mesmo sistema contra os senhores, ideologicamente dividindo-os para melhor governá-los. Apesar de todas essas estratégias, que certamente dificultaram o surgimento de levantes, ainda assim, estes ocorreram.

Houve formação de quilombo na região serrana de Pelotas, a datar de 1835 (ÁVILA, RIBEIRO, 2015). Estas foram facilitadas pelo início da revolução farroupilha, que esvaziou a cidade, forçando a elite charqueadora a deslocar seus negócios para longe dos centros de atividade bélica. Há também relatos de levantes associados com o surgimento de quilombos. Em 1848, uma denúncia dizia que 200 negros da etnia Mina estavam organizando um levante e que iam em direção a Serra dos Tapes de Pelotas, e que pretendiam tomar a Câmara Municipal da cidade (idem). Como resultado, providências foram tomadas pelas autoridades através do aparelho repressivo:

As autoridades prenderam mais de 30 dos referidos negros antes do dia programado para o levante, que foram castigados, e a partir de suas confissões as autoridades chegam à conclusão de que era um plano dos negros “Minas”. Foram feitas patrulhas com os guardas nacionais e também com moradores que as faziam de bom grado, sem, contudo, nada encontrarem, a não ser um escravo de João Bittancourt que foi apanhado no Monte Bonito, que disse ter fugido havia dois meses e pertencer ao mesmo levantamento (ÁVILA, RIBEIRO, 2015, p.236).

O desenvolvimento do capitalismo industrial na Grã-Bretanha, gerou necessárias transformações radicais no campo, como as cercas e o desmonte do sistema feudal, assim como a fome pela escassez causada pela produção centrada

no lucro, obrigando o camponês ir para o meio urbano e transformar-se na mão de obra numerosa e barata necessária para a Industrialização (JOHNSON, 1996; HOBBSAWM, 2006 a). Em Pelotas existia a mão de obra escravizada, trazida da África, principal mão de obra das charqueadas e, em menor escala, colonos portugueses desfavorecidos que trabalhavam como peões, além de indígenas que já haviam passado pela catequização jesuíta. Todos eles formaram a mão de obra necessária para a acumulação de capital dos charqueadores e estancieiros, e tal acumulação, feita através da exploração do trabalho e do sobretrabalho é o que tem sido chamado de “desenvolvimento” da industrialização e a urbanização da cidade.

Durante os 10 anos que durou a Revolução Farroupilha, a cidade esteve a maior parte do tempo vazia. No entanto, charqueadores de Pelotas tiveram papel ativo tanto no sentido material como intelectual durante esse confronto:

O outro fato marcante que define melhor ainda a conceituação de cidade Política está ligado a Revolução Farroupilha, (1835 – 1945), trata-se então da revolta dos produtores de carne salgada do Sul do RS (principalmente Pelotas), pela concorrência desleal em relação aos produtos trazidos da Região da Prata, tal fato fez com que os mais interessados, (Charqueadores), entrassem em conflito contra o poder Imperial, aqui cabe uma referencia, pois esses mesmos produtores em alguns casos eram Militares de Alta Patente do Exército, nesse período e o posterior ao mesmo, a cidade apresenta se não uma diminuição no seu desenvolvimento, com um menor crescimento de suas atividades urbanas nesse período de beligerância então caracteriza a cidade do poder e da guerra (PETER, p. 61, 2010).

Do ano 1838, ainda dentro da Revolução Farroupilha, que durou até 1845, foi feito um mapa da cidade de Pelotas e do Arroio São Gonçalo, com seus afluentes da Lagoa Mirim até a Lagoa dos Patos, por Pedro Garcia da Cunha. Os dois mapas a seguir (Figuras 19 e 20) são ampliações de recortes feitos por mim dos mapas originais. O primeiro, que segue, mostra a cidade em seu contexto geográfico, com o Passo dos Negros, o canal São Gonçalo, o arroio Santa Barbara, o rio Pelotas e a Lagoa dos Patos na parte do Laranjal, além de identificar algumas charqueadas e nomeadamente alguns passos, entre eles o Passo dos Negros.



Figura 19 - Mapa "Barra do São Gonçalo" de Pedro Garcia da Cunha, 1838, mostrando Pelotas e o canal São Gonçalo. Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, 2019.

O segundo recorte que fiz no mapa, mostra o perímetro urbano com casas, edifícios e logradouros de 1838. Identifica a antiga praça da Matriz (A) e a nova (M), onde também ficava o pelourinho. Também mostra a antiga Estrada das Tropas (G); o lugar onde deveria ser a nova igreja matriz (I), que acabou não sendo construída, em lugar desta, foram edificadas a Biblioteca Pública de Pelotas e a prefeitura; o Teatro e a antiga Câmara Municipal em (L).

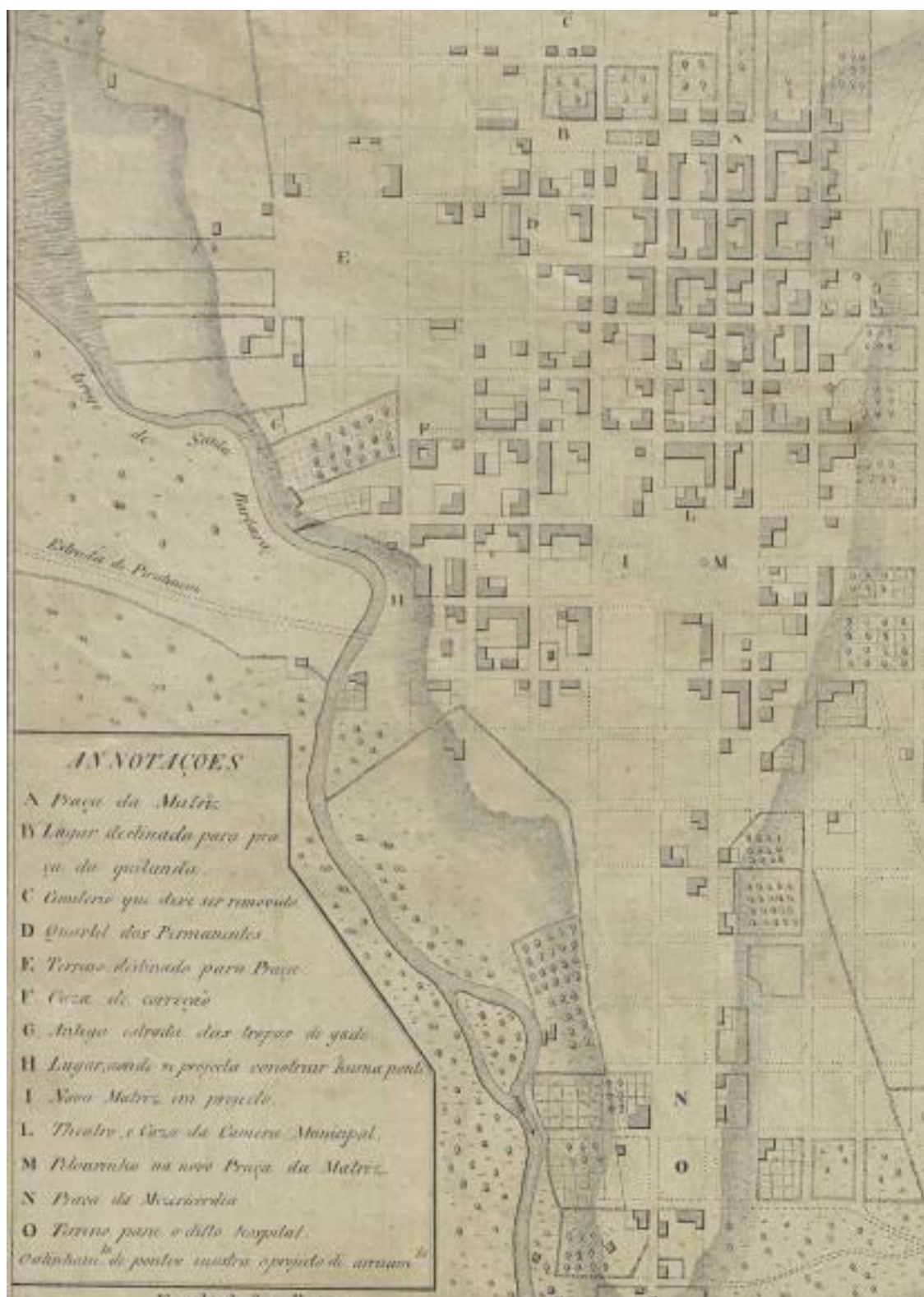


Figura 20 – Mapa "Barra do São Gonçalo" de Pedro Garcia da Cunha, 1838, mostrando o núcleo urbano. Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil, 2019.

Durante o reinado e Primeiro Império, a diferença entre cidade e vila tem mais significado em termos de título honorífico do que qualquer outra coisa, um reconhecimento da importância do núcleo urbano para o império, sendo que

administrativamente Pelotas passa de sete para nove vereadores (MAGALHÃES, 2017). Em regra, apenas as capitais das províncias eram nomeadas cidades, sendo que, na Província de São Pedro, apenas Porto Alegre detinha este título até então.

No final da Revolução Farroupilha, foi demandada a construção do Mercado Público de Pelotas, em 1846. Porém, a sua construção efetiva, feita por partes, envolve processos que arrastaram ainda alguns anos e que seria concluída em 1850 (ROMANO, 2004; GUTIERREZ, 2017). O arquiteto responsável pelo projeto original foi o uruguaio Roberto Offer, que também trabalhava para a igreja, projetando a nova catedral de Pelotas, mas devido a situação financeira do município, a construção foi dividida em partes e diferentes responsáveis pela sua construção (ROMANO, 2004).

O mercado ocupa toda quadra horizontalmente adjacente à quadra da Praça D. Pedro, possuindo uma entrada para cada uma das seguintes ruas: Lobo da Costa; Quinze de Novembro; Tiradentes; Andrade Neves. Atualmente, localiza-se de frente para a prefeitura e a Escola Eliseu Maciel pela Rua Lobo da Costa, construções que seriam edificadas na segunda metade do século XIX.



Figura 21 – Cartão postal com foto do final do século XIX ou início do século XX, mostrando o Mercado Público de Pelotas com sua arquitetura original em estilo neoclássico. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

A construção do mercado apresenta características que lembram o formato de uma fortaleza, com a “matéria prevalecendo sobre a luz”, representada por suas grossas paredes, ocupando e cercando uma quadra inteira em cujo interior estava uma torre-mirante com relógio, e possuindo até mesmo armazenamento de água em uma cisterna. De acordo com Gutierrez (2017), estas características da construção

fazem referência, mais do que qualquer outra de Pelotas, ao período bélico pelo qual acabava de passar a província de São Pedro. Possuía originalmente 56 lojas e era considerada muito elegante, mesmo comparando com o mercado da capital, uma descrição mais detalhada de como era esta edificação é dada por Leonora Romano:

Segundo os documentos de época, tratava-se de um edifício de abóbada e sotéia, ou seja, uma construção com tetos côncavos e com cobertura plana, geralmente ladrilhada, como um terraço. Um prédio de alvenaria e de um pavimento, caracterizado por sua forma quadrangular (62,5 x 62,5m) e pelo pátio central que delimitava. As lojas foram dispostas, lado a lado, e possuíam aberturas respectivamente para o exterior (através de portas e janelas em arco pleno emolduradas por meias-colunas da ordem toscana) e para o pátio central (através de portas com verga reta, protegidas por um avarandado em arcos plenos). Assim, o espaço construído estava destinado aos comerciantes fixos, enquanto o interior do pátio, aos ambulantes (2004, p.91).

A função principal e mais evidente dessa edificação foi a de servir para o comércio de mercadorias, a célula do sistema capitalista e, por esse motivo, não admira que ganhe um espaço tão central na construção da cidade, e tenha ajudado a construir tal centralidade. Elementos ideológicos relacionados ao capitalismo e a modernidade também estão presentes nessa construção. É interessante observar que um elemento do conjunto arquitetônico estava presente desde o início e se mantém até hoje: a torre central com o relógio. Foram trocados ao longo do tempo, mas permanece a mesma função de mostrar, aos quatro cantos da cidade, o horário, mantendo a disciplina do comércio:

A organização capitalista da grande indústria moderna modela a organização inteira da sociedade macroscópica, impinge-lhe os seus ritmos e os seus ciclos, introduz com sua lógica implacável o relógio de ponto e os seus padrões em todas as micro-organizações (NETTO, 2015, p.111).

No início do século XIX, quando a cidade começou a ser construída, a Igreja detinha a função de organizar a vida na cidade com base na religiosidade de seus ritos. Na metade do século o mercado desempenha tal função, apoiado no comércio, através de elementos racionais como a divisão do tempo, e utilizando um objeto, o relógio, como controlador dos ritmos sociais.



Figura 22 - Fotografia do Interior do Mercado Público de Pelotas em sua arquitetura original, feita entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

No início do processo de urbanização da cidade, Posturas (leis municipais) de Rio Grande, em 1829, já visavam regulamentar os materiais que poderiam ser utilizados nas construções em núcleos urbanos, sendo esta regulamentação válida tanto para Rio Grande como para as ruas já delimitadas da então vila de São Francisco de Paula (ARRIADA, 1994). Estas Posturas convergiam no sentido de impor construções feitas de tijolos e com telhado cerâmico, impedindo as construções de barro e capim, que eram o padrão até então.

Essas casas de tijolos em um espaço padronizado e planejado já chamavam a atenção dos viajantes que por aqui passavam, mesmo antes dessas posturas, por destoar da vizinhança (idem). Isso demonstra que a lei apenas estava indo em conformidade com um pensamento já estabelecido na elite local e as condições materiais dessa elite. A proibição de construir casas de capim e barro tinham como objetivo manter a cidade da elite exclusivamente para a elite, impedindo que os explorados e menos afortunados utilizassem o espaço urbano como moradia, separando estes e confinando nas regiões periféricas e insalubres, como o Passo dos Negros, garantindo a manutenção das aparências exigidas pelo espetáculo fetichista.

2.3 BALANÇO HISTÓRICO (1808-1850)

Retornemos ao início do período em que a cidade de Pelotas começou a surgir, para entendermos um pouco mais o processo que levou ao seu surgimento. Nesta época, Portugal não era mais o país das grandes navegações. Tanto Portugal como Espanha perderam a hegemonia de país colonial dominante para Inglaterra e França, desde o século passado, sendo que os dois países comandavam praticamente a Europa inteira, a França controlando a Espanha e Inglaterra Portugal (PRADO JUNIOR, 1998).

O novo pacto colonial visava a substituição do capitalismo anterior, mercantilista, pelo novo capitalismo industrial (idem). Nesse processo, o Brasil seguia as diretrizes da coroa britânica, na maioria das vezes, como um cão completamente adestrado, sendo que as importações da Inglaterra receberam, durante muito tempo, privilégio maior até em relação aos produtos portugueses, com menores taxas em suas mercadorias (idem).

As mercadorias Inglesas entravam com facilidade no Brasil, devido a frota de navios mercantes britânicos ser maior do que a portuguesa, e com o preço cada vez mais barato devido, não só as taxas menores, mas também, a produção em larga escala através da industrialização (PRADO JUNIOR, 1998). Ao mesmo tempo, as mercadorias francesas, depois do período napoleônico, ganharam o mercado brasileiro através da moda (idem).

A repercussão foi a insatisfação de Portugal, que exigia a volta de sua corte e restituição das relações entre colônia e capital como estavam antes (ibidem). Somase a isso os novos capitalistas brasileiros que não aceitavam o retorno das relações anteriores, assim como o desejo de parte da própria corte portuguesa de continuar no Brasil (ibid.). Como resultado desse confronto de interesses, advém a independência do Brasil em 1822. A independência não acontece por fidelidade ao povo brasileiro, mas pela percepção de que essa era a única forma da mesma dinastia se manter no poder, tanto em Portugal como no Brasil:

A Independência do Brasil em 1822 consistiu no rompimento político-administrativo com Portugal, mas a forma monárquica e o centralismo persistiam sustentados na defesa nos laços com a civilização europeia enquanto referencial civilizatório (TORRES, 2000, p.56).

Há alguma resistência de Portugal, em um primeiro momento, em reconhecer a Independência do Brasil, o que pode ser explicado pelo impacto que o tráfico negreiro teria na economia portuguesa para a sua nobreza e burguesia. Por outro lado, os soberanos de Benin e Onin, dois reinos africanos, foram os primeiros a reconhecerem o Brasil como um Estado independente, demonstrando que os vínculos entre o tráfico de escravizados do Brasil com a África eram maiores do que com Portugal, pois Portugal só irá reconhecer a independência do Brasil em 1825, e mediante indenização (VASCONCELOS, 2016).

O Primeiro Império teria fim em 1831, com a abdicação de D. Pedro I no dia 7 de abril que, em meio à turbulência interna, deixa o trono para o seu filho de cinco anos como príncipe regente (TREVISAN, 2007). Tal acontecimento teve importância significativa em Pelotas, pois tornou-se um símbolo de independência econômica para elite local, o que repercutiu na nomeação do Teatro 7 de Abril (MUNARETTO, 2015), uma das construções que contribui para a formação do novo centro de Pelotas ao redor da Praça Dom Pedro II.

Em decorrência das revoluções burguesas e industriais, uma nova ordem econômica e política impunha-se e, com ela, mudanças nas estruturas de pensamento e nas relações sociais. O monopólio de Portugal sob sua colônia já não se sustentava e, como resultado, a independência do Brasil ocorria (PRADO JUNIOR, 1998). Porém, houve outras mudanças que grande parte do mundo ocidental adotava e o Brasil, apesar de sua independência, levava de forma retardada, tentando manter suas antigas relações de produção, mesmo em oposição ao Império Britânico. Entre essas, estava a importação de mão de obra escravizada da África, onde encontra obstáculo no Império Britânico que, de maior exportador de mão de obra escravizada no final do século XVIII, se transforma no paladino da proibição do tráfico negreiro no início do século XIX (idem).

A administração de Portugal e, depois, o Império Brasileiro, fazem algumas concessões a essa nova exigência Inglesa. Mas, diferente de todas as outras exigências britânicas, no comércio de escravizados o governo brasileiro mantém resistência. Isso acontece porque a coroa portuguesa e, depois, o império brasileiro, precisava negociar com os seus sustentadores. Não possuindo o mesmo prestígio e poder que outrora detinham as monarquias absolutistas, cujo poder era fundamentado na aliança com o clero, as novas monarquias dependiam muito mais de seus

apoiadores entre as classes economicamente dominantes. No caso do Brasil, pouco industrializado, sem o avanço tecnológico nos meios de produção que gozavam outras nações, o governo era dependente ainda dos grandes latifundiários e traficantes de mão de obra escravizada. Portanto, a base de apoio da corte dependia da manutenção do sistema escravocrata.

Situação completamente diferente da Inglaterra. Após a independência dos Estados Unidos, onde perdeu a principal colônia na qual empregava-se mão de obra escravizada, restando territórios onde a exploração acontecia por outras formas e, cada vez mais, em virtude da industrialização e do trabalho assalariado em seu próprio território, ou através da exploração de colônias em regime semi-feudais (como a Índia).

O Império Britânico percebe como vantagem combater o tráfico negreiro e que os países indiretamente dependentes dele (como o caso do Brasil), abandonassem o sistema de escravidão colonial e adotassem as novas relações de produção puramente industriais, porém dependentes. Isso, por sua vez, fortaleceria o comércio sobre produtos industrializados e assim os interesses britânicos, criando uma sociedade de consumo global onde, por serem os pioneiros, possuíam larga vantagem.

A constante desobediência brasileira, recebe a retaliação, a Inglaterra adota a estratégia de atacar os navios negreiros entre os que fossem identificados no atlântico, traficando negros que viessem das colônias ao norte da Linha do Equador. Mais tarde a situação muda, por insistência da coroa portuguesa, para inspecionar os navios antes de abatê-los. Na prática, dificilmente um navio era identificado como negreiro por este método, uma vez que os traficantes, ao avistarem um navio inglês, jogavam fora a carga em alto mar, isto é, os escravizados com pedras amarradas e em redes para afundar rapidamente sem serem percebidos, e destruindo assim as provas do crime que seriam utilizadas em tribunais internacionais (PRADO JUNIOR, 1998).

Para os traficantes, o comércio com escravizados era suficientemente lucrativo, mesmo com os riscos de perder a “carga” humana transformada em mercadoria, pois era fácil buscar novamente na mesma fonte, e o preço cada vez mais caro, devido à crescente demanda, acabava compensando (idem). Por outro lado, no Brasil imperial, apesar da lei sancionada, tornando os negros que chegassem em solo brasileiro

através do tráfico pessoas livres, na prática, o comércio acontecia sem qualquer constrangimento.

Em 1845, termina o prazo do acordo entre Portugal e a Inglaterra, estendido ao império brasileiro, e que concedia aos oficiais ingleses o direito de inspecionar os navios. Apesar da tentativa britânica, este acordo não foi renovado por decisão unilateral do Brasil, graças a pressão que era feita pelos latifundiários e traficantes que sustentavam a coroa e beneficiavam-se com a escravidão (ibidem). Como o governo brasileiro não tomava nenhuma medida efetiva para impedir o tráfico e garantir o cumprimento de suas próprias leis, assim como a inspeção não surtia efeito, a Inglaterra outorgou-se o direito de intervir por conta própria através da lei “Bill Aberdeen” de 1845: passou simplesmente a ignorar todos os tratados internacionais e perseguir os navios negreiros, adentrando, inclusive, em território e solo brasileiro, invadindo e bombardeando portos se necessário, para perseguir os traficantes e erradicar esta prática (ibid.).

Portanto, apesar das leis que, em primeiro momento, limitavam a compra de mão de obra escravizada e, depois, proibia definitivamente, ainda assim, o tráfico foi mantido até os anos 1850, de acordo com Caio Prado Junior (1998). Foi então que, na iminência de uma guerra com o Império Britânico, o Império Brasileiro atende à demanda inglesa, e decide definitivamente combater abertamente o tráfico, expulsar os traficantes do Brasil, apreender os navios negreiros em suas costas e fazer cumprir sua própria lei. Isso foi motivado, em grande parte, pelo temor de uma guerra contra o Império Britânico, mas também pelo comércio que começava a se arruinar e em partes pela aceitação dos próprios latifundiários que estavam, em grande número, endividados com os traficantes, uma vez que estes vendiam os escravizados cada vez mais caro (idem).

O período é marcado pelo encarecimento da mão de obra escravizada e em sua maior escassez, devido a perseguição britânica aos navios negreiros, o que tem duas consequências:

- 1 - O Brasil importa mais do que exporta, sendo deficitário a maior parte do tempo em suas transações, aumentando a dívida pública e a desvalorização de sua moeda, o que foi demonstrado por Caio Prado Junior (1998);

- 2 - Começa a existir um maior cuidado com a mão de obra escravizada, motivadas por força de lei, decorrente de fator econômico, uma vez que esta mão de

obra se torna mais cara. Como consequência, um acréscimo populacional entre negros é verificado para o período seguinte, sendo que antes a população de escravizados era extremamente flutuante devido à pouca consideração que suas vidas tinham frente aos senhores (idem). Esse crescimento, apesar das tentativas governamentais, ainda é em decorrência do tráfico, e não da reprodução em cativeiro (ibidem);

3 – Com o crescente número de escravizados, surge uma maior preocupação com as rebeliões, aumentando através da lei as punições para desobediência e levantes negros (ibid.), de onde observamos como reflexos em Pelotas a construção do centro longe das charqueadas, e do pelourinho em uma região central.

O crescente medo das rebeliões pelo número ampliado de escravizados é uma preocupação, apesar das considerações feitas por Caio Prado Junior, de acordo com Clóvis Moura (2014), é a explicitação da luta de classes o único fator que foi definitivo para a mudança do sistema.

Só então, com o fim do tráfico negreiro, que o Brasil passa pelos balanços característicos do capitalismo de inflação e deflação econômica (PRADO JUNIOR, 1998). Outra característica importante do período, que vai de 1822 até 1844, é a total dependência do mercado externo, sendo que até caixões eram importados da Europa (idem). Isso aconteceu devido às taxas que favoreciam a Inglaterra e que, com a Independência, foram estendidas para as outras nações, o que desfavorecia o mercado interno. Tal situação só mudou a partir de 1844, com mudanças na lei sobre taxas de importação.

No processo de acumulação de excedente e no adensamento populacional decorrente, é necessário levar em consideração as relações de produção entre classes sociais com a produção. As charqueadas, embora tenham suas particularidades, guardam semelhanças com o sistema de escravismo colonial que era empregado de norte a sul no Brasil, aqui produzindo charque; na Bahia, o açúcar; no Maranhão, algodão e assim, conforme a região e o tempo, as mesmas relações entre senhores e escravizados em torno de uma unidade produtiva e latifúndio.

O desenvolvimento das charqueadas apresenta dois setores da classe detentora dos meios de produção, que estavam diretamente relacionados: Os charqueadores e os estancieiros. No entanto, estes dois setores não tinham interesses antagônicos, ao contrário, possuíam interesses que convergem no mesmo

sentido sendo, inclusive, muitos charqueadores também estancieiros (ARRIADA, 1994). Como classe antagônica aos senhores, estavam, no sistema escravista colonial, os escravizados, e estes geram, através do seu trabalho alienado, a fonte de riqueza dos charqueadores: os derivados do gado, especialmente o charque, e também os derivados do barro em trabalhos nas olarias.

O charque, através da venda no mercado, garantia o acúmulo de trabalho cristalizado em moeda. A moeda, por sua vez, era utilizada na compra de bens de prestígio e na contratação de arquitetos e artistas para a construção de edificações imponentes e na compra de produtos importados, entre estes os adornos de decoração vindos da Europa. Por último, os próprios escravizados também fabricavam os tijolos e telhas utilizados nos casarões, e serviam como mão de obra nessas construções durante o período de entressafra do charque (GUTIERREZ, 2001).

As relações entre alienação do trabalho e as distorções que decorrem da alienação, entre valor de uso e valor de troca, já estavam bem demarcadas. O trabalho humano é parte essencial da vida sendo, inclusive, tempo de vida utilizado para a produção. Com o antagonismo de classes e a alienação do trabalho este, ontologicamente, vai perdendo o valor frente aos objetos produzidos pelo trabalho. A própria coisificação dos indivíduos também já estava presente, pois a classe subalternizada, os escravizados, eram tratados como mercadoria.

3 CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO EM PELOTAS (1850-1900)

Caio Prado Junior (1998) chama esse derradeiro período Imperial de “O Império Escravocrata e a Aurora da Burguesia”, por representar definitivamente a queda da aristocracia destronada pela burguesia, porém, de forma combinada e gradual. Na agricultura, por sua vez, ocorre uma grande transformação, onde a produção de açúcar, tabaco e algodão perdem importância, e a produção dessas mercadorias entram em decadência em detrimento de outra, que passa a conquistar o mercado externo, deslocando mais uma vez o eixo econômico do país: o café, produzido principalmente em São Paulo.

Ainda segundo o pesquisador (idem), esses produtos estariam sofrendo os efeitos do mercado capitalista internacional: O algodão passa a ser plantado nas colônias britânicas e a Índia sob domínio britânico; os países europeus e os Estados Unidos passam a produzir açúcar através da beterraba, arruinando a indústria da cana de açúcar; e com a erradicação tráfico negreiro, o tabaco perde a importância, pois era a principal mercadoria utilizada na troca por escravizados na África. Por fim, o café passa a ser fetichizado, tornando-se mercadoria de luxo na Europa e nos Estados Unidos e, de modo geral, entre a burguesia. Como o seu cultivo encontra condições favoráveis em São Paulo, e algumas partes de Minas Gerais e Rio de Janeiro, substitui a plantação de cana que antes predominava nessa região, enriquecendo ainda mais a elite local (ibidem).

O Sudeste⁴ torna-se o principal centro de acúmulo de capitais, e a Província de São Pedro aparentemente não mudou as suas relações no comércio, pois continua fornecendo produtos alimentícios para o resto do país. Agora, no lugar de Minas Gerais, São Paulo se transforma no principal destino da carne salgada, e o ciclo charqueador continua acumulando capitais através da mão de obra escravizada da mesma forma, assim como a urbanização em consequência deste acúmulo continua a crescer cada vez mais.

O Nordeste, por outro lado, é profundamente prejudicado graças a esses acontecimentos e:

⁴ Vale lembrar que nessa época a Província de São Paulo ainda incluía, além da unidade federativa do mesmo nome, o estado do Paraná e a metade oeste de Santa Catarina, fazendo fronteira com a Província de São Pedro, o Rio Grande do Sul.

Buscando remediar estes problemas, desde a década de 1850, comerciantes e fazendeiros, estimularam um crescente comércio interno de escravos, seja de algumas províncias para outras, seja no interior das próprias províncias. O conjunto destas transações ficou conhecido como tráfico inter-provincial e intra-provincial de escravos. (VARGAS, 2011, p.1)

Com a erradicação do tráfico negreiro e a demanda por mão de obra cada vez maior nos cafezais, cresce o comércio interno de escravizados que fornecem um fluxo direto do Norte para o Sul e, com a escassez de mão de obra, debilita ainda mais a produção nordestina (PRADO JUNIOR, 1998).

A produção do café, apesar de tornar-se a grande indústria do Brasil, e praticamente a única voltada para o exterior, agravou contradições capitalistas em sua produção, dando origem à terceira e última das aristocracias no país (idem). A plantação do café demandava o planejamento e o dispêndio de grande soma de capital, já que a planta demora em torno de quatro anos para dar frutos. Demandava, também, uma grande produção em latifúndios, processos de triagem e um complexo gigantesco, sendo, portanto, um mercado em que os pequenos produtores não poderiam se inserir (ibidem). Ademais, era necessária a mão de obra escravizada, e essa tornava-se cada vez mais escassa.

Acontece uma grande acumulação de capitais no país, através de seus primeiros superávits crescentes. Esses tinham como causa, em grande parte, o fim da importação de negros escravizados e maior taxaço dos produtos importados, fortalecendo o mercado interno, assim como, o reestabelecimento das atividades comerciais com a Grã-Bretanha, resultando em maior estabilidade política do Império (ibidem). Isso permitiu à burguesia nacional e ao governo, condições de “modernizar” o país pela segunda vez, a primeira ocorreu com a vinda da corte ao Brasil, o que foi apresentado no capítulo anterior. Dessa vez, a modernização acontecia, principalmente, através da importação de tecnologias que já estavam bem desenvolvidas na Europa, como o trem e máquinas a vapor em geral. Essa modernização tecnológica visava a economia com a mão de obra escravizada, que estava escassa, aumento da produção e melhoria no fornecimento de produtos para o mercado.

Caio Prado Junior (1998) explica o surgimento nesse período de uma maior preocupação do governo com a preservação da mão de obra escravizada, e que repercutiam em leis visando a saúde dos escravizados e incentivar o casamento e a manutenção de suas famílias. Através do fortalecimento desses laços, pretendia-se

garantir a reprodução em cativeiro e a continuação do sistema, que demandava cada vez mais mão de obra.

Ao lado da preocupação, gerada pela demanda de mais humanos transformados em mercadoria, no fenômeno de coisificação dos indivíduos, caminhava, também, o temor de um levante negro. Nesse sentido, medidas drásticas foram tomadas, como a lei de 1835, já comentada anteriormente, e que estabelecia pena de morte para qualquer insurreição ou ofensa física que fosse cometida por escravizados (idem). Essa lei permaneceu em vigor na segunda metade do Império, quase sempre levando à morte, mesmo que por ofensas leves, quando então, no lugar da força, eram utilizados os açoites.

As medidas não surtiram efeito, e a demanda por braços nos cafezais aumentava cada vez mais, uma nova alternativa foi buscada: a imigração de colonos europeus para suprir a mão de obra. As primeiras levas de colonos europeus chegaram no Brasil e, em seguida, recebiam lotes de terra para plantar, na estratégia de criação e desenvolvimento da agricultura em minifúndios. Depois, com a demanda por mais mão de obra nos cafezais, os Barões importavam mão de obra da Europa, principalmente na Alemanha, onde os imigrantes assinavam um contrato antes de embarcar, e em condições de trabalho muito semelhantes com a escravidão (Ibidem). Mais tarde, esse fluxo diminuiu drasticamente, devido a preocupações internas das nações europeias, desaconselhando a imigração para o Brasil, devido às características de exploração extrema (ibid.).

As primeiras tentativas de empregar a mão de obra assalariada dos colonos europeus, ao lado da mão de obra escravizada, demonstraram-se ineficazes. Os colonos europeus não aceitavam as mesmas condições dos escravizados, e os escravizados, ao perceberem europeus trabalhando em melhores condições, exigiam situação semelhante (ibid.). No entanto, embora não tenham prosperado em um primeiro momento, mais tarde viriam novos ciclos de imigração europeia, e a mão de obra escravizada demonstrava-se cada vez mais incompatível com o novo sistema (ibid.).

A incompatibilidade evidenciava-se através das relações de produção escravistas coloniais em comparação com a relação assalariada, do capitalismo industrial. O humano escravizado, quando era comprado, representava um grande investimento para o seu senhor, sendo um capital fixo que, na melhor das hipóteses,

tem a duração de vida de qualquer ser humano (ibid.). Investimento que não tinha total garantia de retorno, pois o escravizado poderia fugir, cometer suicídio ou morrer pouco tempo depois, sem que a soma gasta fosse restituída, e os riscos aumentavam cada vez mais com o acirramento da luta de classes.

Preocupações do senhor com seu servo demandavam, mesmo que fosse em mantê-lo preso e impedir o seu deslocamento, além da alimentação mínima para sua sobrevivência, o controle para mantê-lo trabalhando e a sua própria segurança contra eventuais revoltas. As primeiras experiências com assalariados em cafezais demonstraram que aquela mão de obra não possuía tantas desvantagens como a escravizada, pois o pagamento era feito semanalmente ou por safra, e bastava isso e nenhuma preocupação com o trabalhador que vinha e ia “livremente”, de acordo com seu próprio bolso e suas próprias necessidades de sobrevivência (PRADO JUNIOR, 1998).

O trabalho assalariado representava maior circulação interna de capitais, conforme pregava a ideologia liberal em voga. Quando isso foi percebido, considerava-se que a escravatura estava com seus dias contados, mas ela só teria um fim definitivo com as crescentes rebeliões e abandono das senzalas feitos, principalmente, nos últimos anos do império.

Transformações quanto a propriedade da terra foram criadas pela “Lei de Terra de 1850”, que instituiu pela primeira vez no Brasil, que a propriedade sobre as terras só seria possível através da compra, uma vez que antes as terras eram consideradas do Estado, e cedidas aos seus donatários ou posseiros, daí o nome e significado anterior de “terras devolutas” (CAVALCANTE, 2005). Havia a perspectiva de transformar o território em um espaço produtivo, em uma lógica de mercado, desfazendo o caráter social que a terra tinha no período anterior (idem).

O fim do tráfico permitiu a existência de investimentos em outras atividades econômicas (bancos, ferrovias, etc.), contribuindo para a adaptação da sociedade brasileira às exigências capitalismo (sic). Portanto era necessário que o escravo deixasse de ser uma mercadoria rentável e que a terra assumisse esse papel o mais breve possível (CAVALCANTE, 2005, p.4).

A lei indica que as terras devolutas, aquelas que não estavam sendo ocupadas com alguma cultura ou moradia, ou que não fossem demarcadas em um prazo estabelecido, fossem revertidas ao governo (idem). A venda de terras devolutas por parte do governo serviria para financiar a vinda de imigrantes europeus, mão de obra

livre, para o Brasil, e esses imigrantes poderiam também comprar terras. Mas as terras eram vendidas a um preço alto, o que dificultava o estabelecimento de colonos em determinados lugares (idem).

Antes da promulgação da Lei de Terras, os lotes eram cedidos gratuitamente aos colonos, que se instalavam por conta própria, por conta do governo ou por conta das companhias de colonização. Após essa lei, em regra, o governo cedia gratuitamente as terras às companhias, que por sua vez as revendiam aos imigrantes em condições lucrativas (CAVALCANTE, 2005, p.5).

As medidas foram um fracasso, se considerarmos que o governo abandonou as inspeções em 1878, tendo realizado muito pouco para fazer cumprir a lei, o patrimônio da elite não foi alterado em nada e as terras continuaram a ser obtidas sem o controle do Estado (idem). Em termos de declaração de terras ao governo, a única exceção foi a Província de São Pedro, que foi muito bem documentada, acredita-se que devido à forma de colonização por europeus em pequenas propriedades (ibidem).

Clóvis Moura (2014), destaca que em termos práticos a propriedade privada sobre a terra já existia, e desta forma era exercida pelos seus donatários e posseiros. A lei nº 601 (lei de terras), portanto, tinha um outro propósito: era o de manter no campo a hegemonia dos latifundiários. Segundo o pesquisador (idem), a lei servia apenas para evitar que os negros libertos exigissem do Estado o direito à concessão de terras, situação que se imaginava iria acontecer com o fim da escravidão, pois, pressentindo a inevitabilidade do fim desse sistema de exploração, os proprietários de terras exigiram maior segurança sobre suas posses:

Como dissemos anteriormente, ao invés de se liberalizar a posse da terra através de sua compra, o que o governo estava fazendo era impedir a sua democratização. Enquanto isto, o número de camponeses sem terra se multiplicava com a crise do sistema escravista (MOURA, 2014, p.114).

Portanto, a lei teve efeito, pois mais tarde, quando da abolição, era praticamente impossível para um ex-escravizado adquirir terras, pois comprá-las com o preço que atingiram estava fora de cogitação, ocupá-las por meio da posse tornou-se ilegal, e o governo não sedia mais terras. Assim, o domínio de latifundiários sobre as terras manteve-se.

A lei demarca uma transformação onde o poder pelo prestígio, com a concessão de terras pelo rei, é substituído pelo poder econômico (na compra de terras), e as preocupações com o mercado e a mão de obra começam a ficar mais explícitas. Além disso, os fundos para a importação de imigrantes europeus e as

políticas voltadas para a venda de terras subsidiadas àqueles, ignorando completamente negros, indígenas, caboclos, e trabalhadores sem-terra do campo (em geral, não brancos) que já existiam aqui, revelam a intenção de branqueamento da população no plano ideológico (idem).

Estava fechado o circuito, estabelecendo-se a profilaxia que impediria a mobilidade da sociedade brasileira rumo a um estágio com possibilidades iguais para todos os seus filhos. Depois disto, a Abolição poderia vir sem nenhum susto ou trauma para as classes senhoriais. Tudo ficou sob controle (MOURA, 2014, p.120).

Caio Prado Junior (1998) indica que nesse período, a “Colonização Europeia” tem por significado o processo em que europeus viriam ao Brasil recebendo lotes de terras na perspectiva produzir alimentos para os centros urbanos, e garantir ao Império um maior domínio do território; conforme o mesmo historiador, “Imigração Europeia” seria o processo da vinda de europeus que não recebiam terras, mas aqui chegavam na perspectiva de trabalhar na produção como mão de obra assalariada, processo que ocorreu principalmente nos cafezais. Portanto, há uma diferença entre campesinato e proletariado, respectivamente. O Sul do país também participou da disputa por colonos europeus, embora a ocupação aqui tenha tomado principalmente a característica de colonização, e não de imigração (idem), porém, ambos os casos, imigração e colonização, foram percebidos na cidade de Pelotas.

No mapa a seguir (Figura 23), identifico os principais locais de Pelotas em investigação. Nele constam alguns edifícios que foram abordados, que são o casarão 2, o Teatro 7 de Abril, A Intendência Municipal, a Escola Eliseu Maciel, o Mercado Público, todos ao redor da praça D. Pedro II. Também identifiquei nele a localização da Estação Férrea de Pelotas, a estrada de ferro e a rua 15 de novembro, esta última por deter a principal concentração de estabelecimentos comerciais no período. Por fim, o mapa também identifica o primeiro e segundo perímetro de proibição de cortiços e o antigo leito do Arroio Santa Bárbara.

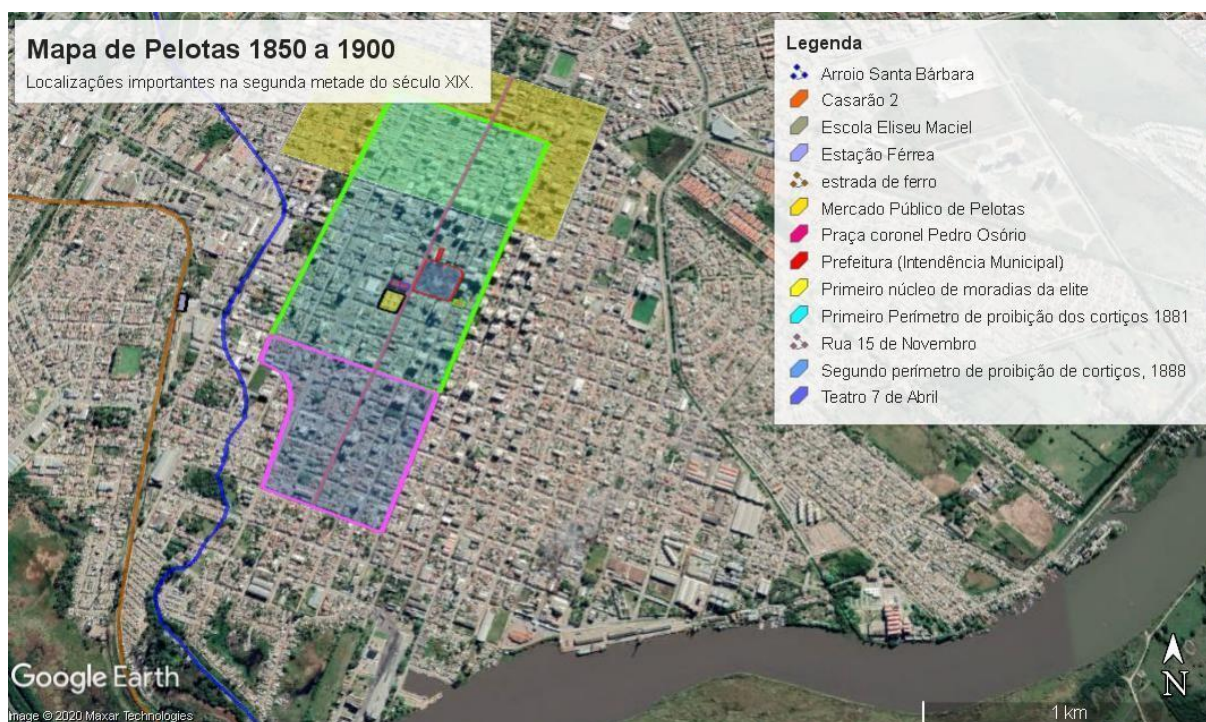


Figura 23 - Localização no mapa de Pelotas de locais importantes para este estudo feito através do Google Earth. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2020.

3.1 PELOTAS DO FETICHE

Pelotas é marcada pelo grande acúmulo de excedente produzido nas charqueadas através da mão de obra escravizada, tal como no período anterior. No entanto, a cidade passa por uma segunda transformação, com a mudança do centro da cidade que sai definitivamente do entorno da igreja para a o entorno da praça Dom Pedro II , mercado público e teatro construídos no período anterior, surgindo novas construções de prédios públicos e novos casarões da elite, bem como reformas arquitetônicas nas antigas construções que visam adaptar ao estilo eclético, procurando desta forma imitar a modernização europeia:

Parte da riqueza acumulada pela elite pelotense foi empregada na construção das residências ecléticas edificadas entre 1870 e 1931, [...]. A burguesia ascendente de Pelotas, enobrecida pelos títulos que receberam muitos dos proprietários dos imponentes palacetes, importou elementos funcionais e ornamentais dos países europeus industrializados, integrados aos prédios. Adquiriu ornamentos produzidos em ateliês e oficinas que se criaram na localidade para esse fim. Contratou artesãos para a realização das decorações das superfícies murais externas e internas, que se repetiram nos edifícios semipúblicos e públicos, com diferentes funções. Dessa maneira, a paisagem urbana local buscou espelhar o aspecto moderno dos grandes

centros brasileiros ou da Europa, símbolo da civilização e cultura peculiares à modernização e à modernidade (ROSENTHAL, SANTOS, 2014, p.13).

A preocupação com colonizar a região rural de Pelotas, através da importação de mão de obra europeia, já existia desde 1832, e em 1848 foi criado o projeto da “Colônia Agrícola São Francisco de Paula”, porém, o projeto foi julgado inoportuno pelo presidente da província em 1849 (ANJOS, 2017). Apesar disso, em 1850, é estabelecida a primeira colônia em Pelotas, a Colônia Dom Pedro II, na estrada que ia para o Capão do Leão, com 40 lotes ocupados por mais de 300 Irlandeses (ANJOS, 2017).

Em 1860, a população de Pelotas era de 13.577 habitantes, e 1.473 moradias distribuídas, no que dá uma média de 9,19 habitantes por prédio (ARRIADA, 1994). Daquela população, 8.838 pessoas habitavam a zona urbana, que se distribuía em 52 quarteirões (CERQUEIRA, VIANA, PEIXOTO, 2008). Esses números refletem, não só o grande crescimento populacional, alcançado em função do ciclo charqueador, que ainda estavam longe de entrar em decadência, como também reflete o grande número de negros escravizados empregados. Os escravizados não eram utilizados apenas na produção do charque, mas em todas as funções domésticas do período, compondo, provavelmente, a maior parte dos habitantes da cidade.

Especialmente durante o período Imperial, o contrabando é um importante fator na economia pelotense. Uma vez que os territórios do Rio Grande do Sul e o do Uruguai sejam delimitados por uma fronteira continua, sem muitos obstáculos naturais, e historicamente fizeram parte do mesmo contexto de ocupação, era comum que estancieiros tivessem terras dos dois lados da fronteira, e vendessem o gado no país que ofertasse o melhor preço (LONER, 2017). Muitas das riquezas adquiridas através de importações e exportações chegaram até a cidade através do porto de Montevideú, e não o de Rio Grande (idem).

Pelotas, assim como o Sul em geral, tem o seu desenvolvimento na perspectiva de gerar mercadorias que alimentem o centro produtor. Nessa época, o centro econômico do país já estava localizado no sudeste, São Paulo e Minas Gerais. Talvez, desse fato, derive a ideia que considera o Sul como o celeiro da Nação. No final do Império, período dos cafezais, isso não mudou, e o charque continuou a ser produzido em função da exportação:

Ao longo de quase todo o século XIX, o charque foi o produto-rei da economia rio-grandense e permaneceu no topo das suas exportações. Concentrando

milhares de cativos e abatendo milhões de reses, o município de Pelotas destacou-se como o grande núcleo charqueador da Província. Fundamental na alimentação dos escravos das plantations do sudeste e nordeste do país, a produção e o comércio do charque ainda foram responsáveis por aprofundar a integração dos mercados do sul com o restante do Brasil. Como resultado deste fenômeno, Pelotas foi cenário da formação de uma das elites mais ricas da região. Os charqueadores constituíram sua fortuna com base no trabalho escravo e qualquer ameaça a estas relações de produção poderia prejudicar demasiadamente os seus negócios (VARGAS, 2011, p.1).

Diferente do Nordeste, que teve sua população escravizada diminuída em virtude da demanda por essa mão de obra nos cafezais, Pelotas não sofreu tal processo tendo, inclusive, aumentado sua população de escravizados durante algum tempo (idem).

O período que vai da metade do século XIX até o início do século XX, é considerado o período de modernização da cidade, alavancado pela ascensão econômica, a “época de ouro das charqueadas”, de 1860 até 1890 (MAGALHÃES, 1993; GILL, 2017). Por esse motivo, é o período preferido pelas políticas públicas de patrimonialização, uma vez que a riqueza alienada e acumulada serviu para a criação de monumentalidade e espetacularização do fetiche, o que é muito valorizado até os dias de hoje.

Esse momento histórico da cidade é caracterizado pelo surgimento de clubes de comércio, clubes sociais e carnavalescos; grupos teatrais, literários, religiosos, políticos, abolicionistas; jornais de diversos tipos (GILL, 2017); também surgiu a iluminação a gás hidrogênio em 1878, e que aumentava o tempo de vida noturno na cidade (LOPES, 2005); fornecimento público de água; prédios públicos e, em geral: obras públicas, que passam a dar forma a cidade em sua parte reservada à elite.

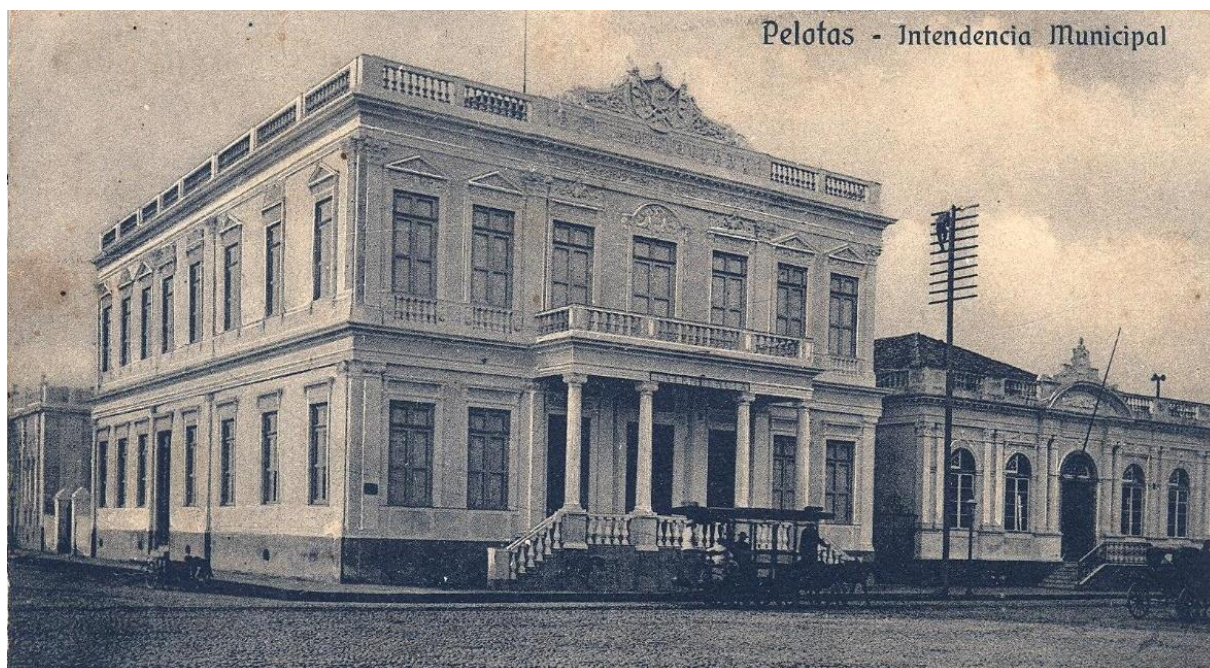


Figura 24 - Câmara Municipal e Biblioteca pública, construídos em 1880 e 1878 respectivamente. Fotografia tirada entre os anos 1890 e 1911. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

Também é nesse mesmo período em que foi introduzida e consolidada a arquitetura eclética historicista na cidade, estilo que aqui se estendeu até 1930 (SANTOS, 2009), substituindo o luso-brasileiro anterior, e que não ficou contido apenas à cidade de Pelotas mas se espalhou pela região:

O impacto do crescimento da indústria charqueadora na região espalhou riqueza no campo, levando à constituição de vários pequenos núcleos urbanos na região, muitos deles adquirindo sua autonomia administrativa ao longo do século XIX, sobretudo na segunda metade. Nas suas devidas proporções, estas cidades experimentaram também o rompante de urbanidade, marcado pela substituição, na arquitetura, do estilo colonial luso-brasileiro pelo ecletismo histórico, e pela instalação de empreendimentos comerciais e equipamentos culturais (como teatros), com a chegada de imigrantes nas áreas urbanas, muitos deles chamados “burgueses imigrantes”, pela característica de suas atividades capitalistas (PEIXOTO, CERQUEIRA, 2006, p.2).

Outro elemento importante para a difusão do estilo eclético na Província do Rio Grande de São Pedro, foi a proximidade com os países Platinos, para onde iam muitos arquitetos, construtores, artífices e artistas europeus que, em busca de trabalho, iam para Buenos Aires e Montevideú (SANTOS, 2009). No entanto, aqui eles possuíam uma certa margem para inventividade e novidade, diferente da Europa. Uma das características das edificações construídas em Pelotas, sendo este um dos elementos novos e distintos de um suposto “neoclássico puro”, é a presença de porões altos. Os

porões, com óculos de ventilação, estão presentes nos casarões devido a umidade e o frio da região. Além de aumentar a imponência dos casarões, já estavam presentes no período colonial, portanto, representando uma continuação da arquitetura anterior (idem).

Nas características comuns dessas edificações estão as que seguem: construção em retângulo coroado por estrutura triangular, como nos templos gregos, indicando a influência greco-romana; construção tripartidas e simétricas (porão alto, corpo, platibanda); tendência à horizontalidade; decoração neoclássica principalmente em estuque (pilastras, balaústres, medalhões, brasões, estátuas etc.); vazios centrais e espaçamento laterais ocupados por jardins; ocultação das vias de escoamento de água (teto, calha); paredes internas decoradas com escaiolas (falso mármore), paredes externas decoradas com frisos, teto decorado em estuque; pisos com azulejos portugueses, azulejo hidráulico ou então com madeira de lei com mosaico geométrico; diferentes decorações e materiais de acordo com a função de cada cômodo e quem o frequentava; maior preocupação com a iluminação interna que é demonstrada através de grandes janelas, presença de claraboia, recortes da estrutura da edificação; presença de mirantes (terceiro andar em “torre”) que serviam para iluminar o interior e vigiar o porto e a cidade; gradis, armações e portões de ferro. Uma mistura de estilos entre o greco-romano, renascentista, barroco e outros, é visto com frequência na mesma construção, especialmente as moradias burguesas.

Elementos como o porão alto, foram eliminados no período posterior a 1888, assim como, com o desenvolvimento de novas classes, casas de operários e, principalmente, pequeno-burgueses⁵, começam a manifestar estes estilos em suas residências (SANTOS, 2009). Essas mudanças refletiam a ontologia moderna burguesa, que tinham como bússola os países europeus, e que pretendiam transformar essa região em um exclave⁶ para tais ideias e estilos:

Equipadas com os melhoramentos urbanos importados, higienizadas, arborizadas e enfeitadas pelos invólucros murais ornamentados dos edifícios ecléticos, as urbes da fronteira meridional do Brasil se fizeram modernas e materializaram a nova mentalidade da sociedade burguesa européia transposta ao Novo Mundo, respondendo aos interesses das classes dominantes que construíram e viveram – entre os anos de 1870 e

⁵ Pequeno-burguês é alguém que detém um meio de produção, mas também se vê forçado a trabalhar neste meio devido às condições materiais em que se encontra, tendo poucos empregados ou nenhum. É principalmente o caso de pequenos comerciantes.

⁶ O exclave é rodeado e isolado como um enclave, mas pertencendo a outro território.

1931 – em Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Bagé, Santana do Livramento e Santa Vitória do Palmar (SANTOS, 2009, p.2906).

O estilo Neoclássico, que tenta reviver a antiguidade clássica através de um ideal de pureza e beleza, começa sua hegemonia ontológica na Europa, a datar de 1750, e tem alguma influência no Brasil já no século XVIII, mas sua intensificação surge a partir da Missão Artística Francesa, quem vem ao Brasil em 1816 (DINIZ, 2017). Em Pelotas, porém, é principalmente na segunda metade do século XIX até o início do século XX que o estilo neoclássico tem sua presença mais bem demarcada (idem).

Zarankin (1999) considera que os papéis desempenhados pela materialidade irão variar conforme cada sistema cultural, onde adquire uma dimensão ideologicamente ativa. Elenca três perguntas: Como se constroem (seus sistemas de significado)? Como se transformam através do tempo? Através de que estratégias se legitimam? Tendo essas perguntas como inspiração, escolhi retratar o edifício que segue neste trabalho, para demonstrar como o fetiche aparece na espetacularização de uma residência doméstica burguesa construída no entorno do novo centro elitista de Pelotas. Ademais, escolhi analisar este casarão porque ele se distingue dos outros do seu entorno junto à praça, por mesclar em uma construção dois períodos de transformação da cidade, o que pode nos dar mais informações sobre as mudanças que estavam ocorrendo.



Figura 25 - Casarão 2, frente ao Hall de entrada. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

O assim chamado “Casarão 2” pertenceu originalmente ao construtor e charqueador José Vieira Vianna. O primeiro registro escrito sobre este sobrado data de 1854, através do inventário de seu dono original (GUTIERREZ, 2017). Porém, é certo que foi construída antes dessa data, pois já constava no mapa urbano de Pelotas em 1835 (CERQUEIRA, VIANA, PEIXOTO, 2008). Mais tarde foi comprada por José Antônio Moreira, português de nascimento e naturalizado brasileiro, após a Proclamação da Independência. Moreira contribuiu com a causa imperial durante a Revolução Farroupilha, e obteve o título de “Barão do Butuhy” em 1873. Era dono de uma charqueada no lado esquerdo do Arroio Pelotas (FIGURA 10), ao lado da charqueada do Barão do Jarau (GUTIERREZ, 2017). O Barão do Butuí era proprietário de muitos bens e escravizados na cidade e região, tais como:

A partir da cópia das matrículas de 1872, o plantel de escravos do Barão de Butuí estava dividido da seguinte forma: residentes na cidade (27), na charqueada (79), na Serra dos Tapes (3), na Estância de Poncho Verde, localizada no município de Bagé (18), a bordo da Barca Pombinha (5), do Patacho Moreira (3), do late Santa Rita (4) e do late Novo São Jerônimo (3). A partir dessa divisão já é possível perceber que 55% do plantel residia na charqueada, 19% na cidade, onde o Barão possuía dois sobrados e diversas

casas e terrenos. Na estância e na chácara nos Tapes estavam 15% deles e a bordo de alguma embarcação encontravam-se 10% (VARGAS, 2017, p.163).

O Barão teria presenteado o seu filho Ângelo Gonçalves Moreira em comemoração às bodas do seu casamento e, devido a isto, esta casa teria passado pela mencionada reforma (ROSENTHAL, SANTOS, 2014). A casa passou por reformas que ilustram as mudanças nas mentalidades do período. Foi reformada em 1880, ganhando os traços neoclássicos que estavam em alta demanda naquele momento, visando modernizar a residência, e cujo plano arquitetônico é atribuído ao arquiteto José Izella Merote (PEIXOTO, CERQUEIRA, 2006; CERQUEIRA, VIANA, PEIXOTO, 2008).

José Izella foi um arquiteto italiano que veio para Pelotas em 1860 e é responsável pelo plano arquitetônico e reformas de muitos casarões e edifícios da cidade no período (inclusive os casarões vizinhos 6 e 8), e que forneceu à elite local as técnicas necessárias para reproduzir aqui o estilo eclético (PEIXOTO, CERQUEIRA, 2006; DINIZ, 2017). A fotografia a seguir (Figura 26), mostra o entorno da Praça Dom Pedro II onde é possível observar o casarão 2, apontado pela seta que coloquei:



Figura 26 - Fotografia da praça onde identifico o casarão 2, fotografia posterior a 1912. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

As características que observei em visita ao lugar foram divididas em duas, a primeira buscando o que sobrou da construção original no primeiro andar, e a segunda através da construção do segundo e terceiro andar, e reformas no primeiro.

A primeira construção era o estabelecimento do primeiro charqueador, com características colônias luso-brasileiras (ROSENTHAL, SANTOS, 2014). Podem ser observadas na própria decoração sem tantos elementos neoclássicos ao longo do primeiro andar, com exceção do hall de entrada e dos capitéis feitos na reforma. O edifício também não apresenta porão alto, diferente da maioria dos outros casarões da metade final do século XIX.

No primeiro andar existem diversas salas separadas, e isso se deve provavelmente ao objetivo comercial, conjugado ao propósito de moradia da família charqueadora inicial. Há também um jardim (FIGURA 27), cercado pela construção, mas a forma que ele tem atualmente, em suas formas simétricas de jardim francês, é do período posterior à reforma (idem).



Figura 27 - Jardim da residência. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

Apesar de não sabermos como era o jardim original da residência, o fato de ele ter existido demonstra a preocupação com a construção daquilo que Foucault (1967) denominou “Heterotopia”, um ambiente que mescla e transita entre diferentes realidades, sendo o jardim talvez o exemplo mais antigo desse fenômeno. De acordo com o filósofo (idem), esse tipo de heterotopia surge na Pérsia antiga, onde buscava-se representar os quatro cantos do mundo e seu centro, sendo representações sagradas. Representa, portanto, a totalidade do mundo e sua construção está associada aos ideais de felicidade, harmonia e beleza (ibidem). Como o jardim está no primeiro andar, suponho que ele provavelmente era aberto ao público, sendo palco de transações comerciais e contemplações de frequentadores do estabelecimento, e não apenas a família do barão.

A aquarela retratada a seguir, feita por Jean-Baptiste Debret (1835), mostra um armazém da cidade de Pelotas onde se vendia produtos derivados do gado, entre os quais a carne-seca. Podemos imaginar que o primeiro andar do “Casarão 2” fosse semelhante ao que está sendo retratado na obra, embora não se saiba qual edifício foi representado pelo artista. Nela podemos ver uma grande quantidade de mercadorias e um servo, provavelmente escravizado, guarda o local.



Figura 28 - Armazém de Carne Seca. Fonte: DEBRET, 1835.

A reforma de 1880 ampliou e modificou a primeira em mais dois andares, e podemos ver as transformações na própria decoração das janelas, sacadas e platibandas. Através da reforma aparecem elementos decorativos associados ao neoclássico, como os falsos capitéis coríntios que fazem uma divisão tripartida da casa (ROSENTHAL, SANTOS, 2014), platibandas ornadas com folhas de acantos, gradil em ferro fundido na sacada e algumas paredes decoradas em escaiola, substituindo o estilo anterior luso-brasileiro (FIGURAS 25, 29,31).



Figura 29 - À esquerda, fachada do casarão; à direita, piso do hall de entrada. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

As platibandas são vazadas com balaústres, sustentando estátuas gregas e vasos decorativos em faiança portuguesa, portanto, mercadorias importadas, símbolos de ostentação que tem como objetivo associar os donos da residência com o clássico. Há também azulejos portugueses no segundo andar e no hall de entrada, um item de luxo que demonstra as relações comerciais estabelecidas naquele momento, figurando como mercadoria hiper fetichizada diante das outras, uma vez que outros azulejos mais baratos e não importados cumpriam a mesma função e podem ser encontradas em outras regiões da residência, porém, não recebem tanto destaque.

No segundo andar funcionava a moradia familiar dos proprietários do edifício, com salas de jantar e dormitório. Isso, por sua vez, é um indicador da tendência em separar uma unidade familiar da função produtiva, a venda no primeiro andar, demonstrando a assertividade de Matthew Johnson (1996) e Zarankin (2002) sobre a tendência em separar as funções e criar segregações como ontologia capitalista que também se faz representar na materialidade.

Um teto decorado em estuque orna a entrada do edifício, mostrando a importância que a primeira impressão deveria causar a quem entrasse nessa residência-mercado. Há também a presença de uma claraboia na escada principal que leva ao segundo andar, e que servia para iluminar o centro da residência. Indica

talvez, não só a necessidade de iluminar por questões de deslocamento interno, mas também, a necessidade de ostentar a construção interna e torná-la mais aconchegante, já que a vida doméstica cresce em importância nesse período.



Figura 30 - Claraboia do Hall de entrada. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

Vale ressaltar, há dois acessos ao segundo andar, e os dois são pelo lado de dentro da construção, mas um (o da claraboia) (FIGURA 30) fica no hall de entrada, e o outro na parte de trás, sem o mesmo prestígio da iluminação. Apresenta também um terceiro andar, que servia de mirante para a visualização do porto. As imagens a seguir (FIGURA 31) mostram alguns elementos decorativos que sobreviveram ao tempo na residência. A imagem da esquerda mostra um mosaico de azulejos portugueses que está no segundo andar, e a direita uma parte da parede com decoração em escaiola que ornamenta o hall de entrada.



Figura 31 - mosaico de azulejos portugueses (esquerda) parede em escaiola (direita). Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

O casarão é interessante por deter dois estilos arquitetônicos em um só, também é interessante o fato de serem duas, ou mais, funções que esta casa desempenhou no espaço urbano pelotense.

O primeiro andar da casa funcionava como um armazém, onde eram vendidos itens comuns de consumo da época, entre eles o charque, que o Barão do Butuhy obtinha através da exploração do trabalho escravizado em sua charqueada. Por ser um espaço muito grande e com muitas divisões, tratava-se de um mercado grande, onde eram exibidos diferentes produtos pelos servos deste barão, que eram, provavelmente, escravizados urbanos. Cumpria, portanto, o papel de meio de produção, uma vez que o trabalho alienado de escravizados era empregado em atividade lucrativa. O Barão, portanto, possuía pelo menos duas unidades onde obtinha riqueza através do trabalho produtivo escravizado: a primeira de característica industrial, a charqueada, e a outra de característica comercial, o mercado adjacente à sua residência.

A função que a edificação desempenhava como mercado pode ser analisada tanto para o período posterior a 1880, como também de 1830. Isso nos leva a pensar o papel que um mercado possuía dentro de uma cidade no século XIX. Considero que este é o sinal mais importante para associar a urbanização ao modo de vida burguês, podendo significar que a cidade estava se constituindo enquanto centro comercial, e

onde, surgiam novas formas de produção na região não associadas ao charque. Isso responderia à necessidade de alguns setores em ir até o centro urbano (ou já estavam morando no centro) para comprar tais mercadorias, do contrário, o charqueador precisaria apenas de um escritório em sua própria charqueada, ou no porto, de onde a venda de produtos poderia ser negociada.

O fato de não possuir um porão alto, como na maioria dos casarões da metade final do século XIX, pode indicar que tal prática não foi tão corriqueira na metade inicial e isso, por sua vez, pode significar uma funcionalidade para os porões altos no segundo período. Sabe-se, no entanto, que após a reforma de 1880, escravizados passaram a viver no primeiro andar, onde funcionava o mercado e separados dos seus senhores que viviam no segundo andar (CERQUEIRA, VIANA, PEIXOTO, 2008).

O primeiro e o segundo andar funcionaram como moradia, mas é o segundo andar que ganha prestígio como núcleo familiar distinto do meio de produção. O núcleo familiar, organizado em família monogâmica, é de extrema importância para a manutenção de qualquer sistema baseado na propriedade privada e no Estado (ENGELS, 1984)⁷, uma vez que dele parte o controle sobre a herança dos meios de produção.

Na sociedade burguesa, através do ideal romântico, a família ganha uma importância muito maior do que em qualquer outra época e, por esse motivo, a família ganha um espaço próprio e distinto do resto, sendo também um local de prestígio demonstrado na cultura material: o andar superior ao mercado, com sua decoração ainda mais refinada. Naturalmente, aqui trata-se da família burguesa e não das famílias formadas pelos escravizados ou dos peões e pequenos camponeses, para esses, especialmente para os escravizados, a família é uma instituição constantemente abolida.

O terceiro andar, chamado de mirante, construído desde a reforma, provavelmente é o que desempenha o propósito mais espetacular: o prestígio de uma construção elevada, com um apêndice da residência semelhante a uma torre; a vigília dos portos, principal meio de transporte e do comércio nessa época, uma vez que a

⁷ Este livro do Engels “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” é controverso porque se baseia em dados antropológicos evolucionistas do período. No entanto, é inegável que a narrativa burguesa capitalista se estrutura sobre estes três pontos: a Família, a Propriedade e o Estado. Além dos três, também a religião cristã compõe um pilar importante após o período revolucionário do século XVIII e metade inicial do século XIX, quando então a religião passa a se conformar à nova ordem capitalista.

estação férrea só chegará na cidade em 1884; e a vigilância e o controle da própria população e mão de obra, confirmando a interpretação de Foucault (2012) sobre a importância do “vigiar” na sociedade capitalista.

A interpretação desse edifício, enquanto construção dos anos 1830, leva em conta que o núcleo urbano estava ganhando importância e prestes a ser elevado à categoria de cidade, o que ocorreu em 1835. Consequentemente, conforme crescia em número a população do núcleo urbano, a demanda por um novo centro, maior e mais próximo do porto, crescia. Assim, esse edifício comercial está articulado com a construção da Praça da Regeneração (mais tarde Praça D. Pedro II e atualmente Cel. Pedro Osório), sendo que esse local do antigo cadafalso de negros e desobedientes, um símbolo da ordem e da lei, passa a ser fetichizado devido às construções comerciais, culturais e residenciais em seu entorno, bem como pelas reformas que enfeitam e tornam ele um jardim público, transformando-se em um importante espaço de sociabilidade e disputa da sociedade burguesa pelotense, especialmente nessa segunda metade do século.

As praças – enquanto núcleos de sociabilidade e de convivência coletiva – refletiram esse momento de opulência da cidade e da classe dominante, não só pela pluralidade de usos desses locais, mas também pelos equipamentos implantados: chafarizes, bancos e postes de iluminação moldados em ferro fundido. Os espaços verdes foram valorizados pela riqueza arquitetônica dos prédios ecléticos erguidos no entorno dos mesmos (ROSENTHAL, SANTOS, 2014, p.2).

Dentre os conflitos ideológicos e políticos que essa construção mostra, o mais evidente conflito é a relação entre senhores e escravizados, onde a relação de poder é posta através dos andares, onde os senhores vivem na parte superior, e os escravizados vivem e trabalham no térreo. Há também uma relação entre o casarão e a charqueada, sendo que essa casa está longe da unidade produtiva industrial do charque, servindo como venda e moradia e habitada pelo que ficou sendo chamado de “escravos domésticos”, escravizados que supostamente apresentavam menos perigo para os seus senhores.

Outra relação de conflito foi observada na própria mudança arquitetônica da casa, que acontece a contar do momento em que ela passa para o segundo proprietário, alterada mais tarde com a reforma. Assim, o dono do sobrado se vê na obrigação de modernizar a sua casa, transformando-a de neocolonial para o estilo neoclássico eclético, e fazendo construir mais dois andares, desde o momento que

outros barões da vizinhança (como os seus parentes do casarão 6 e 8) constroem suas casas em estilos atualizados e elevados, de acordo com a nova ontologia moderna que se reflete na arquitetura. Ainda que sob a aparente forma de desejo pessoal, considero que essas mudanças socialmente estabelecidas têm o poder de tornar imperativo, mesmo que inconscientemente, a adequação ao sistema, especialmente para aqueles alinhados com o poder hegemônico que precisam refletir esses ideais aos seus pares e à sociedade como um todo.

A fotografia a seguir (Figura 32), do início do século XX, mostra um lado da praça central onde é possível ver os três casarões que ocupam a mesma quadra, identificados pelas setas inseridas por mim.



Figura 32 - Casarões 2, 6 e 8 identificados em fotografia da praça. Primeiras décadas do século XX, posterior a 1919 como pode ser observado pela presença das casas geminadas (casarão 1 e 3) no centro da imagem. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

Outro confronto ideológico é atestado pelas construções do segundo período do século XIX (a datar de 1850), quando as casas da elite e edifícios públicos da cidade passam a ser construídos cada vez mais em direção à mencionada Praça da D. Pedro II, afastando-se do antigo centro de Pelotas em torno da Catedral, onde dominava o estilo barroco e neocolonial lusobrasileiro. Tal mudança acontece ao mesmo tempo em que a burguesia nacional passa a ter uma identidade própria, distanciando-se da aristocracia e do poder religioso. Por outro lado, a própria aristocracia remanescente que ainda existia no país, e cuja riqueza vinha de títulos e

papéis no Estado, começa a se transmutar em burguesia, aderindo ao arcabouço ideológico iluminista⁸.

Como dito por Foucault (1967), nossa época é a época onde o espaço toma a forma das relações de localização. Essa localização é também palco de disputas ideológicas e políticas dentro da cidade.

A forma de resistência e poder se evidenciam a partir da proximidade do fim da escravidão, quando em 1881 foi criado um perímetro que delimitava em torno da região central uma área de proibição da construção de cortiços (MACIEL, 2014), que tratarei mais a frente neste trabalho. Justamente quando começam a surgir com mais intensidade no meio urbano essas residências coletivas de trabalhadores, buscando uma maior proximidade com a área de trabalho e pretendendo, dessa forma, economizar no tempo de deslocamento, então estas passam a ser proibidas e perseguidas no entorno da região onde os casarões da elite charqueadora estão localizados. Alegava-se motivos higienistas de limpeza e saúde, mas que na verdade mascaram o desejo da elite de manter trabalhadores e suas residências afastados da zona central.

A luta de classes se revela também como uma luta pelo tempo: o tempo de vida de trabalhadores e escravizados explorados, o tempo gasto em construções supérfluas, o tempo de deslocamento para suas residências e trabalho, o tempo de vida e de descanso e, por fim, também a luta pelo tempo histórico onde a burguesia apresenta contra a realidade a sua versão de Tempo Espetacular. De acordo com Debord (2003), no "Tempo Espetacular", como ele chama a "forma" que o tempo toma no capitalismo com base na ideologia burguesa, o trabalho morto domina o trabalho vivo, o passado domina o presente, e assim:

O Espetáculo, como organização social presente da paralisia da história e da memória, do abandono da história que se erige sobre a base do tempo histórico, é a falsa consciência do tempo (DEBORD, 2003, p.127).

O Espetáculo possui elementos em comum tanto com o idealismo como com o materialismo vulgar, porque idealiza a materialidade como representação e não como movimento, de modo que as coisas concretas se tornam senhoras da vida social e os signos de ideais abstratos são materializados (Idem).

⁸ A mesma constatação não se aplica à "aristocracia" das charqueadas, pois essa já era burguesa em sua própria origem, e só obteve títulos de nobreza devido a essa estratégia de sobrevivência da corte no capitalismo.

As peculiaridades do neoclássico em Pelotas, na tendência em adaptar este estilo, não é exclusivo da cidade. No Brasil, em geral, o estilo neoclássico foi adaptado para necessidades e desejos locais, misturando o clássico com características arquitetônicas, que vão desde o período renascentista italiano a das construções do segundo império francês, desrespeitando a “ortodoxia clássica”, mudanças que classificam o estilo local como eclético ou historicismo eclético (DINIZ, 2017).

As construções no Brasil são adaptadas ao contexto local e não meramente imitadas, como qualquer coisa que tenha uma existência orgânica e duradoura, mesmo que apenas entre a elite. O que importa neste trabalho é identificar a influência europeia enquanto ela pode nos transmitir evidências de fetichização da mercadoria e espetacularização do meio urbano burguês, como nova mentalidade dominante e mecanismo fundamental para a consolidação da nova etapa capitalista. Para este propósito, a relação entre a exploração com o mercado, através da importação e exportação de mercadorias, técnicas e estilos, perpassando arquitetura e outros elementos de ostentação presentes na cultura material, são os elementos chaves:

Nos anos 1870, a próspera cidade de Pelotas mantinha-se atualizada em relação aos principais centros urbanos europeus, como resultado das viagens realizadas para exportação do charque ali fabricado. Promovia-se o intercâmbio comercial, desenvolvia-se a economia e os pelotenses aproveitavam para construir sua cidade, com todo o cuidado e requinte que o dinheiro possibilitava (DINIZ, 2017, p.130).

As construções públicas e logradouros passam por reformas neste período, visando a adaptação para o novo contexto. Se antes a religião era o determinante para a centralidade, sendo a religião católica a única religião possível, em pouco tempo, o centro muda para o entorno do mercado público, e a cidade passa a ter como centralidade o comércio e a própria sociabilidade burguesa, assim como outras religiões passam a ser toleradas, como a maçonaria, o espiritismo e o protestantismo⁹. Parafraseando Marx (1998), chegamos em uma época em que “tudo o que era sólido se desmancha no ar”.

⁹ No caso dos protestantes, em 1882 já existiam missionários com o objetivo de implantar uma igreja Anglicana na cidade. A Catedral do Redentor, mais conhecida como “Igreja Cabeluda”, foi edificada em 1909 a partir dessa iniciativa (POMATTI, 2017).



Figura 33 - Fotografia do início do século XX, mostrando a praça, o fontanário das nereidas e ao fundo o Clube Caixeiral inaugurado em 1904. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

Vários estilos arquitetônicos e culturais, a cada século depois do fim do medieval, tentam resgatar algum aspecto daquele período (JOHNSON, 1996). No caso do século XIX de Pelotas, podemos concluir que esse resgate está evidenciado pela imponência dos casarões da elite charqueadora e uma orientação estilística, nem tanto para o medieval, mas orientada pelo clássico, seja renascentista ou greco-romano. Essas Construções fetichizadas, por sua vez, ajudaram a criar uma narrativa para a cidade como “A Atenas do Rio Grande do Sul”, título que os próprios habitantes da cidade lhe deram (MAGALHÃES, 1993), o fetiche dessa forma, atua encobrindo a exploração que têm como base:

Existe neste período uma versão de uma Cidade à frente de seu tempo, com um desenvolvimento maior em relação às outras Cidades da região. Essa situação diferenciada ocorreu em virtude da renda gerada com a venda do charque que proporcionava o dinheiro necessário para o investimento em urbanização e cultura. Podemos citar como exemplo a construção do Centro histórico da Cidade que abriga Casarões, o Teatro Sete de Abril, a Biblioteca Pública Pelotense e o Grande Hotel. Essas construções ocorreram durante o apogeu das atividades charqueadoras e até a presente data são preservadas constituindo parte do patrimônio histórico da Cidade (ÁVILA, RIBEIRO, 2015, p.227).

A praça, que antes servia como depósito de lixo ou como pelourinho, transformou-se na região central da cidade, rodeada de casarões e prédios públicos.

Para enfeitá-la e fornecer água, tornando-a um jardim público para a burguesia que vivia e frequentava, um dos quatro fontanários em bronze, importados da Europa, foi colocado de frente para o teatro, e mais tarde transferido para o centro da praça.

Os quatro fontanários encomendados pela “Companhia Hidráulica Pelotense” das “Fundições Durenne de Paris”, na França, em virtude de contrato firmado entre a companhia e o governo do estado, então Província de São Pedro, para o serviço de venda de água na cidade (XAVIER, 2017). A água era vendida tanto de dia como de noite, contando com candelabros para a iluminação noturna, guardas e grades para impedir o furto de água. Foram instaladas três em 1874, e um dos quatro chafarizes, que ficava instalado na praça da Igreja Matriz, desapareceu, sendo que o último registro que se tem sobre ele é de 1916 (idem).

O Chafariz das Nereidas, da praça Pedro II, atualmente, Praça Coronel Pedro Osório, foi o primeiro a ser instalado. O modelo desta fonte fez muito sucesso em 1867, na “Exposição Universal de Paris”, e os escultores responsáveis pelo seu modelo foram Jean Baptiste Jules Klagmann e Ambroise Choiselet (ibidem).

Apresenta muitos detalhes e elementos decorativos, como Nereidas cavalcando cavalos marinhos e segurando cornucópias (símbolo da abundância), pequenos anjos e monstros do Mar, musas segurando instrumentos e cântaros de água, entre outros. Também há postes ao redor da construção, com estrutura de iluminação de gás, que foram instaladas posteriormente. As figuras femininas nela representada estão em perfeita associação com o mundo antigo, já que na Grécia Antiga a tarefa de buscar água e colher frutas era tipicamente feminina, sendo as fontes e pomares espaços de relações sociais femininas, análogos aos teatros e ágoras públicas masculinas (BERQUÓ, 2014).



Figura 34 - Parte central do Chafariz (esquerda) e nereida no círculo mais externo (direita). Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

A função principal seria servir ao fornecimento de água aos moradores da região central da cidade, para quem a água era vendida. Isso é um sinal de que a cidade se tornou, em 1874, suficientemente grande para estar distante das fontes de água naturais, e que seria preferível pagar pela água fornecida em um lugar mais próximo do centro. A canalização de água potável aconteceria logo em seguida, em 1876, com a vinda da caixa d'água ligada a essa estrutura por canais subterrâneos (ROSENTHAL, SANTOS, 2014) e esses artefatos em ferro e bronze estão relacionadas com as características cada vez mais comuns no estilo arquitetônico posteriores à revolução industrial de 1850.

A industrialização concorreu para a importação do reservatório de água originado da Escócia e dos chafarizes franceses (XAVIER, 2006). Os modernos equipamentos importados das nações industrializadas foram encomendados pela antiga Companhia Hidráulica Pelotense, instalados nos logradouros públicos entre os anos de 1873 e 1875, com o objetivo de fornecer água potável à população. A água captada do canal São Gonçalo e tratada foi então canalizada através de tubulações subterrâneas, entre o reservatório e as fontes. A partir do ano de 1876, os chafarizes perderam sua função original, substituída pelas redes de água estendidas às construções, reformadas para receber a inovação. Os equipamentos fundidos em ferro tornaram-se símbolos da modernização que a cidade alcançou na época (ROSENTHAL, SANTOS, 2014, p.3).

A função ideológica desempenhada pela fonte não pode ser descartada. É provável que antes da existência das fontes já houvesse um serviço de venda de água através de pipas d'água, movida por tração animal. O Chafariz importado da França, como um elemento decorativo, imponente, ao mesmo tempo clássico, em suas

figurações mitológicas, e moderno pelo contexto que o constitui, representa algo mais que o simples fornecimento de água, e está diretamente associado à modernização do novo centro de Pelotas.

A partir do ano de 1876, os chafarizes perderam sua função original, substituída pelas redes de água estendidas às construções, reformadas para receber a inovação. Os equipamentos fundidos em ferro tornaram-se símbolos da modernização que a cidade alcançou na época (ROSENTHAL, SANTOS, 2014, p.3).

No trabalho de Eristeu E. M. Lopes (2005), imagens de caricaturas, presentes em periódicos dos anos 1880, apresenta homens brancos vestidos com Cartola ao redor do chafariz da praça, e uma caricatura de 1883 apresenta homens e mulheres brancos com chapéus elegantes, brincando de Entrudo durante o carnaval, também ao redor do chafariz. O mesmo pesquisador relata que, mesmo durante o carnaval, apesar da origem popular e da demonização dessa festa por alguns setores, a elite tomava parte, porém, reservando para si um espaço especial junto à praça, e delimitando uma área para os setores populares e negros.

O carnaval em sua origem Romana nas Saturnálias, curiosamente, tinha como prática a inversão das classes sociais e das relações entre Senhor e Escravo. Mesmo no Rio de Janeiro do século XIX, na prática da mesma brincadeira do Entrudo, a diferença entre as classes sociais e etnias tendiam a desaparecer durante o êxtase carnavalesco, porém, em Pelotas, o desejo de segregação era mais forte do que a própria comemoração (LOPES, 2005).

O discurso sobre esse logradouro, desde o início, consagra-o como espaço reservado à elite e onde os elementos populares só podem entrar depois de “civilizados” e com certa restrição. Os casarões particulares de barões charqueadores que rodeiam a praça, ao lado de construções públicas e monumentos em homenagens a parentes desses mesmos barões, demonstram a ideologia do espaço social público a serviço da classe dominante. São ideias que organizam o espaço material, e dessa forma, podem ser lidas através da materialidade. São evidências que questionam o discurso de “Pelotas abolicionista”, dos “generosos barões e baronesas”.



Figura 35 - Caixa D'água em Ferro Fundido, fotografia feita no início do século XX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

No período do segundo império os títulos nobiliárquicos aparecem com mais frequência em Pelotas, especialmente o título de Barão concedido a charqueadores. Mario Osório Magalhães faz a seguinte definição sobre “Barões do Charque”:

Barão era o título inicial na escala hierárquica da nobreza brasileira. Seguiam-se, pela ordem, os títulos de visconde, conde, marquês e duque (nenhum deles hereditário), sendo que o último foi concedido pelo Império uma única vez: ao marechal Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. A outorga do baronato, que tinha como condição, quase sempre, certa fortuna acumulada, significava o reconhecimento oficial da Monarquia ao poder e ao prestígio de quem era agraciado (2017, p.30).

O título de Barão, de acordo com o pesquisador (MAGALHÃES, 2017), foi fornecido a dez charqueadores de Pelotas e mais dois charqueadores receberam o título de Visconde. Pelotas também teve dois Barões, um Visconde e um Conde que não eram charqueadores, mas residiam em Pelotas e lucravam de alguma forma com a Indústria Saladeiril. Houve também mais dois barões, um visconde e um marquês que não tinham seus negócios com o charque, embora ligações familiares com charqueadores. Ao total, 20 nobres, sendo muitos deles parte da administração política do Império, e todos eles, exceto três, foram nomeados no período Imperial brasileiro, depois da independência de Portugal. As nomeações feitas pelo império são do período que vai de 1829 até 1888, a maioria foi concedida na segunda metade do século, próximo ao fim do período imperial (idem).

No período, Pelotas já era famosa pelas suas construções, através dos seus logradouros bem alinhados e reticulados, sem elevações graves, suas ruas largas que permitiam destacar os casarões em estilo eclético na paisagem. Houve também, entre a própria burguesia, disputa sobre terrenos para edificação de residências e comércios, de acordo com a área e a posição da quadra:

No interior dos quarteirões, os lotes se desenvolviam perpendicularmente às ruas, apresentavam largura variável –que acordava com o poder econômico dos compradores, na aquisição de mais de um terreno. As construções ecléticas foram erguidas junto ao limite das artérias públicas, com quintais nos fundos, perfiladas de maneira contínua junto aos alinhamentos periféricos dos quarteirões. Os lotes de esquina, por permitirem a construção de prédios que se destacavam dos demais por poderem explorar duas fachadas, foram disputados pelos ricos proprietários de construções residenciais e comerciais e, sobretudo, pelas casas bancárias (SANTOS, 2012, p.159-160).

Hilário Ribeiro, em 1880, relata em seu livro “Geographia da Provincia do Rio Grande do Sul” (RIBEIRO, 1880), que a cidade de Pelotas, então com uma população em torno de 16 a 18 mil almas, era visitada em seu porto por navios de longo curso, atestando a importância do comércio dessa cidade com o estrangeiro. Além disso, reconhecendo a importância da produção do charque para o local, também relata que a cidade era notável pela beleza de suas ruas espaçosas e alinhadas, bem como pela sua arquitetura, destacando as seguintes construções públicas: Igreja da Matriz, Hospital da Caridade, Paço Municipal (câmara dos vereadores), Biblioteca Pública, a ponte sobre o arroio Santa Bárbara (de 1865) e o Mercado Público e a Praça D. Pedro II (atual Cel. P. Osório), esta última ele considera uma das primeiras do Brasil em Beleza (idem).

O novo centro de Pelotas, ao redor da Praça D. Pedro II, estava constituído, disputado pelos casarões da elite e suas construções públicas:

A atual Praça Coronel Pedro Osório foi o primeiro logradouro público ajardinado, seguiu a estética paisagística francesa. Mas, também mesclou elementos românticos: a ponte do lago e as pequenas estruturas de alvenaria dos jatos d'água; os embrechados do teto da edificação da ilha. O jardim se tornou ponto de encontro da sociedade da época, local destinado ao ócio e à contemplação da natureza, onde descansavam famílias e desfilavam senhoritas e cavalheiros após as missas realizadas na Catedral, ou depois das seções dos cinemas (ROSENTHAL, SANTOS, 2014, p.12).

Uma nova catedral chegou a ser planejada para integrar o novo núcleo, suas bases chegaram a ser inauguradas por D. Pedro II em 1845, mas ela jamais foi construída (IPHAE, 2011). Pelotas agora se transformava efetivamente numa cidade tipicamente burguesa, caracterizada pelo comércio e indústrias, com sua primeira

confeitaria fundada em 1857, farmácia em 1859, e a chapelaria fundada em 1863 (PETER, 2010). A Rua Quinze de Novembro, então denominada São Miguel, era a principal rua da cidade, concentrando a maior parte do comércio e hotéis de Pelotas (idem). Essa rua delimita o lado oeste da praça, passando pela intendência municipal, o Mercado Público e próximo ao Teatro 7 de Abril, cruzando o centro do núcleo urbano da elite na direção norte-sul.

A cidade também foi palco de construções e reformas de características mais sociais e ideológicas, e não apenas produtivas. Porém, é através do processo de acumulação do capital alienado, de escravizados e proletários, ou mesmo do excedente não pago de trabalhadores do campo, autônomos ou informais, ou seja, pessoas que passam com frequência se não constantemente sob um processo de coisificação, que surge as condições para que a burguesia construísse um centro para si, fetichizado, pois essas construções são imbuídas de um poder fantasmagórico¹⁰ que legitimou a hegemonia burguesa na cidade:

Como resultado de um conjunto de atividades econômicas bem sucedidas, além das obras de infra-estrutura anteriormente citadas foram sendo construídos alguns dos edifícios que concorreram para o destaque da cidade no cenário do Estado, como hospitais, teatro, asilo, biblioteca, residências de charqueadores e comerciantes bem sucedidos, etc. Essas moradias caracterizavam-se pelo abandono das soluções da arquitetura colonial e a adoção de novos tipos habitacionais, valorizando a decoração das paredes externas e seus acabamentos (ROLIM DE MOURA, 2006, p.46).

A consolidação do novo centro de Pelotas, leva à classe dominante a criação de um meio que capacitasse seus filhos em uma escola superior, dando a esses a autoridade intelectual legitimada por uma instituição local. Muitos filhos de charqueadores eram enviados para estudar em outros países, como a França ou os Estados Unidos, ou então no Rio de Janeiro (MAGALHÃES, 1993), mas ter uma construção que representasse a educação superior na própria cidade seria algo que elevaria o status social da mesma. Foi então que a Escola Eliseu Maciel foi demandada pela Câmara Municipal, também na mesma redondeza da praça e do mercado público.

¹⁰ A expressão “fantasmagórico” ou “fantasmagoria” é frequentemente usada para descrever o fetiche, inclusive por Marx (1985), porque representa a aparente capacidade sobrenatural de as coisas aparecerem como agentes sociais, quando na verdade não são ou apenas se tornam assim devido a ideologia.

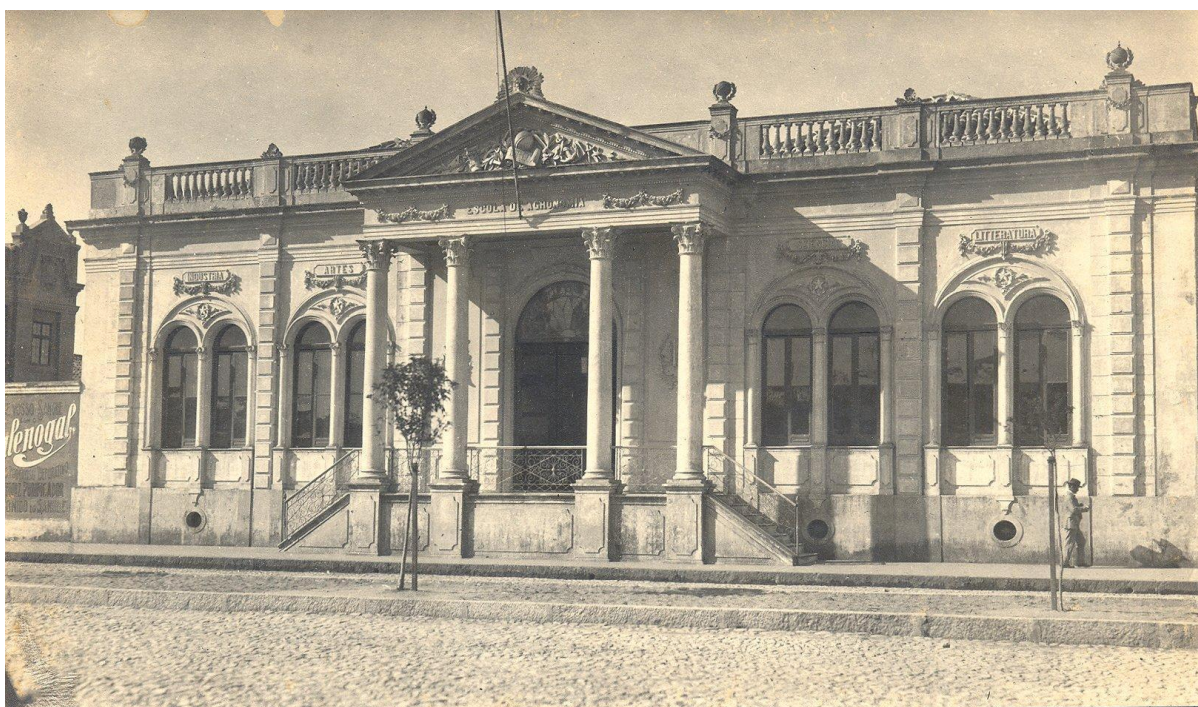


Figura 36 - Fotografia da Escola Eliseu Maciel feita nas primeiras décadas do século XX, posterior a 1917 como indica a presença da sede do Banco Nacional do Comércio à esquerda. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

A Escola Eliseu Maciel foi fundada em 1883, com a função de Escola de Agronomia, Instituto Agrícola e Veterinário. A história dessa edificação começa com a câmara de vereadores que, objetivando homenagear o falecido coronel Eliseu Antunes Maciel em 1881, pretendia para a realização desse propósito a construção de uma escola (MAGALHÃES, 2017). Nessa ocasião, o filho do Coronel Eliseu e doador do terreno, Francisco Antunes Maciel, dono do Casarão 8, ocupava o parlamento monárquico, sendo o líder da maioria e da ala liberal. O governo Imperial, preocupado em economizar com a importação de vacinas, fez vir da França o doutor Claude Rebourgeon. O doutor tornou-se, em 1883, diretor da “Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Practica” (sic), e essa escola imperial seria instalada na escola destinada a homenagear o coronel Eliseu Antunes Maciel, que até então não possuía professores (idem).

A corte passou a ser dominada por conservadores sob a liderança do Barão de Cotejipe e entre as medidas tomadas pela pasta da agricultura, estava a de fechamento da escola e o leilão de todos os bens, em 1885. A mobilização popular impediu o leilão e, em 1887, a câmara municipal reverteu todo o patrimônio que antes havia doado ao império para o município novamente, e passou a administrar a escola (MAGALHÃES, 2017).

As atitudes da nova corte imperial conservadora, tomadas no sentido de abandonar o projeto anterior, podem ser interpretadas de três formas: retaliação aos atos anteriores, já que Francisco Antunes Maciel era o líder da ala liberal; falta de interesse em desenvolvimento científico do país, uma vez que as inovações tendiam a contradizer o sistema estabelecido na base da escravidão; ou então, nova estratégia voltada para a administração dos gastos do governo onde estava a maior parte da nova elite do país: São Paulo.

A escola é uma construção onde predomina a horizontalidade, tripartida, com uma entrada com coroa triangular sustentada por colunas coríntias, e o resto do telhado é ornado com platibandas vazadas em balaústres, que sustentam globos. Todas essas são características do estilo neoclássico. Apresenta também um porão alto e decorações temáticas nas paredes externas e na coroa, com instrumentos musicais, e de ofícios, apresentando, também, em alto relevo os dizeres: Indústria (sic), Artes, Sciencias (sic), Literatura.

A imagem a seguir (FIGURA 37), atual, em comparação a anterior (FIGURA 36), mostra que externamente esse edifício está bem preservado, pelo menos desde o início do século XX, e mantém ainda a fachada original, sendo um dos símbolos patrimoniais de Pelotas. Internamente é difícil precisar as transformações que ocorreram, provavelmente muitas, mas o interior nunca foi a prioridade das políticas públicas de preservação, e nem tem um papel tão ativo como as fachadas na produção do fetiche:

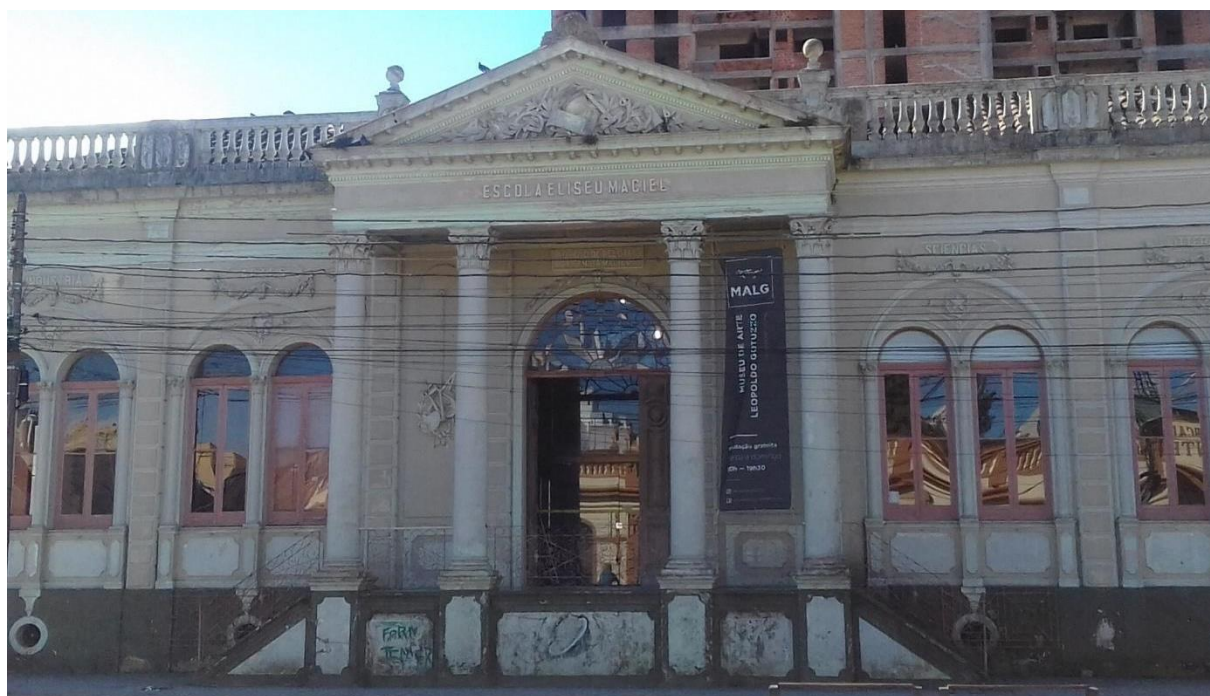


Figura 37 - Escola Eliseu Maciel. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

Essa construção possuía a função de educar e instrumentalizar a classe dominante de Pelotas, que teria acesso à escola. Também acumulava a função de expor a cidade como modelo, tornando-a um centro de produção “cultural”, no sentido que essa palavra possuía naquele período. As palavras gravadas nas paredes do edifício transmitem a ideia de que o lugar servia para impulsionar o conhecimento que servisse à produção científica, mas também das artes e da literatura, em todos os casos, associados ao gosto e modos de vida burguês, que no período é simbolizado pela decoração neoclássica.

3.2 TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE DA ALIENAÇÃO

A população de escravizados não diminui na mesma proporção que o Nordeste e as diminuições não acontecem em virtude da venda para os cafezais (VARGAS, 2011 a). Robert Slenes, em seu trabalho (1983), indica que o Rio Grande do Sul não sofreu o processo de diminuição da sua população escravizada, exceto esporadicamente, e é só a contar de 1880 que a população escravizada diminui drástica e irreversivelmente, mas não pelo comércio com o norte, e sim pelas alforrias

que foram concedidas e a fuga em massa dos cativos. Apesar disso, Pelotas ainda contava com 6.526 escravizados em 1884, de acordo com Jonas Vargas e:

Apesar da mencionada redução na escravaria, Pelotas foi o município que apresentou maior êxito em retardar a perda de cativos durante o tráfico interno. Comparando os dados da população escrava de todos os municípios riograndenses entre 1859 e 1884, percebe-se que Santa Maria e Pelotas foram os únicos que não tiveram sua população cativa diminuída neste intervalo de tempo. Em 1884, Pelotas constituía-se no município da província com o maior número de escravos. (VARGAS, 2011 a, p.3)

No período as alforrias são concedidas, especialmente por barões do charque (MAGALHÃES, 2017), em virtude da insustentabilidade do sistema escravocrata, e com o objetivo de adquirir títulos nobiliárquicos no império decadente.

No final do período escravocrata, não só o capitalismo industrial estava estabelecido em Pelotas em seus meios de produção, mas também a tendência a criação de monopólios, como o estudo dos inventários feito por Jonas Vargas (2011 b) demonstra, em que os charqueadores mais ricos eram os principais compradores de escravizados vendidos por outras charqueadas, e não os cafezais de outras províncias:

As riquezas acima de 100 mil libras só começam a aparecer nos inventários a partir da década de 1870. No entanto, este enriquecimento é acompanhado de um agravamento da desigualdade da distribuição das fortunas, denotando uma maior concentração das mesmas nas mãos de alguns charqueadores em índices superiores aos das décadas anteriores [...]. Portanto, fica evidente que tais patrimônios foram acumulados em detrimento da ruína econômica de outras famílias charqueadoras. É bem verdade que antes de 1870, já havia uma desigualdade na distribuição das riquezas, mas os índices de concentração dos últimos dois períodos e a diferença entre os que ocupavam o topo da hierarquia econômica e os que estavam na base eram muito maiores. Entre 1846 e 1870, a fortuna do charqueador mais rico era 16 vezes maior que a do charqueador mais pobre. No entanto, entre 1871 e 1885, o montante do mais rico era 64 vezes maior que o do mais pobre, e no último período esta diferença atingiu 87 vezes! (VARGAS, 2011 b, p.7).

Havia uma média quantitativa de 520¹¹ homens para cada 100 mulheres escravizadas em Pelotas, e com uma baixa taxa de reprodução, isso fazia com que os charqueadores dependessem da compra de escravizados, o que, com o fim do tráfico negreiro, forçou os charqueadores a comprar esta mão de obra dentro do país e de outros charqueadores menores, tendendo cada vez mais ao monopólio e, por fim, a decadência da produção do charque (VARGAS, 2017 b). Isso por sua vez,

¹¹ Na metade final da década de 1860 esse número chegou a proporção de 857 homens para cada 100 mulheres (PESSI, 2010).

resulta numa diminuição do número de charqueadas, mas no enriquecimento cada vez maior de algumas famílias:

Se por um lado, até o final da década de 1870 as menores escravarias tendem a diminuir, por outro as grandes têm um crescimento impressionante, chegando a ser mais de 10 vezes maior do que a menor na década em questão (PESSI, 2010, p. 6).

A tendência ao monopólio, evidenciada pelo acúmulo de riqueza de alguns charqueadores, está diretamente relacionado a queda no número de charqueadas, esse fato também pode ser o indicio de que alguns charqueadores estivessem mais bem preparados para o fim da escravidão, ensaiando outras relações de produção e unidades produtivas, já que os grandes charqueadores, detentores da maior parte do número de escravizados, também eram os que concediam maior número de alforrias de acordo com Jonas Vargas (2011 b). Algumas transformações tecnológicas, como o uso de caldeiras a vapor e outras máquinas, além do emprego de mão de obra não escravizada nas charqueadas, foram encontrados para algumas charqueadas desse período (GUTIERREZ, 2001).

A materialidade das construções descrita no capítulo sobre as charqueadas é válida para esse período, como a concentração de charqueadas no arroio Pelotas; assim como a especialização cada vez maior dos escravizados e algumas implementações tecnológicas. Apenas no final do século XIX, com o fim da escravidão, que as charqueadas começaram a entrar em decadência e finalmente deixar de existir, em grande parte devido à diminuição do consumo do charque, utilizado como ração para alimentar os escravizados, bem como o surgimento de outras tecnologias relacionadas à preservação da carne, como os frigoríficos e a produção de carnes enlatadas.

A atividade extremamente insalubre de fabricação do charque demandava maiores cuidados que provavelmente não se sustentaram por muito tempo na relação entre patrão e trabalhador assalariado na cidade de Pelotas, e não proporcionaram a mesma quantidade de acumulação de excedente. A produção do charque era compatível com o trabalho assalariado, tal como ocorria nas charqueadas platinas, lá a produção era sazonal, enquanto aqui o escravizado era mantido trabalhando durante o ano todo, não só na produção do charque, mas de outros produtos e da própria alimentação, o que refuta a tese de Fernando Henrique Cardoso que classificou as charqueadas como “Economia do Desperdício” (apud VARGAS, 2017),

pelo contrário, era uma indústria extremamente produtiva e alienante. Não darei maiores descrições sobre as charqueadas, nesse período, e aprofundo mais sobre as indústrias que surgem na cidade.

No final do século XIX, a proximidade com o mar e as facilidades que a navegação em Pelotas permitia, atraiu outras indústrias e atividades comerciais além da indústria do charque, como as indústrias de produção têxtil, fumo, conservas e de couro (ROLIM DE MOURA, 2006). Antes da virada do século algumas indústrias já estavam presentes na cidade, além dos estabelecimentos comerciais que também desempenham um importante papel na formação do capital produtivo. Procurei por anúncios feitos por indústrias e comércios nos “Almanach” de Pelotas que foram feitos nos anos 1913, 1915, 1917, selecionando aqueles que anunciavam a data de sua fundação anterior a 1900, e ter sua sede principal em Pelotas, de modo que seja possível ter uma ideia de indústrias e comércios que existiam no século XIX.

Surgiram muitas indústrias e estabelecimentos de acordo com critérios de fundação e sede em Pelotas. Mas é preciso considerar que muitas fábricas e estabelecimentos provavelmente já tinham entrado em falência e deixado de existir nos anos dos almanaques, ou mesmo, talvez muitas tenham escolhido simplesmente não publicar nenhuma propaganda, portanto, isso também pode nos dar uma ideia de quão grande era o comércio e a indústria em Pelotas na virada do século. Houve também alguns textos especiais contando a história de algumas fábricas no Almanach de 1913, e também utilizei essas informações para complementar, estas fábricas foram: Carlos Ritter, Cervejaria Sul Riograndense, Fábrica de Fumos Santa Bárbara, Fábrica Santa Cruz, Manufatura de Fumos Gentilini e Manufatura de Fumos S. Raphael. Todas as outras foram obtidas exclusivamente com os dados das publicidades. Elenco a seguir a lista:

A Sem Rival. Fábrica de móveis, fundada em 1872 (ALMANACH DE PELOTAS, 1913);

Lhullier Sobrinho. Fábrica de chapéus de sol, coroas para túmulos, e artigos para homens, fundada em 1883 (ALMANACH DE PELOTAS, 1913 e 1919);

Hotel Alliança. Hotel fundado em 1843, se intitulava “O mais antigo no Brazil (sic)”, iluminado a luz elétrica, único no Brasil com aparelhos telefônicos instalados em todos os quartos segundo a sua publicidade no Almanach (1913);

Armazém Central. Grande empório de gêneros alimentícios, fundada em 1871 (idem);

Confeitaria Nogueira. Fundada em 1899 (ALMANACH DE PELOTAS, 1913 e 1917). Na imagem ao lado está a publicidade de 1913. A maioria das publicidades nos almanaques não mostram a fachada do edifício onde funcionava o estabelecimento ou a fábrica e, por isso, aproveito esta publicidade para fazer uma observação: é possível ver que o edifício onde funcionava este estabelecimento

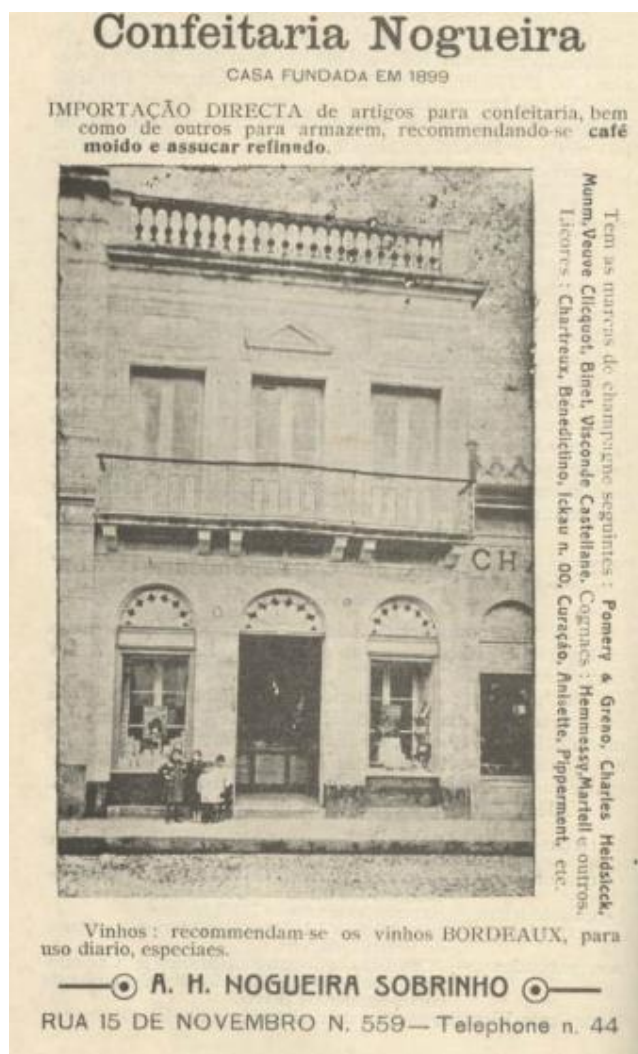


Figura 38 - Publicidade da Confeitaria Nogueira, Fonte: Almanach de Pelotas, p.44, 1913.

comercial foi construído em arquitetura eclética neoclássica. Por sua vez, esse é um indicativo de que um estabelecimento comercial localizado em uma região central também deveria corresponder arquitetonicamente ao formato em que eram construídas as casas da elite, ou seja, também possuíam sua materialidade estética construída através de um valor fetichizado;

Estabelecimento Graphico Chapon. Fábrica de cartas de jogar e trabalhos litográficos, fundada em 1880 (ALMANACH DE PELOTAS, 1913);

Officina de Calçado de Achylles Nery. Venda de calçados, talvez também fabricasse, fundada em 1891 (idem);

Agencia de Leilões do leiloeiro Euclides Lança. Em 1917 afirmava em sua propaganda ser a mais antiga agência de leilões do Brasil, fundada em 1870 (idem);

Este leiloeiro aparece sucedido por F.R. de Araujo em uma propaganda posterior da mesma agência (ALMANACH DE PELOTAS, 1913, 1919);

A Vencedora. Venda de móveis, fundada em 1890 (ALMANACH DE PELOTAS, 1913);

Hotel Grindler. Fundado em 1897 (ALMANACH DE PELOTAS, 1913, 1917);



Figura 39 - Hotel Grindler, cartão postal do início do século XX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

O edifício do hotel continua existindo, embora não tenha mais esta função, e no lugar do coqueiro que existia em sua frente atualmente está um dos três fontanários de Pelotas, o “Chafariz das Meninas”. O entorno do lugar, seguindo pela Rua Andrade Neves, é o atual calçadão de Pelotas.



Figura 40 - Antigo Hotel Grindler e Chafariz “das meninas”, imagem obtida através do Google Street View. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2020.

Fábrica de Chapéus Pelotense. Fábrica de chapéus. Não diz a data de fundação, mas traz uma lista de prêmios recebidos por ela, sendo o mais antigo de 1881 (ALMANACH DE PELOTAS, 1913). A fotografia a seguir, que mostra a fábrica e os seus funcionários, também coloca a sua data de fundação em 1881;

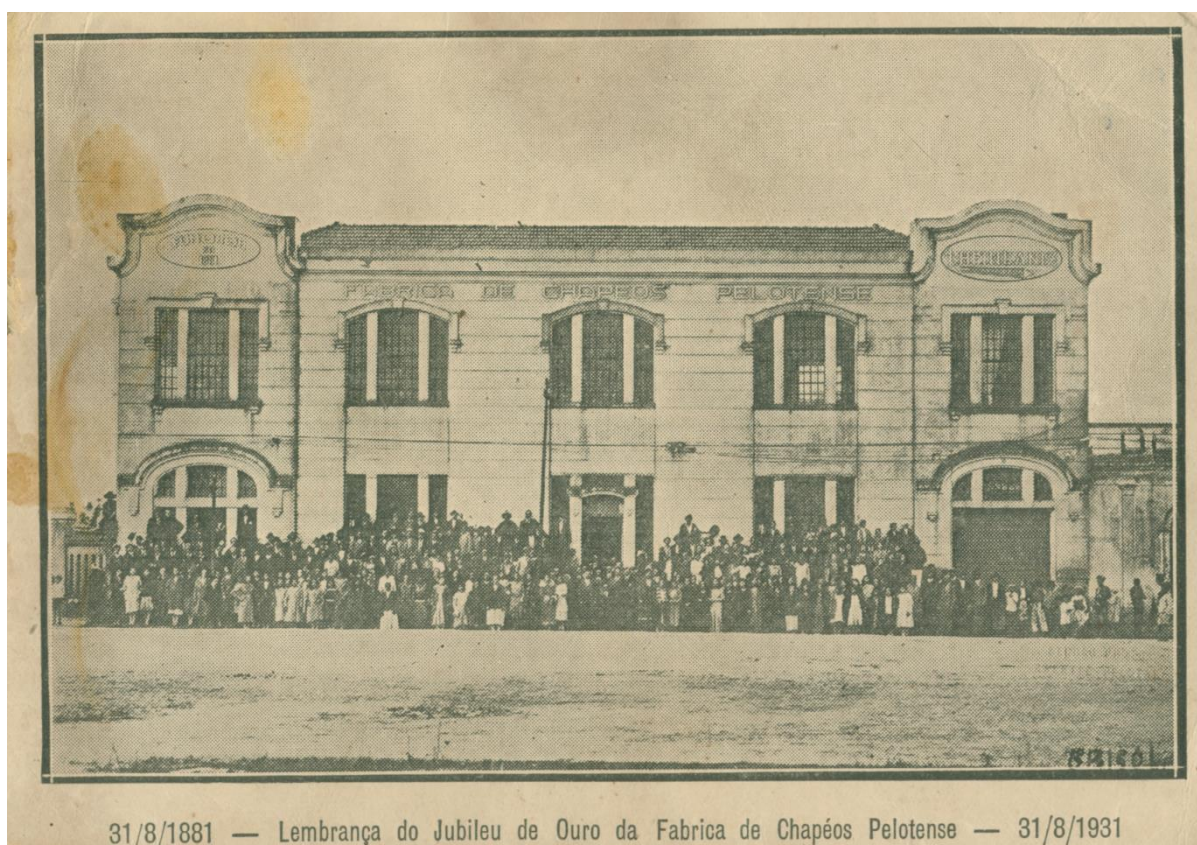


Figura 41 - Lembrança do Jubileu de Ouro da Fábrica de Chapéus Pelotense. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

Cervejaria C. Ritter. Fundada por Carlos Ritter em Pelotas no ano de 1870, sua primeira sede foi às margens do arroio Santa Bárbara, e passou a ter outra sede no início do século XX (ALMANACH DE PELOTAS, 1913). Mais tarde, com o falecimento de um dos irmãos, muda o nome para Cervejaria Ritter. Fabricava diversos tipos de cerveja escuras e claras, águas minerais, gasosas e bebidas sem álcool (idem). Recebeu prêmios tanto nacionais como internacionais, sendo o primeiro prêmio em 1881 (idem). Em 1913, a sua produção era de 4.500.000 garrafas por ano e contava com muitas inovações tecnológicas e com um diretor engenheiro cervejeiro formado na Alemanha, também era o único estabelecimento no Brasil que se dedicava ao malte nacional (ibidem). A fotografia a seguir é da primeira sede. No edifício original, onde a fábrica funcionou por mais de 30 anos, a arquitetura da sua fachada também demonstra a influência da arquitetura eclética com platibanda vazada com balaústres e decorações características;



Figura 42 - Cervejaria C. Ritter & Irmão, postal de 1919. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

Cervejaria Sul Rio Grandense, fábrica de cerveja, gelo, gasosas, água mineral e bebidas não alcoólicas, foi fundada em Pelotas no ano de 1890 (ALMANACH DE PELOTAS, 1913). Em 1913, fabricava 100.000 quilos de gelo e 1.500.000 garrafas de cerveja por ano (idem);

Fábrica de Fumos Santa Barbara, fábrica de fumos fundada em Pelotas no ano de 1879 (idem). Para a preparação do fumo a ser vendido, o tabaco utilizado provinha do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Porto Alegre, em maiores proporções, e também em grandes proporções de Canguçu e Cerrito (idem). O principal mercado de consumo era o Uruguai, mas também vendia para todo o estado, e contava em seus melhores períodos com a quantia de 25 a 28 funcionários, mas em 1913 já estava diminuindo a produção e contando com apenas 8 (ibidem);

Fábrica Santa Cruz, fábrica de fumos fundada em Pelotas no ano de 1892 (ibid.). Produzia uma quantidade de 100 mil quilos de fumo anualmente, tendo como funcionários um mestre e nove empregados no ano 1913 (ibid.).

Manufatura de Fumos Gentilini. Também aparece nas propagandas com o nome de: Grande Manufatura de Fumos e Cigarros e Engenho de Arroz Santa Ignacia de Menotti Gentilini & Irmão, onde diz ser uma fábrica iluminada a luz elétrica com

manufatura de fumos a vapor e fundada em 1880 (ALMANACH DE PELOTAS, 1913, 1919). Mas de acordo com o texto dedicado a ela no Almanach de 1913, foi fundada no 1º de Janeiro de 1881. Produzia fumo com tabaco que vinha de algumas cidades no interior do estado, e vendia os fumos para o estado e para o Uruguai. Empregava, em 1913, 12 funcionários além de pessoal de escritório, caixeiro viajante e adjunto (idem).

Fábrica de Fumos S. Raphael. Fundada em 1894 em um prédio à margem do Santa Bárbara (ALMANACH DE PELOTAS, 1913). Também é uma fábrica de fumo que recebia matéria prima de cidades no interior do estado e Porto Alegre, e em menor quantidade do Rio de Janeiro e Minas Gerais (idem). Em 1910 produziu 58 mil quilos de fumo processado, sendo seu maior mercado o estado e o Uruguai. Empregava em 1913 “14 empregados e mais 6 mulheres” (ALMANACH DE PELOTAS, 1913, p.113).

Casa Rezende. Joalheria, relojoaria, oficina de ourives e venda de bebidas destiladas, fundada em 1847 (ALMANACH DE PELOTAS, 1913);

Estabelecimento Funerário Viuva Moreira Lopes & Filho. Fundada em 1882 (ALMANACH DE PELOTAS, 1917);

Livraria Universal. Fundada em 1887 (idem);

F. P. Monteiro, armazém de secos e molhados. Fundado em 1899 (ALMANACH DE PELOTAS, 1919);

Armazém Real. Importadores e exportadores, fundado em 1875 (idem);

Plotino Duarte & Filho. Escritório comercial, agências e representações, compra e venda de títulos, fundada em 1894 (idem);

Roberto Neumam. Fábrica de sabão e velas, fundada em 1887 (idem);

Hrmando Sica. Armazém de secos e molhados, fundado em 1876 (idem);

Diophanes Lemos & C. Casa importadora e exportadora, fundada em 1870 (idem);

Livraria Americana. Fundada em 1871 (ALMANACH DE PELOTAS, 1915);

Couros Curtidos Gastão Fernandes Duval. Fundado em 1867 (ALMANACH DE PELOTAS, 1917)

Os estabelecimentos, na maioria, empregavam funcionários, portanto, são meios de produção do qual se extraia, através do trabalho produtivo, a mais valia de trabalhadores, mesmo que essas empresas não produzissem mercadorias, mas serviços. A maioria dos estabelecimentos comerciais ficavam localizados na rua 15 de

Novembro, como foi mencionado anteriormente, e os endereços dados nos almanaques confirmam isso, o que difere um pouco do centro comercial atual, que está duas quadras na direção Oeste. Na direção Oeste da cidade estava localizada a estação férrea, que também foi de extrema importância para o comércio e a indústria local. Por esse motivo, considero relevante falar um pouco mais sobre esse meio de transporte que marcou a segunda metade do século XIX.



Figura 43 - Estação Férrea de Pelotas, final do século XIX ou início do século XX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

Na Inglaterra, a necessidade de um transporte barato, das minas até as cidades que consumiam o carvão mineral como combustível, até mesmo nas residências devido à escassez de florestas, fez com que fossem estendidas a maquinaria que serviam para extração e transporte de minérios dentro das minas, o que criou a primeira das modernas ferrovias em 1825 (HOBBSAWM, 2006 a). Fundamentado nisso, Hobsbawm relata a rápida expansão mundial que as ferrovias tiveram no período que vai de 1830 a 1850.

No Brasil, a primeira linha foi inaugurada em 1854, e em 1855 todos os continentes já contavam com ferrovias, mais uma vez, modificando através da integração a face do mundo (SCHIMITZ, 2013). No Rio Grande do Sul, a primeira linha foi construída para ligar Porto Alegre até Novo Hamburgo em 1874 (idem).

Nesse sentido, poderíamos pensar que o desenvolvimento do transporte em Pelotas é atrasado, já que a Estação Férrea só foi construída aqui em 1884, mas é

preciso levar em consideração duas coisas: 1- Pelotas, e o Rio Grande do Sul de modo geral, são territórios afastados do centro econômico e político do Brasil, que era o Rio de Janeiro e São Paulo; 2- Pelotas possuía porto e sua proximidade com o Oceano Atlântico através da Lagoa dos Patos tornava desnecessário o desenvolvimento de linhas férreas, em um primeiro momento, uma vez que havia o transporte por águas. A comunicação com o interior do estado, por sua vez, acontecia através das estradas e tropeiros que conduziam a boiada, ou mesmo através das lagoas e rios navegáveis. Acredito, portanto, que o surgimento da estação férrea, embora tenha características produtivas, que contribui economicamente através do transporte de gado e alimentos, tem também uma função ideológica de “trazer a modernidade a vapor” para a cidade, o que veremos a seguir.

A primeira linha férrea na região sul da província de São Pedro partia de Rio Grande até Bagé, onde terminava totalizando pouco mais de 280 quilômetros de trilhos, com paradas a cada 20 quilômetros em média (SCHIMITZ, 2013). No caminho, passava por diversos distritos, vilas, freguesias e uma cidade, Pelotas, possuindo estação férrea em cada um desses lugares, onde o comércio e o fluxo de pessoas fosse importante, criando uma teia entre relações sociais e econômicas na região.



Figura 44 - Linhas de viação férrea sul-rio-grandense no ano 1898. Fonte: SILVA, 1954, p. 45.

Atualmente abriga a sede do PROCON de Pelotas e o IHGPEL. O edifício da Estação Férrea de Pelotas fica de frente para a Praça Rio Branco, e dá início à Rua Dom Pedro II. Possui dois andares, existindo no segundo um terraço. O acesso ao terraço é feito pelo sótão que é grande, abrigando atualmente uma biblioteca, acessível e com claraboia. O telhado do segundo andar é rodeado de platibandas vazadas com balaústres, mas elas deixam o telhado visível por este ser maior do que o de outras construções, indicando talvez uma diferença estilística dessa construção. Apresenta coroa em triângulo (três), porém menores e menos importantes no conjunto da construção do que a dos casarões e edifícios do centro. Apresenta, também, elementos decorativos em ferro, relógio e sino que serviam para marcar o tempo.



Figura 45 - Estação Férrea de Pelotas. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

No edifício existe alguma influência do neoclássico, mas aparentam desaparecer em uma nova forma, com telhado grande e imponente, semelhante à alguma igreja inglesa, característica que concorda com o apelido de “catedrais do século XIX” que as estações férreas receberam:

De forma geral, em sua materialidade, as chamadas “catedrais do século XIX” podem realmente fazer jus a esta imagem, sendo criações grandiosas de vidro e ferro; construções imponentes, seguindo um estilo coadunado com um padrão urbano ou da própria companhia responsável pela linha; ou ainda, simples “capelinhas”, edificações de pequeno porte, sem grandes princípios arquitetônicos. Da mesma forma como sua constituição arquitetônica, ainda que siga princípios básicos, pode diferir de um local para outro, uma estação férrea pode adquirir diversos sentidos, de acordo com as variadas funções que vem a assumir: de marco fundador de vilarejos, local de encontros e sociabilidades à simples ponto de passagem (SCHIMITZ, 2013, p.54).

Estações ferroviárias são lugares onde desembarcam e embarcam, tanto pessoas que usam o trem como meio de transporte, como também, onde mercadorias para exportação são carregadas e as importadas descarregadas. A estação férrea também é um logradouro, desempenhando um papel muito parecido com os portos do mesmo período, ou como as rodoviárias e aeroportos que passaram a existir depois. Sendo, portanto, uma unidade econômica de distribuição, tanto de pessoas como de coisas. Também guarda características de um edifício público de arquitetura acadêmica, demonstrada pela edificação sede da estação, em sua construção monumental em um estilo padronizado. Além disso, também é uma unidade produtiva, uma vez que presta um serviço em atividade lucrativa explorando a mão de obra de seus funcionários.

Hobsbawm (2006 a) relata que, com o crescimento populacional das cidades, devido à industrialização do capitalismo, diretamente relacionada ao fornecimento de mão de obra em meio urbano, surge a demanda de transporte de bens agrícolas para as cidades, e as ferrovias atendem a necessidade de alimentar a população urbana de bens de consumo oriundos do meio rural. Tal propósito também foi contemplado na construção da ferrovia em Pelotas, pois havia uma estação férrea no Capão do Leão, cidade vizinha atualmente, mas na época um distrito de Pelotas, e onde produtos dos colonos da região embarcavam para serem vendidos em Pelotas e em Rio Grande (ANJOS, 2017).



Figura 46 - À esquerda o terminal de embarque e desembarque, à direita detalhe do antigo relógio na parede do terminal. Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

Apesar de suas funções econômicas, relacionadas às demandas desse novo momento histórico da civilização humana, onde as cidades tornam-se os principais pontos de concentração e do fluxo de pessoas, a função ideológica que associa o trem com a modernidade é evidente: o trem é, por excelência, o artefato fóssil do período oitocentista. O discurso associando o trem ao Progresso também estava presente nas caricaturas de periódicos em Pelotas. Uma dessas caricaturas, de 1880, mostrava uma mulher branca e bem vestida representando a cidade de Pelotas e puxando uma locomotiva a vapor pela parte traseira e com os dizeres: “Pelotas vai na senda do Progresso” (LOPES, 2005, p.5).

Pelotas esteve em disputa com Rio Grande pelo ponto de partida da locomotiva, que acabou sendo Rio Grande em 1884, e tal disputa é o significado da caricatura. No mesmo ano, Pelotas, Bagé e Rio Grande já estavam interligados através da viação férrea, o que contribuiu ainda mais para o enriquecimento da elite da região (SANTOS, 2009; SCHIMITZ, 2013). Assim, uma nova cadeia de produção foi estabelecida: o interior da província enviava de Bagé através do trem o gado para Pelotas, onde era transformado em produtos, como o charque e o couro, e esses produtos eram enviados de trem ao porto de Rio Grande, onde só então eram distribuídos para o mercado através da navegação. A partir de então, uma nova espacialidade da região começa a surgir:

Acompanhando o caminho dos trilhos, as ferrovias criam uma espacialidade própria, a qual vai muito além das estações de chegada. No Brasil, desde meados do século XIX e, principalmente, no século XX, elas são consideradas sinônimo de desenvolvimento, vetores do capitalismo, da industrialização e da urbanização [...] O que cabe salientar é que, no momento da instalação da estrada de ferro e da estação, Pelotas vivia o auge de sua economia, usufruindo os resultados de anos rentáveis da exploração de charqueadas (SCHIMITZ, 2013, p.13-14).

A pesquisadora (idem) também demonstrou, através de documentos do período, que a estratégia de implantar ferrovias na região Sul da província, aí incluso Pelotas, Bagé e Rio Grande, não ocorreu apenas em virtude do comércio ou ideologia, mas também por questões militares de proteção do território, devido à constante preocupação com as fronteiras. A vinda da viação férrea a Pelotas, embora tenha levado a modernidade para muitos lugares esquecidos pelo “progresso capitalista”, não trouxe a modernidade para Pelotas, pois esta cidade já era moderna:

A população pelotense – muito em virtude também de ser um pólo cultural, com seus teatros, biblioteca e eventos literários e artísticos – usufruía havia algumas décadas da boa condição advinda com as charqueadas e já se percebia como “moderna”, ou pelo menos, detentora de todas as condições para tanto (SCHIMITZ, 2013, p.53).

O modo de vida burguês na cidade demandava meios de transporte rápidos para a elite e suas mercadorias, mas o trem além da função real possuía o sentido ideológico de representar o progresso, como ficou demonstrado na disputa, sem justificativa alguma, pela inauguração do ponto de partida do trem ser em Pelotas ou Rio Grande, com repercussão que durou algum tempo (a elite de Pelotas e Bagé organizaram uma inauguração própria depois). Tamanho era o fetiche pelo artefato do trem, a primeira máquina imponente que substituiu a tração animal, podemos imaginar

que parecia à população como se fosse deslocado por cavalos invisíveis e assim deve ter feito parte do imaginário do período, como uma besta de ferro extremamente poderosa, barulhento e veloz, domada pelo progresso.

3.3 CIDADE DOS COISIFICADOS

A libertação dos escravizados em Pelotas, em 1884, ocorreu quatro anos antes da abolição em nível nacional. Há um aspecto ideológico de libertação dos escravizados que não pode ser desconsiderado, já que acontecem principalmente nos fins do império, buscando os títulos nobiliárquicos. Libertar escravizados passou a significar generosidade e nobreza, talvez uma última tentativa de maquiar o insustentável sistema, fazendo os barões passar por nobres benfeitores e retirar o protagonismo das massas revoltadas (ideia propagada até hoje), no que iria acontecer inevitavelmente, e já estava acontecendo: a libertação da escravidão.

É preciso levar em consideração as pressões externas e o próprio avanço tecnológico industrial em economia de mercado, que exigia uma mão de obra assalariada e um mercado consumidor. Também é preciso, por outro lado, ter consciência de que o mais importante fator determinante na libertação da escravidão e no fim do sistema de escravismo colonial, não foram os fatores econômicos, muito menos os senhores abolicionistas, e sim a luta pela libertação desempenhada pelos próprios escravizados.

Ainda que os senhores tenham se sensibilizado e fossem contrários à escravização, como ocorreu em alguns casos, quer seja por motivos econômicos ou morais, o fator determinante do movimento histórico é a contradição. Se não houvesse contradição, a história teria para sempre acabado aí onde estava, mesmo que todos os senhores fossem sensíveis, o sistema tende a se perpetuar da mesma forma se não encontrar nenhum obstáculo ou impulsionamento, e o sistema capitalista articula-se muito bem com o resto do mundo, as pressões externas não seriam suficientes para mudar tal panorama.

A luta de classes realizada pela classe onde se encontrava a maior potencialidade revolucionária desse período, os escravizados, como demonstrou em seu trabalho Clóvis Moura (2014), protagoniza esse processo e aboliu a escravidão e

o sistema do escravismo-colonial. No processo, onde atuavam diferentes setores de escravizados, estratificados em urbanos e rurais, de luxo ou de ganho, entre outras divisões, havia sempre a autoafirmação dos indivíduos que, como coletividade, exigiam o reconhecimento e o tratamento enquanto seres humanos, frequentemente contradizendo a ontologia dos senhores, no processo de luta contra hegemônico. De acordo com Moura (idem) foi a soma dessas lutas, de diferentes escravizados em diferentes graus de radicalização, e não a ação individual de ninguém, que pôs um fim definitivo ao sistema escravista:

No entanto, a dinâmica do sistema escravista e a sua superação estrutural estão nos conflitos entre as classes que eram substantivas nesse modo de produção. Que algum tipo de relacionamento alternativo entre escravos e senhores existiu ninguém põe dúvida, mas, se ele fosse típico e determinante da dinâmica entre essas classes jamais o escravismo entraria em crise e seria substituído por outro modo de produção, pelo menos nos prazos em que foi realizado. Teria de ficar esperando as contradições externas para destruí-lo e isto não aconteceu, embora fatores exógenos também tenham contribuído perifericamente na sua última fase (MOURA, 2014, p.38-39).

A conquista para os ex-escravizados, que passam a ter o reconhecimento enquanto seres humanos, é substituída por uma nova forma de exploração, a relação de produção do trabalho assalariado, com características próprias remanescentes do escravismo colonial anterior. O proletariado e o lumpesinato que surge como classes exploradas, mas potencialmente revolucionária (antagônica aos patrões, donos dos meios de produção) mantém-se de forma estratificada na cidade de Pelotas, vivendo em precárias condições:

Ao final do século XIX, a cidade tinha aproximadamente 24.000 habitantes e destes, 7.035 eram negros e mestiços, perfazendo 30,7%. Sua segregação no espaço da cidade abrangia a proibição de freqüentar lugares fechados como cafés, cinemas e teatros e mesmo espaços públicos abertos. Em muitos desses locais, os negros eram proibidos de permanecerem e tinham que ceder, até mesmo, espaço nas calçadas da cidade para os brancos circularem (ROLIM DE MOURA, 2006, p.79).

O final do século XIX e início do século XX, com abolição da escravatura e o fim do império, é marcado por mudanças nos meios de produção, onde antigas indústrias entram em declínio e novas indústrias ocupam o lugar. No caso de Pelotas, essas mudanças repercutiram na crise da pecuária e declínio das charqueadas, mas também, em uma nova tentativa de industrializar a cidade com novas atividades produtivas, através de incentivos do governo, de onde surgem fábricas de sabão, velas, tecidos, móveis, vidros, cerveja, gasosa etc. (MACIEL, 2014). Tornando-se um

polo industrial, a cidade atrai pessoas, antigos trabalhadores rurais, ex-escravos e novos imigrantes, que formam a massa de proletarizados, o exército de reserva, ou o lumpesinato em subempregos, como foi definido por Marx (2011). A maioria deles eram amontoados em moradias apertadas, insalubres e caras do centro, ou em bairros e vilas afastadas da cidade, de onde, seja por horas a mais de deslocamento ou através do preço desproporcional de moradias, também era extraído o excedente produzido.

As massas de trabalhadores não encontram muitas opções de moradia. São obrigadas a viver nos cortiços. De acordo com Letícia Maciel, os cortiços estavam presentes desde o início do século XIX em Pelotas, sendo, mesmo antes da abolição, uma das poucas opções de moradia para os ex-escravizados (MACIEL, 2014). Os cortiços crescem conforme o adensamento populacional urbano vai intensificando, especialmente a datar de 1880, e passam por um processo de perseguição agravado a partir da segunda década do século XX, com a ideologia higienista sendo propagada pela classe dominante (idem). Essa ideologia era acompanhada de características racistas e classistas, maquiadas com o positivismo e uma falsa preocupação com a saúde, onde o sinônimo de um ambiente saudável para a cidade era o fim das moradias precárias que surgiam com o adensamento populacional e que destoava da estética burguesa. Por outro lado, os cortiços já eram malvistas pela elite burguesa, que não desejava ter como vizinhos membros das classes subalternizadas, mesmo antes de tomar a forma de higienismo, o que também é atestado pela própria escolha de construção do centro da cidade longe do porto e do Passo dos Negros, bem como nas proibições de construções de casas de madeira, adobe ou pau a pique na região central, feitas na metade inicial do século XIX.

Perto do final do século, em 1891, existiam 124 cortiços em Pelotas, e procurava-se incentivar a criação de vilas operárias para acabar com esse “problema” (GILL, 2006). Lorena Gill (idem) identificou três vilas operárias na cidade, considerando os critérios que o diferenciam dos cortiços, previstos em legislação, e que versam sobre a instalação de serviços higiênicos. No entanto, havia outras habitações e bairros inteiros que surgiram ou cresceram devido ao operariado, e que não se enquadraram na lei do período, mas, na prática eram moradias populares. Tais vilas e bairros, onde as massas trabalhistas habitavam, têm uma materialidade própria, que se diferencia do centro com suas ruas planejadas e largas e edifícios

monumentais (GILL, 2006). As vilas e bairros operários formados espontaneamente ou irregularmente, em geral, formavam ruas desniveladas, irregulares e estreitas. Os cortiços, por sua vez, eram formados por aglomerados de “fogos” (unidades familiares), em ruelas internas de casas aglomeradas e escondidas ou em segmentos de casas unidas que economizam paredes:

Conviviam lado a lado duas realidades diferentes de uma mesma cidade: de um lado os oponentes casarões e seus moradores que podiam ser provenientes de famílias aristocráticas cuja economia era estruturada pelo charque e pelas indústrias, ou ainda profissionais liberais como médicos, engenheiros; de outro, em casebres e cortiços, viviam imigrantes, ex-trabalhadores rurais, operários, escravos e ex-escravos que muitas vezes não tinham condições econômicas de adquirir uma casa própria, lhes restando apenas o aluguel de pequenas casas, cortiços ou quartos (MACIEL, 2014, p.9).

O Passo dos Negros, de que tratei anteriormente, apesar de ser o primeiro núcleo populacional de Pelotas, não ficou vazio durante todo esse tempo de crescimento urbano, ao contrário, foi recebendo pessoas, especialmente as que passavam por processos de segregação da região central, como escravizados urbanos, ex-escravizados, ex-colonos, trabalhadores pobres em geral e, mais tarde, passou por um período de proletarização com a construções de casas operárias vinculadas a uma estrutura produtiva: o Engenho Osório, construído na região no início do século XX (ALFONSO, RIETH, 2016).

A construção de colônias com imigrantes europeus no entorno de Pelotas, foram incentivadas com o objetivo ideológico de embranquecer a população, mas também, de fornecer mais mão de obra para as indústrias, matéria prima vinda do campo e produtos alimentícios. Além da experiência de colonização em Pelotas por 300 irlandeses em 1850, em 1882 foi criada a colônia Municipal e em 1885 as colônias Accioli, Afonso Pena e Maciel, mas, até o ano de 1922, já existiam 61 colônias, a maioria de população alemã e instaladas nas regiões serranas do município (ANJOS, 2017).

O surgimento e crescimento de bairros periféricos, a criação de vilas operárias e as colônias de imigrantes formam a parte da população que é explorada através do trabalho não pago, embora no caso dos colonos pode-se relativizar que o campesino possui uma independência produtiva da burguesia maior do que escravizados e proletários ou mesmo lupensinos. O caso das vilas operárias é recente nesse período, só começa a surgir no final do século XIX, devido às recomendações feitas para evitar

a proliferação de cortiços, sendo que sua construção será intensificada no início do século XX. Por esse motivo, escolhi tratar dos cortiços como artefato arquitetônico urbano que caracteriza a população coisificada para essa metade do século.

A proximidade da cidade, que a elite construiu às custas do trabalho escravizado, passa a ser disputada também por ex-escravizados, escravizados urbanos, autônomos, prostitutas e outras classes laboriosas e exploradas, que começam a habitar a região central em moradias insalubres e precárias chamadas cortiços. Tal forma de moradia já existia na primeira metade do século XIX, mas foi intensificada na segunda metade e na virada do século XX. São as herdeiras naturais das senzalas, enquanto depositárias de humanos coisificados, e a elite burguesa da cidade viverá uma relação ambígua com elas: uma parte construindo e lucrando com a construção dos cortiços, outra parte lutando pela destruição dessas moradias em concordância com a ideologia higienista (ROLIM DE MOURA, 2006).

O crescente número de cortiços traz as massas para a região central e, assim, disputam o espaço com a burguesia, como reação, em 1881 foi criado um perímetro delimitando uma região da cidade onde seria proibida a construção de cortiços (ROLIM DE MOURA, 2006; MACIEL, 2014). Essa região localizava-se em torno do núcleo urbano central, onde a burguesia e as principais instituições públicas estavam localizadas. Mais tarde, em 1888, o perímetro seria ampliado alguns quarteirões cinco ruas em direção ao Sul e contornando o leito do arroio Santa Bárbara ao Oeste (idem). As proibições, no entanto, não surtiram total efeito, e muitos cortiços continuaram existindo na região central, o que pode ser atribuído ao fato de que alguns donos de cortiços ocupassem cargos públicos importantes ou fossem de famílias tradicionais na cidade, uma vez que a prática de alugar os cortiços era uma atividade lucrativa (MACIEL, 2014).



Figura 47 - Mapa de Pelotas de 1909 com a delimitação das áreas de proibição de cortiços. Fonte: ROLIM DE MOURA, 2006.

A proibição, por si só, demonstra que os cortiços já existiam antes disso, e estavam ocupando os espaços que a elite tradicional de Pelotas, em tempos anteriores, havia delimitado para os seus casarões (ROLIM DE MOURA, 2006). Embora a proibição inicial não apresentasse nenhuma descrição sobre como caracterizar esses cortiços (idem), entende-se que eles não correspondiam aos valores estéticos que, de acordo com a ideologia dominante do período, deveriam configurar o centro da cidade.

A proibição de cortiços não é, no entanto, um fenômeno isolado da cidade de Pelotas, e sim algo que estava ocorrendo em muitas cidades como Salvador, Recife, Rio de Janeiro e inclusive Porto Alegre (THIESEN, 1999; ROLIM DE MOURA, 2006). Presente no próprio título do romance escrito por Aluísio de Azevedo, em 1890, estas moradias populares são retratadas em um ambiente de péssimas condições para seus moradores, bem como no estigma social dos habitantes dessas construções. O termo tem um significado pejorativo para se referir às moradias coletivas de trabalhadores:

O termo cortiço, que já vinha sendo utilizado em documentos e legislações em outras cidades brasileiras, tornou-se o mais comum para definir todo o tipo de moradia coletiva de construção e conservação precária, com espaço interno reduzido e superpovoado (ROLIM DE MOURA, 2006, p.55).

Não obstante a perseguição aos cortiços, em geral, eles não eram totalmente proibidos numa cidade. A demarcação de territórios livres dos cortiços sugeria que esses fossem construídos em outros lugares menos visíveis (idem). Isso reflete também as limitações da própria burguesia através do Estado, que não pode interferir na lógica que a mantém, como a manutenção da propriedade privada e da livre concorrência, ou melhor, pode alterar, mas tem certas dificuldades quando se trata de setores da classe dominante, posto que os donos dos cortiços também eram burgueses. Por outro lado, reflete o fato de que a burguesia necessitava apenas do centro fetichizado para si, o resto da cidade, a periferia, não tinha importância. Ademais, para que haja uma região super valorizada, é preciso um contraste com algo desvalorizado, do contrário não faria sentido a existência de uma cidade distinta. Inicialmente, essa distinção poderia ser entre Pelotas e cidades da região, ou entre a cidade e o campo, mas na medida em que as cidades crescem essa distinção começa a tomar forma dentro da própria cidade, segregando regiões urbanas inteiras.

Os limites para a construção de cortiços dividem a cidade, pela primeira vez, em duas oficialmente. Não havia a necessidade de obrigar um barão a construir a senzala na charqueada ao invés de no meio da cidade, por exemplo. Por sua vez, a existência do Passo dos Negros, longe do centro urbano da elite, se deu de forma mais orgânica, devido à proximidade do porto e das charqueadas. Mas com a delimitação dos cortiços, os limites entre a moradia dos coisificados e dos exploradores foi pela primeira vez constituído em termos legais:

Essa medida representou, pela primeira vez em Pelotas, o uso de uma incipiente legislação urbana como um instrumento capaz de auxiliar na

construção dos limites entre os territórios da elite e o dos pobres. Correspondendo até hoje à área mais valorizada da cidade, é possível afirmar-se que começava ali a construção de uma fronteira de poder através de uma área potencialmente livre dos jeitos de morar dos populares (ROLIM DE MOURA, 2006, p.57).

A segunda proibição, ampliando a área onde seria impedida a construção de novos cortiços, ocorreu alguns meses depois da libertação dos escravizados pela lei Áurea, em 1888. O novo código de Posturas da cidade estabelecia que as construções deveriam passar pelo crivo técnico da prefeitura, serviço que seria obrigatório e pago, suscetível à multa em caso de não cumprimento da lei (idem), o que revestia a lei com uma legitimação científica através de um intelectual, e dificultava ainda mais os explorados de construírem suas próprias casas na eventualidade de estes conseguirem um terreno.

As intervenções nos cortiços não desapareceram, mas houve o encarecimento do preço no aluguel dessas moradias, além de um deslocamento de pessoas para as regiões afastadas do centro e do seu trabalho, ou então, o aluguel de uma mesma casa por pessoas de diferentes famílias, para poder pagar o preço abusivo dos cortiços na região central (MACIEL, 2014). Mais tarde, ainda outras medidas seriam utilizadas contra tal forma de moradia, através do aumento na cobrança de impostos para a região central, e com acréscimo sobre os cortiços feitos por área construída (idem). Esses impostos, por sua vez, eram repassados aos inquilinos das construções, encarecendo mais o aluguel, de modo que se pode dizer que as medidas “contra os cortiços” eram na verdade medidas contra as pessoas que habitavam essa forma de moradia.

Os proprietários de suas casas eram poucos, e o aluguel era muito alto (ROLIM DE MOURA, 2006). Os cortiços, mesmo que precários e caros, eram um negócio extremamente lucrativo para seus proprietários, o que explica porque as proibições de cortiços não tinham como pretensão banir aqueles que já estavam construídos, posto que as ligações políticas entre seus proprietários e a câmara municipal deveria convergir para a manutenção dessa atividade lucrativa (idem).

Os tipos mais comuns de cortiços, chamados “portão”, quase sempre eram construídos em fileiras, como uma rua paralela cuja entrada em um portão dava para a rua. O portão, além de dar acesso ao corredor interior, servia para esconder o cortiço e, às vezes, no lugar dele havia uma venda ou casa maior (ibidem). A forma em corredor servia para a maximização do espaço de um terreno que era, normalmente,

integralmente utilizado na construção, e a venda serviria, além de disfarçar a construção, para obter mais lucro através da venda de produtos inclusive aos habitantes do cortiço. Nesse corredor existiam vários quartos pequenos e quase sempre de uma peça só, que às vezes rodeavam os dois lados do corredor, ou às vezes de um lado só, onde moravam as pessoas ou famílias que alugavam esses quartos. Também era comum um único banheiro e um tanque coletivo no final do corredor, que servia para todos os moradores do cortiço. Sendo um espaço que tem mais características de confinamento de mercadorias amontoadas do que de uma habitação, guarda muitas semelhanças com as senzalas:

Denominados de cortiços, com os tanques e as instalações sanitárias para uso comum, essas moradias assemelhavam-se as senzalas dos escravos. A principal diferença ficava por conta do fechamento, “em uma as portas se fecham por dentro, em outro por fora” (ROLIM DE MOURA, 2006, p.24).

No entanto, essa descrição serve para o cortiço em seu sentido clássico, pois muitas moradias e sobrados abandonadas na região central foram reformadas, colocando mais subdivisões para alugar as peças, e os porões, comuns nas construções desse período para evitar a umidade do solo, também foram utilizados com propósito de habitação alugada. Além desses, existiam os cortiços estilo “casinha”, que consistia em uma pequena casa voltada para a rua construída com materiais precários; o hotel-cortiço, caracterizado pela presença de um restaurante com dormitórios; as casas em fita, que eram pequenas casas construídas umas ao lado das outras para aproveitar materiais de construção, tendo a parede em comum e também um banheiro coletivo nos fundos; e os contrafeitos, que eram pequenas casas, retiradas do alinhamento, e quase sempre construídas com um telhado de plano inclinado (idem). Todos esses receberam a denominação genérica de Cortiços nesse período (ibidem).



Figura 48 - Exemplo de casas em fita em Pelotas. Fonte: ACERVO DE CLÁUDIO CARLE, 2019.

A principal localização dos cortiços era na região que fica ao sul da Praça da República, sendo a maior concentração na Rua Tiradentes e nos arredores do antigo leito do Arroio Santa Bárbara¹², que ficam fora das áreas de proibição mas imediatamente adjacentes a ela, o que se atribui ser motivado pelas proximidades das indústrias que estavam estabelecidas nessas regiões (ibid.). Justamente essas regiões são as mais atingidas pelas enchentes, devido a não estarem em um lugar elevado, como é o núcleo central da cidade, e também pela proximidade do arroio Santa Bárbara.

Os materiais utilizados na construção dessas moradias também eram precários, o que tornavam a vida das pessoas que precisavam morar neles bastante insalubre, uma vez que não protegiam muito bem do calor, do frio e dos insetos, abundantes na cidade de Pelotas. Em geral, as paredes eram construídas de alvenaria de tijolos, o teto era coberto com folhas de zinco e o restante, portas e janelas, eram feitos de madeira (ibid).

O século XIX, especialmente a metade final e início do século XX, presencia o surgimento de muitas epidemias. As pestes têm como um dos principais fatores a concentração massiva de pessoas dentro dos núcleos urbanos, e tal concentração ocorre devido às novas demandas do sistema capitalista:

As cidades, pequenas e com número reduzido de moradores, contavam, até então, com uma infra-estrutura mínima e uma condição natural ainda pouco alterada e capaz de absorver os impactos dessa ocupação. Porém, a aceleração do processo de urbanização no início do século XX com a concentração populacional nos núcleos tradicionais e seu entorno imediato tornaram a precarização dessas áreas e de seus locais de moradia,

¹² Em 1968 iniciou-se a construção de uma barragem e a transposição do leito do Arroio Santa Bárbara (OLIVEIRA, 2017), de modo que ele não se encontra mais no mesmo leito que estou mencionando.

especialmente dos mais pobres, mais evidente a cada dia. A sucessão de diversas moléstias, surtos epidêmicos rapidamente transmissíveis como o cólera, a varíola, a tuberculose, etc. potencializados nas áreas de ocupação popular, mas podendo atingir a todos os moradores da cidade, representavam um novo momento vivido pelos núcleos urbanos e uma nova preocupação para os poderes públicos (ROLIM DE MOURA, 2006, p.23).

As doenças e os problemas sanitários já existiam e eram motivos de preocupações, mas a grande mortalidade resultante do surto de diversas epidemias explicitou esses problemas e demandou respostas urgentes por parte do poder público (idem). Como tais eventos também ocorreram em Pelotas, a cidade passa a ser modificada, atendendo às novas demandas mercadológicas e ideológicas. Disso decorreram a canalização de córregos, drenagem de várzeas e terrenos alagadiços e, por fim, a coleta de esgoto, através dos cabungos, e a implantação de redes de água (ibidem).

O espaço burguês é a cidade, por excelência, o que já é algo historicamente constituído e de onde vêm o próprio nome “burguês”¹³. Nesse período, com o adensamento populacional, a burguesia começa a estranhar os elementos que ela mesma conjurou, mas que não lhe refletem à sua imagem e, dessa forma, ela começa a perseguir tais elementos que adentraram no seu reino, manifestando seus preconceitos através de discursos e práticas que visavam controlar, tanto aos elementos identificados como “Classes Laboriosas”, como àqueles identificados como “Vadios” (ROLIM DE MOURA, 2006). A solução que a burguesia encontrou para obter novamente o controle de “sua” cidade foi o uso do poder econômico, aliado ao político-ideológico, este último manifestava-se através do higienismo enquanto discurso que visava à criação de um “espaço saudável” na cidade (idem).

Surgem novos meios de dominação, motivados por essas questões ideológicas, e com práticas repressivas, através de aparelhos de fiscalização que tinham como objetivo manter a higiene da cidade com práticas segregacionistas onde cortiços e casas populares eram vigiadas, podendo receber multas, serem fechadas ou então destruídas (ibidem). A preocupação sanitária já vinha de alguns anos, e ganha força devido a iminência de diversas epidemias que ocorreram no período:

O tema do agravamento das condições sanitárias da cidade pelo aumento da população urbana já fazia parte da pauta de discussões e dos projetos do Poder Público desde, pelo menos, as últimas décadas do século XIX. A coleta de lixo, o abastecimento de água, o esgoto das edificações e os terrenos

¹³ O nome vem de “Burgo” que na idade média significava pequena cidade murada.

alagadiços integravam a pauta das reuniões da Câmara e apareciam nas páginas dos jornais. A varíola, a febre tifóide e o cólera constituíam, conforme expressão da época, um “cortejo de epidemias” (ROLIM DE MOURA, 2006, p.50).

As medidas levaram a população ao deslocamento em direção às periferias, reservando o centro para a burguesia e para o Estado (idem). O crescimento da periferia articulado por dois meios, o político e o econômico, acabou gerando mais um inconveniente para os trabalhadores, afastados da região onde se concentram as indústrias (ibidem), os trabalhadores se veem obrigados ao deslocamento como uma forma de trabalho a mais, que não é remunerado.

A teoria dos “miasmas”, que dominava o pensamento médico e sanitário do período, relaciona as doenças às classes baixas, por ser depositada apenas em determinadas condições ambientais consideradas maléficas, como o mau cheiro de matéria orgânica em decomposição, o acúmulo de lixo ou de água estagnada, ou mesmo certos valores estéticos do período (ibid.). Coincidindo com o positivismo, essa teoria foi amplamente utilizada na cidade de Pelotas.

A preocupação da burguesia de então, e que não se restringe a Pelotas, era de três tipos: 1 - manter a mão de obra operando a produção econômica, ou seja, a classe trabalhadora, o que era explicitado sob a forma de uma preocupação econômica (Alienação); 2 - manutenção e criação de uma cidade bela e limpa que por si só garantisse saúde e moralidade aos seus cidadãos (Fetichismo); 3 - manter os elementos perigosos e subversivos que não correspondiam ideologicamente e economicamente ao ideal de homem burguês, sob controle e dominação retirando seu papel social (Coisificação).

Essas discussões conduziram mudanças significativas no espaço urbano de Pelotas, o que incluía a criação dos já referidos projetos para a cidade. No entanto, embora a aparente preocupação com a saúde seja feita levando em conta a melhoria do meio ambiente urbano, são os indivíduos explorados e precarizados que são culpabilizados pelas condições de vida em que se encontram, não os donos dos cortiços ou os empregadores que pagam baixos salários:

As críticas, até então predominantemente voltadas para o espaço público e o espaço privado externo das construções, avançaram pelo interior das moradias, especialmente a dos pobres, denunciando a péssima qualidade dos materiais com que eram construídas, a sujeira, a falta de ar e luz e suas pequenas dimensões frente ao grande número de habitantes. Assim, os hábitos dos moradores, suas características, as atividades com que se envolviam, misturaram-se com suas habitações, passando a fazer parte das

críticas e alvo também das tentativas de controle organizadas pelo Poder Público (ROLIM DE MOURA, 2006, p.54).

Os lugares onde havia maior número de concentração de cortiços foram também os lugares onde houve maior número de casos de tuberculose (idem). Isso demonstra que tanto os cortiços eram moradias precárias e insalubres, que propiciaram a difusão dessa doença, quanto também demonstra que os mais pobres eram aqueles que eram mais vulneráveis às doenças, em decorrência de inúmeros fatores que vão da alimentação insuficiente e pobre em nutriente até ao acesso aos médicos e instruções de prevenção.

A perseguição higienista aos cortiços, ganha ainda mais força com a Proclamação da República, pois com essa vem o triunfo da ideologia positivista no governo (MACIEL, 2014). A perseguição aos cortiços pelo poder público justificava-se, não só pela ideologia segregacionista, mas também pela perspectiva do mercado em fabricar e vender mais casas populares em lugares afastados do centro (idem). Os surtos de doenças, como cólera, febre amarela, tuberculose, entre outras, também corroboraram com o discurso higienista para fechar os cortiços (ibidem).

A dinâmica da cidade é transpassada pela disputa à moradia entre diferentes classes sociais e setores governamentais, onde o conflito esteve presente de diferentes formas, e que não podemos ver como aceitação passiva dos subalternizados (ibid.). Os muros que cobriam e escondiam os cortiços, característica comum destas construções (ibid.), bem como sua construção em lugares afastados do centro, mas ainda dentro do perímetro urbano, ou o surgimento de vilas operárias, planejadas ou não, o aluguel de casas divididas por várias famílias (ibid.), são reflexos da luta entre a perseguição ideológica da classe dominante, com suas ideias de higienismo social, e o desejo de empregar mão de obra cada vez mais barata nas fábricas da cidade, em contradição com a insubordinação de proletários e outras classes em sua afirmação do direito ao emprego, moradia e tempo de lazer:

Em Pelotas – da mesma forma que em outras cidades que se utilizavam dos métodos capitalistas de controle social e produção – a relação entre elites e as classes baixas nunca perdeu a intensidade e era bastante dependente uma da outra, uma vez que a riqueza da primeira foi construída e obtida a partir da mão de obra da segunda, a começar pelo próprio sistema escravocrata. Porém, o mesmo sistema de dependência da mão de obra seguiu após a abolição da escravidão e a assinatura das alforrias (MACIEL, 2014, p.29).

As visitas sanitárias são previstas para acontecer em todos os tipos de moradia, mas as moradias populares eram as mais visitadas (ROLIM DE MOURA, 2006). As classes subalternizadas¹⁴ eram culpabilizadas pelas condições sanitárias em que se encontravam, não só pela questão material da pobreza, mas pela suposta degradação moral que seria inerente à condição de subalternizado (Idem). A palavra-chave para entender esses acontecimentos é o controle e submissão. Tinha-se como meta a substituição das classes perigosas por uma idealização de um proletariado servil, obediente, educado, trabalhador dócil aos seus patrões, e das construções caóticas das moradias populares pela arquitetura com valores estéticos racionais e ordenados. A própria drenagem dos terrenos alagadiços, miasmáticos, e o ajardinamento das praças e terrenos busca também um controle sobre a natureza:

Para a nova sensibilidade burguesa, amparada em um discurso pretensamente técnico produzido por médicos e engenheiros sanitaristas “esgotos, prostitutas, pobres, doentes e negros são associados numa mesma operação simbólica”. Conforme Sidney Chalhoub, desenvolviam-se duas formas de lidar com as diferenças sociais presentes na cidade. Por um lado, a crença em uma administração pautada em “uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas” geradora de uma prática “não política, competente e eficiente das políticas públicas” e, por outro, a construção da noção de classes pobres como sinônimo de classes perigosas (ROLIM DE MOURA, 2006, p.79).

A imprensa também teve um importante papel na construção de uma ideologia higienista que segrega a população. Nos discursos dos jornais, falta de disposição para o trabalho, pobreza e cortiços formam o ponto de ligação entre negros, prostitutas e pobres em geral (idem). Reclamando do suposto ócio das camadas pobres, e afirmando que empregos havia de sobra, o que faltava, supostamente, seriam pessoas com vontade de trabalhar (ibidem), discurso que segue sendo dito até os dias de hoje por uma parcela da população e das mídias atuais, provando as ligações entre passado e presente da sociedade moderna em termos ideológicos. Defendia-se, em geral, os interesses dos proprietários, e isso de forma aberta e explícita, sob a ideia de que os proprietários eram os geradores de riquezas, e portanto, os proprietários deveriam ser amparado pelas autoridades (ibid.), não os trabalhadores que habitavam as moradias populares.

¹⁴ Inclui, por exemplo, não só os proletários, trabalhadores assalariados, mas também trabalhadores informais, como prostitutas, artesãos, jornaleiros, pedreiros, entre outros, e também o lumpesinato, que seriam pedintes ou pessoas que vivem de pequenos trabalhos.

Na verdade, devido ao êxodo rural, às migrações de estrangeiros e à libertação dos escravizados, faltava emprego e os que o tinham não viviam em condições muito melhores do que os que não tinham (PRADO JUNIOR, 1998). A culpabilização do pobre através de uma ótica liberal, onde o trabalhador é visto como o culpado por morar onde mora e viver onde vive, e das condições materiais e financeiras em que se encontra, como a falta de emprego e de moradia de qualidade, representam o cinismo ideológico da burguesia, ou talvez sua cegueira, ao não admitir que o sistema econômico e social capitalista, por ter como base a propriedade dos meios de produção, impossibilita a liberdade de escolha para aqueles que não possuem tais meios.

Resumindo, o projeto burguês para Pelotas, era continuar ganhando dinheiro com os cortiços, mas culpar os pobres por aceitar morar neles e, ao mesmo tempo, impedir maior concorrência de cortiços. Por fim, fazer com que esses novos cortiços sejam construídos longe da região central, onde morava a burguesia da cidade:

O projeto burguês, já em curso no país, de interferência no cotidiano do trabalhador, incluindo seu espaço de moradia, em Pelotas, oscilava, entre reconhecer a casa “imunda e insalubre” do pobre como foco de doenças e de imoralidades, apostando na sua eliminação, e, ao mesmo tempo, na sua continuidade, mantendo as rendas dos proprietários deste tipo de imóvel. Nesse âmbito, eliminar os cortiços e impor todo tipo de constrangimento a seus moradores era pensar a cidade não como um lugar de conflitos, mas sim, como um espaço acima dos interesses particulares. Através de um discurso em prol da limpeza, do viver bem, combatiam-se os mais pobres. Sem poder eliminá-los do mapa social pensado para a cidade, buscava-se varrê-los para fora da área urbana. Eles estariam ali, mas pelo menos mais distantes (ROLIM DE MOURA, 2006, p.90).

A transformação pela qual o capitalismo passa, onde um sistema de exploração dá lugar ao outro, engendrando formas de moradia análogas às anteriores, com o mesmo propósito de armazenar as vidas coisificadas. E é enquanto coisas, não pessoas, que esses seres humanos explorados aparecem na política institucional ou nas propagandas jornalísticas, e é dessa forma coisificada que são armazenados e segregados em seus locais de moradia, e esquecidos das políticas públicas de patrimonialização até os dias atuais.

Há uma incontestável presença de subalternizados em meio à cidade, inclusive do centro urbano, seja por meio do trabalho ou da moradia, e apesar de esta presença ser fundamental para entendermos a dinâmica da vida social urbana, ainda assim, a imagem hegemônica que é mostrada de Pelotas apaga a presença de escravizados, ex-escravizados, proletários, lumpesinos, entre outros explorados, do papel que

desempenharam na construção da cidade. O imaginário social atual, reforçado pelas políticas públicas de patrimonialização, contam uma história de Pelotas como um lugar de convívio da burguesia e suas práticas sociais, ignorando completamente a presença dos cortiços e vilas operárias, espetacularizando a história das charqueadas e do centro fetichizado. No entanto, o crescimento do meio urbano e a criação de moradias para operários, em uma nova dinâmica econômica de centros industriais, também em meio às cidades, não é uma característica exclusiva de Pelotas ou do Brasil, mas é um processo mundialmente observável onde o capitalismo estava inserido.

Perto do final do século XIX, em 1873, Engels (1887) escreveu um livro debruçando-se sobre a questão da moradia, onde critica as propostas de Proudhon e da Burguesia para solucionar o problema de habitação, problemas que estavam cada vez mais generalizados, atingindo, até mesmo, outras classes sociais devido ao grande crescimento populacional urbano.

Aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular que as más condições de habitação dos operários sofreram devido à repentina afluência da população às grandes cidades; é o aumento colossal dos alugueres (sic), uma concentração ainda maior dos inquilinos em cada casa e, para alguns, a impossibilidade de em geral encontrar um alojamento. E esta falta de habitação só dá tanto que falar porque não se limita à classe operária mas também atingiu a pequena burguesia (ENGELS, 1887, p.10).

Como pode ser explicado o aumento do preço das residências urbanas nesse período aliado aos baixos salários, e de qual maneira isso está articulado com a sobre-exploração de trabalhadores? Algumas vezes a mercadoria pode ser ofertada mais barata ou mais cara do que o preço padrão de um mercado, o seu valor de troca, sem ser por qualidade ou por quantidade de produção. Tal processo, em uma economia de mercado, garante a competitividade para produtos ainda não bem inseridos e estabelecidos no mercado, ou de lugares distantes do centro econômico, como é o caso do Brasil.

No caso de produtos de mercado mais baratos, a mais valia (o excedente não pago do trabalho explorado) está sendo transferido diretamente para o consumidor, e o lucro do patrão está sendo alienado em cima do salário diminuído do trabalhador, precarizando a vida desses trabalhadores, o que se reflete em moradias insalubres (ENGELS, 1887). O mesmo sendo válido para o escravizado, que nesse caso não recebe salário algum, apenas o mínimo para a sobrevivência, mas cujo trabalho

alienado ao extremo garantem preços competitivos no mercado e ao mesmo tempo uma exorbitante margem de lucro aos senhores escravistas. No caso de produtos mais caros, como é o caso das moradias centrais, também o excedente está sendo extraído pelo sobretrabalho, em cima da quantidade paga que deveria servir para o trabalhador manter o mínimo necessário à uma vida digna, que nesse caso é sacrificado em prol de um valor falso, fetichizado, de uma moradia central (idem).

Casos exemplificados através do trabalho assalariado conjugado a outros trabalhos dentro de um mesmo núcleo familiar, chamados por Engels (ibidem) de indústrias caseiras e manufaturas rurais, em lavouras próprias, em pequenas hortas, onde os trabalhadores conseguem complementar sua alimentação. Nos casos de moradia mais urbanizadas, isso refletia no trabalho de outros membros da família, como, nesse período, era o caso das mulheres e crianças nas classes alienadas, que trabalhavam como domésticas ou lavando roupa ou em diversos tipos de subempregos. A imagem a seguir (FIGURA 49) mostra essa realidade na cidade de Pelotas, onde mulheres lavam roupas como complementação do trabalho, na beira do Arroio Santa Bárbara:



Figura 49 - Lavadeiras à beira do Arroio Santa Bárbara, fotografia do início do século XX. Fonte: LAD - Laboratório Nelson Nobre Magalhães.

Tal contexto, no entanto, não pode ser atribuído ao desejo individual de burgueses, mas é uma consequência de um sistema que se sustenta na exploração e sobre-exploração, onde surgem as condições para que o capitalista¹⁵ não só compre a força de trabalho do operário mas de lucrar com esta força muito mais do que o seu valor, na medida em que o trabalhador é forçado a trabalhar por muitas horas que não serão pagas pelo seu serviço (ENGELS, 1887). Esse sistema de exploração reparte seus benefícios com toda a teia de dominação através de seus principais aparelhos, dos asseclas mais nefastos e correligionários do sistema, até os mais ingênuos funcionários que não suspeitam de suas reais funções na sociedade (idem). Por fim, com o aumento das grandes cidades, surge um valor artificial colossal sobre a propriedade, especialmente nas regiões centrais, empurrando trabalhadores para fora do centro através dos preços proibitivos (ibidem).

Percebe-se, através da perspectiva de Engels, uma consequência da sociedade capitalista: a criação de um autômato que funciona por conta própria e que, por melhores que sejam as intenções burguesas, reproduz incessantemente e de forma aparentemente natural a exploração, extraíndo o excedente compartilhado de diferentes formas por diferentes pessoas, porém, de forma estratificada, e reproduzindo incessantemente a desigualdade em condições de alienação do trabalho, fetichização de mercadorias e bens e na coisificação de pessoas.

O crescimento de uma cidade em população e as tentativas de conter esse crescimento, demonstram contradições do governo que, à primeira vista, parecem difíceis de entender. É certo que, para uma cidade se desenvolver, dentro da ótica capitalista, seria preciso uma grande população urbana que fornecesse a mão de obra das fábricas e as bocas consumidoras, pelo menos dos produtos e serviços mais baratos. Esse consumo, por sua vez, demanda mercados em locais centrais e que esses locais sejam acessíveis aos consumidores. Como se explica, então, que a burguesia, sendo já a classe dominante e com interesses voltados para o capital, procurasse por todos os meios afastar a população dos grandes centros? Me parece que a resposta é puramente ideológica, e certamente um materialismo vulgar, ou economicismo, não teria como responder essa questão. Tanto o fenômeno do fetiche como da coisificação dos indivíduos, são de natureza subjetiva da cultura humana,

¹⁵ Capitalista é o indivíduo que detém os meios de produção, sendo sinônimo, portanto, de Burguês.

ainda que alicerçados sobre a alienação. Esta última, embora refira-se em um primeiro momento à uma relação de produção, entre aquele que se apropria do trabalho alheio e aquele de cujo trabalho é alienado, também tem sua face ideológica ao fazer com que os indivíduos explorados não percebam o que é produzido como sendo seu. Acrescento que a alienação não se refere apenas a falta de consciência sobre o que é produzido, mas ao próprio poder político-econômico, ideológico, que garantem ao senhor de escravizados ou proprietário de charqueadas, indústrias e cortiços, a sua permanência e a de seus herdeiros com o mesmo status e em condições de determinar o que será produzido.

A burguesia, já plenamente entronizada no lugar da velha aristocracia na Europa, ou como aqui, substituindo amigavelmente a velha classe, absorve os velhos costumes. Apesar disso, o capitalismo como sistema é uma máquina insensível muitas vezes às próprias demandas da burguesia, e foi assim que surgiram por toda a parte cortiços em regiões centrais, e bairros populares cada vez mais próximos do centro, apesar das tentativas de combatê-los. Porém, embora o sucesso não tenha sido por completo, e jamais poderia ser, essas políticas públicas foram bem sucedidas em precarizar ainda mais a vida dos trabalhadores e dificultar o acesso ao centro e lugares de sociabilidade e trabalho.

A ontologia que serviu como base para a segregação social em um período pós-abolicionista, é o chamado Higienismo, um aspecto do positivismo, que é a marca da Nova República. Essa ideologia tinha como uma de suas características se apresentar como universalmente boa para todos, sem distinção de classe social ou de qualquer outra estratificação (ROLIM DE MOURA, 2006), sendo essa uma das características dominantes para as novas ideologias burguesas, e perfeitamente alinhada com as demandas do mercado.

3.4 BALANÇO HISTÓRICO DE 1850 A 1888 E INÍCIO DO SÉCULO XX

A intelectualidade do país, que estava em construção e era constituída, principalmente, por juízes e advogados, sentia a necessidade da abolição da escravidão, e já era consenso, mesmo entre os conservadores, que ocorreria, ainda que de forma gradual (PRADO JUNIOR, 1998). Em partes, isso acontecia devido às

pressões internacionais, já que desde 1865, com a abolição da escravatura nos Estados Unidos, Brasil e Cuba são os últimos países ocidentais a admitir este sistema de exploração, mas os debates em torno dessa questão foram adiados devido a Guerra do Paraguai, ocorrida no mesmo ano (idem). Apesar da guerra, a opinião pública radicalizava cada vez mais para o lado da abolição e não parou de tensionar nesse momento:

A ideia de emancipação começa a conquistar forças políticas importantes, e isso faz com que o Imperador, esquecido de suas fumaças progressistas, organize em 1868 um ministério fortemente conservador e francamente escravocrata, cujo primeiro ato é dissolver uma Câmara já excessivamente libertadora (PRADO JUNIOR, 1998, p.177).

A dissolução da câmara, embora fosse considerada legal pelo sistema parlamentarista da época, teve o mesmo efeito de um golpe objetivando a manutenção do sistema escravocrata (idem). Como consequência, abolicionistas passaram a agrupar-se cada vez mais em torno da bandeira republicana.

A necessidade de mais soldados na Guerra do Paraguai, fazem uso de negros escravizados, concedendo a esses alforria e aumentou ainda mais o medo de um levante negro nas grandes cidades, desprotegidas devido a guerra (ibidem). De acordo com Jonas Vargas (2011), logo após o fim da guerra, seria o único momento em que o Rio Grande do Sul perdeu um número significativo de negros escravizados para o Centro-oeste, já que em virtude da guerra, com negros soldados sendo libertos, surge uma grande demanda por mais mão de obra. Mas essa situação volta à estabilidade em seguida, com a importação de escravizados do Nordeste e outras regiões do Sul, bem como o crescente acúmulo de tal mão de obra nas mãos de alguns charqueadores em detrimento de outros (idem), revelando outra face do dito “desenvolvimento capitalista” com o agravamento das condições de mercado e acumulação: a tendência ao monopólio dos meios de produção.

Em 1885, os setores conservadores do governo fizeram aprovar a lei dos sexagenários, como se fosse uma grande e ampla concessão aos abolicionistas, que cada vez mais ganhavam a opinião pública (PRADO JUNIOR, 1998). Por força dessa lei, seriam libertados os poucos escravizados que estivessem vivos com mais de 60 anos, desde que eles trabalhassem mais três ou até os 65 anos para indenizar os seus senhores. Como tal lei foi tomada por gargalhada nacional, os escravizados simplesmente começaram a abandonar em massa as senzalas, e já não havia força

capaz de impedi-los, pois, além da opinião pública, até no exército predominava o consenso abolicionista, restando apenas a câmara do império como conclave conservador, e essa, por sua vez, só era predominantemente conservadora devido às flagrantes fraudes eleitorais (idem).

As explicações colonialistas para a desigualdade baseiam-se nas questões raciais biológicas (POLONI, FUNARI, 2016). No Brasil, no contexto de formação do Estado Nação, estas explicações seguiam uma linha de aceitar certos elementos dos Negros e Indígenas idealizados, mas de forma que tais elementos, em sua forma pura, fossem degenerados e tendessem ao desaparecimento, de tal forma que o que predominava seria o elemento europeu (idem).

Os países europeus repartiam a África na Conferência de Berlin no projeto de imperialismo, e o Brasil partia para um colonialismo interno, no projeto de mapear, conhecer, explorar e levar a chamada “civilização” ao seu próprio território (ibidem). A imagem do bandeirante ressurgiu como um símbolo heroico do desbravador de terras desérticas, e as terras desérticas passaram a ser todas aquelas que, ainda que habitadas por populações autóctones, não reproduzem o modo de vida hegemônico (ibid.).

O Estado Novo surge em um momento de contestação da hegemonia cafeeira somada à urbanização, industrialização e nascimento da escola modernista, que dá novos rumos ao conceito de brasilidade (POLONI, FUNARI, 2016). O Estado Novo combinava temas como a modernização, urbanização e o progresso industrial com a valorização da mestiçagem e a idealização de indígenas, considerando-os descendentes de asiáticos, e africanos, mas era uma idealização simbólica que na prática continuava confinando esses elementos em sua forma real ao ostracismo (idem). As bandeiras voltam a surgir como um símbolo nacional, dessa vez como uma força revolucionária, que misturava os elementos negros, indígenas e brancos pelo progresso da nação, em oposição à Casa Grande, elemento reacionário e monarquista (ibidem). Buscava-se, assim, a conquista do meio natural e dos elementos ainda não civilizados para que houvesse o progresso do Brasil tal como ocorria nos países já desenvolvidos (ibid.).

São características desse período: a expansão das forças produtivas e progresso material através da produção extensiva, em larga escala (PRADO JUNIOR, 1998); Fluxo considerável de imigrantes graças ao progresso do país e o

aperfeiçoamento dos métodos de navegação (idem); Desenvolvimento da eletricidade e dos meios de transporte que garantiram a escoação da produção de café (ibidem) e a convulsão ocasionada pelo advento da república.

A República, por sua vez, surge como golpe palaciano e não com participação popular (ibid.), e isso diz muito sobre as características de tal governo. A república rompeu com um governo conservador que estava em um equilíbrio artificial dentro do império (ibid.). Surge a figura do “homem de negócios” como algo importante e não malvisto, como era nos períodos anteriores:

No terreno econômico observaremos a eclosão de um espírito que se não era novo, se mantivera no entanto na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material. Isto, na monarquia, nunca se tivera como ideal legítimo e plenamente reconhecido. O novo regime o consagrará (PRADO JUNIOR, 1998, p.208).

Resumidamente, a República se adequa ao espírito do seu tempo. As finanças internacionais passam a desempenhar um papel maior na economia, com o estabelecimento de filiais de bancos estrangeiros no país (idem). O país passa por grandes surtos econômicos de produção, onde se consagra como produtor de café para a exportação, seguido de perto pela borracha, e também na produção de outros gêneros tropicais, como o cacau, o mate e o fumo (ibidem).

A produção decai para o mercado interno de gêneros alimentícios e aumentam as importações para o seu abastecimento (ibid.). O Brasil torna-se um país mais seguro para o investimento, e agora até os estados, que foram tornados autônomos, passam a recorrer ao crédito externo (ibid.). Como consequência, a dívida externa cresce drasticamente (ibid.). Na ocasião da República ela era de 30 milhões de libras, em 1910 era 90 milhões e em 1930 era de 250 milhões.

A instabilidade da mão de obra assalariada também é outro fator que interfere na produção, uma vez que os maus tratos constantes faziam com que os trabalhadores livres mudassem frequentemente de patrões, e as queixas aos consulados implicaram na diminuição dos fluxos migratórios (ibid.). A fórmula utilizada para manter o empregado trabalhando para o seu patrão foi o endividamento desse, através de salários reduzidos e a venda de produtos necessários para o seu sustento a um preço elevado (ibid.). Tal fórmula foi utilizada com maior intensidade na indústria da extração da borracha. Porém, devido a essas medidas, muitos imigrantes saem do

Brasil e vão para outros países, como a Argentina, gerando déficits imigratórios em 1900 e 1903.

Graças às reivindicações dos trabalhadores e a pressão das embaixadas, a administração pública, especialmente de São Paulo, passa por grandes transformações que visavam a proteção dos trabalhadores frente aos seus patrões, na perspectiva de manter a mão de obra e melhorar a visibilidade do país no estrangeiro, garantindo os fluxos migratórios (idem). Alguns lugares que não se adaptaram a nova mão de obra livre acabaram entrando em decadência e a produção de café foi substituída pela pecuária de pequena produção e mercado, e áreas inteiras passaram por esvaziamento populacional e decadência econômica (ibidem). Por fim, a grande produção em larga escala e em latifúndios, começa a se degradar em pequenas e médias propriedades de terra (ibid.).

A independência leva os militares, pela primeira vez na história do Brasil, a desempenhar um papel mais importante na política, ou pelo menos um papel mais reconhecido. Logo de início o país passa por uma crise e que se deve, em grande parte, à emissão de moeda, muitas vezes de forma arbitrária mas também no sentido de aumentar o capital circulante, já que uma grande massa de escravizados fora transformada em massa assalariada, e não havia acontecido uma indenização dos proprietários, logo, o crédito fornecido a eles para a lavoura tinha um pouco a intenção de amenizar esse problema, temendo, também, um levante monárquico por parte dos latifundiários (ibid.). Consequentemente, muitas indústrias começam a surgir:

Sob a ação deste jorro emissor não tardará que da citada ativação dos negócios se passe rapidamente para a especulação pura. Começam a surgir em grande número novas empresas de toda a ordem e finalidade. Eram bancos, firmas comerciais, companhias industriais, de estradas de ferro, toda a sorte de negócios possíveis e impossíveis. [...] Naturalmente a quase totalidade das novas empresas era fantástica e não tinha existência senão no papel (PRADO JUNIOR, 1998, p. 220).

Faltavam até nomes para tantos projetos fantásticos e irrealizáveis, que só se mantinham na base da especulação financeira, sistema que logo entra em ruína criando a crise de 1891 (idem). Porém, outras crises surgem, com a desvalorização da moeda no mercado internacional e emissão de ainda mais moeda devido às convulsões militares nos estados e, por fim, à crise do café devido à superprodução, coisa que até então não havia acontecido. Essa superprodução resultará em um menor preço na venda do café produzido no Brasil para os distribuidores, mas não

chegará a diminuir o preço final para os consumidores, devido à especulação financeira envolvida neste mercado (ibidem). Empréstimos são feitos ao governo para a compra do café, que o governo comprava e mantinha armazenado para o preço não ser tão baixo na safra (ibid). A partir de então, a dívida pública começa a crescer drasticamente, e o Brasil se consolida como um país dependente e subserviente das potências imperialistas.

O capital estrangeiro fluindo para o Brasil, também os meios de distribuição e transporte de mercadorias e de pessoas se modernizam e crescem, materializando-se em portos e ferrovias. Surgem as primeiras usinas de energia elétrica, importantes para um país pobre em carvão mineral como o Brasil. As cidades passam por remodelações devido à industrialização. Isso tudo permite um maior equilíbrio financeiro na economia, porém são insuficientes, o país continuará sendo um produtor de apenas alguns gêneros com grande expressão internacional, tendo como base o mesmo sistema anterior de grandes propriedades e exploração fundiária (ibid.).

CONCLUSÃO

Quando decidi fazer este trabalho, eu tinha como objetivo tentar descobrir se em Pelotas do século XIX, existia um sistema econômico que se configurava como capitalista e se os fenômenos capitalistas apontados por Marx no *Capital* (1985), a alienação, o fetiche e a coisificação, existiam na cidade desse período. Tal curiosidade tem por base os anos que morei em Pelotas, quando no dia-a-dia refletia sobre a possibilidade de constatar esses fenômenos na materialidade, percebendo a espetacularização do tempo e do espaço como algo que construiu a cidade. Ademais, tive como meta tentar descobrir se através do trabalho arqueológico seria possível perceber tais características na cultura material. Concluo ter realizado esses objetivos, pois considero que o escravismo colonial era uma relação de produção que se encaixava, como uma engrenagem em uma máquina maior do capitalismo mundializado, e é possível ver isso muito bem evidenciado através da materialidade e história de Pelotas. No que se refere à cultura material, as características dos três fenômenos apontados também podem ser encontradas dentro do meio urbano através de suas construções, divisões do espaço e territorialidade. Retomarei a seguir como isso foi demonstrado:

No início, os primeiros colonizadores que habitaram a região do Rio Grande do Sul, viviam em choupanas feitas de pau a pique: telhado de palha, paredes com varas de madeira entrelaçadas e cobertas de barro, e portas e janelas, quando existiam, de couro (GUTIERREZ, 2001). A mudança brusca que ocorre nessa arquitetura, modificando em casarões, utensílios importados e a própria organização espacial de rural para urbana, e da produtividade pecuária em industrial charqueadora, não pode ser explicada meramente em termos de “oferta e demanda”, como defendem teóricos do liberalismo, e nem apenas em termos de “bom gosto” e refinamento cultural, como alguns pesquisadores pretendem.

A partir da acumulação primitiva do capital, feita através da exploração da mão de obra escravizada negra e indígena, e do roubo de terras destes últimos, surgem transformações do processo descrito pela categoria dialética de “transformação da quantidade em qualidade” onde, aliado às revoluções globais, pelas quais passava o Capitalismo de início do século XIX, surgem as condições para um novo processo industrializado de exploração: as charqueadas. Assim, o sistema de exploração das

estâncias e da courama abre espaço para as charqueadas, em um mercado de consumo voltado para a exportação de produtos primários e importação de bens de prestígio pela elite.

A característica de dois sistemas existindo lado a lado, em simbiose, é uma premissa comum da nova era capitalista, que integra um mercado cada vez mais global e com maior diversidade de bens de consumo (HOBBSAWM, 2016 b). Exemplos dessa divisão entre dois sistemas dependentes podem ser observadas: entre as estâncias e charqueadas em Pelotas; na exploração do charque para o mercado interno e o “açúcar-minério-algodão-café” para o mercado externo; e no capitalismo industrial totalmente realizado, com mão de obra assalariada e a propriedade privada reconhecida em lei, na capital do sistema (Europa ocidental de então), e o escravismo colonial no Brasil.

Da massa de escravizados e a acumulação exorbitante de capitais feitos através do trabalho alienado, surge a urbanização em Pelotas, tanto para os explorados (o Passo dos Negros, os cortiços, as vilas operárias) como para os exploradores (o Centro Histórico de Pelotas em seus casarões, instituições e monumentos). O adensamento populacional criou outra divisão típica do período, entre as cidades e o espaço rural, em consequência do qual surge a necessidade de obras visando o transporte de águas para a cidade (os fontanários) e de alimentos e matéria prima do ambiente rural (as estradas e passos, a tablada e mais tarde a estação férrea).

O desenvolvimento primitivo da modernidade testemunhou três fenômenos sociais importantes, de acordo com Matthew Johnson (1996): o crescimento de centros urbanos; o acirramento das contradições de classe; a teia do mercado espalhar-se cada vez mais. Tais transformações criaram as condições para uma urbanização em maior escala, e a industrialização na segunda metade do século XIX (idem). A prática de criação de fronteiras e divisas, seja nas terras, residências ou práticas sociais, foi uma característica crescente no processo de transição do mercantilismo para o capitalismo industrial.

Johnson (ibidem) indica não só o surgimento de cercas demarcando territórios no campo, mas também nas cidades e residências, ou entre práticas sociais, que passaram a surgir e ganhar força no mundo inteiro a partir do século XVIII, onde as relações mercantis transformavam-se indo em direção à plena formação da

propriedade privada dos meios de produção. Práticas como comer e beber em público foram desaparecendo, cada vez mais, até que surgissem bares e clubes reservados, especializados para cada classe social, quando não, adegas em residências particulares (ibid.). As segregações entre senhores e servos, entre mundo do trabalho e mundo doméstico, entre o masculino e feminino, tornaram-se mais comuns, bem como a criação de mapas e o estudo topográfico, em direta relação com a consolidação do Estado-nação (ibid.). A etiqueta e suas contrapartes materiais, como uso de utensílios domésticos especializados em diferentes funções, também teve grande destaque (ibid.).

As práticas próprias da aristocracia em transição e da burguesia nascente, foram se impondo às outras classes, como ideologia, na medida em que características capitalistas iam ao encontro da industrialização, repercutindo em alienação, fetichização e coisificação de humanos e mercadorias. Até mesmo a construção de jardins denuncia uma forma de controle da natureza típica do período (JOHNSON, 1996). Controle que, talvez, seja o grande espírito da modernidade, integrando a natureza ao meio cultural de forma domesticada, construindo avenidas e estradas como símbolos de progresso (BERMAN, 1986), separando os casarões das ruas e vizinhos em seu entorno, delimitando e ordenando pela razão um espaço para o caos e criando a fronteira entre a família e a sociedade, quando não, entre o indivíduo e a polis.

Tendências presentes na arquitetura de casarões, cortiços e vilas operárias, na edificação de monumentos, na criação de logradouros e no comércio de utensílios do cotidiano: através das linhas retas e simétricas na arquitetura burguesa ou das estruturas precárias dos subalternizados, das unidades de moradia em separação das unidades de trabalho, lazer e estudo; dos homenageados em monumentos, das vias do meio urbano integrado ao segregado; da aversão e a moda entre roupas, cerâmicas e porcelanas.

No início do século XIX, as relações capitalistas se intensificam, saindo do capitalismo mercantilista para o industrial (PRADO JUNIOR, 1998), até atingirem os patamares globais no final do século, transformando o mundo para esse sistema. A contar desse período, todas essas relações são percebidas onde quer que o capitalismo industrial tenha se instalado ou necessitasse de mercado. O Brasil, ainda como reino português, não demorou em atender às pressões econômicas britânicas

e culturais francesas, países centrais onde ocorreu “O Levante Gêmeo” que propiciaram a era capitalista através de suas revoluções burguesas (HOBSBAWM, 2016 a). No entanto, as relações de produção aqui eram diferentes da Europa industrial, aqui o sistema se estruturava no antagonismo entre senhores e escravizados.

Clóvis Moura, concordando com Caio Prado Junior, afirma que o escravismo como modo de produção na colônia estava inserido dentro de um contexto maior de capitalismo mercantilista global, em suas palavras “[...] era a empresa comercial cujo modo de produção era o modo de produção escravista” (MOURA, 2014, p.66). No sistema constituído, apesar de ser uma economia voltada à produção para o exterior, o endividamento com o tráfico foi constante e impedia, dentro dos conceitos liberais, o crescimento econômico, criando uma situação de dependência. Ao mesmo tempo, todo o sistema global, configurado através do capitalismo mercantilista e mais tarde industrial, dependia do modo de produção escravista nas colônias para existir e gerar a acumulação primitiva.

O escravizado era visto e tratado como mercadoria, devido às distorções ideológicas, mas em realidade era e atuava na produção como uma classe social. O comércio de escravizados era a principal mercadoria mantenedora desse sistema modular, mas também a principal fonte de produção. De resto, embora para os senhores o escravizado fosse visto meramente como coisa, alienada de sua própria condição de ser social, o escravizado constituía tanto a principal força produtiva de mercadorias como também o protagonista da luta de classes nessa época (idem).

Em Pelotas, como no resto do Brasil, o modo de produção até as proximidades do fim do século XIX é o “escravismo colonial”, dividido entre Pleno e Tardio pelos anos 1850 (MOURA, 2014), sistema onde a principal mão de obra utilizada é escravizada. Tal sistema só será substituído mais tarde pela proletarianização, dando lugar à nova forma de exploração do trabalho alienado. Pelotas, apesar de deslocada, geograficamente periférica e politicamente instável, não ficou alheia desse processo, pelo contrário, mostrou-se cosmopolita bem cedo e, em 1808, quando o Brasil abre os portos para o mundo, já havia indícios de sua urbanização, que logo se realiza rapidamente graças ao processo de produção industrial utilizado em suas charqueadas (ARRIADA, 1994).

O processo industrial das charqueadas é marcado pela divisão do trabalho, controle do espaço e do tempo, utilização de mão de obra alienada de sua produção (os escravizados), produção voltada para um mercado externo e onde tudo era aproveitado, cada gota de sangue do boi e cada hora da vida dos escravizados, o que gerou um excedente sem precedentes na produção gaúcha (PRADO JUNIOR, 1998). O processo todo ainda resultaria na construção do meio urbano, adensamento populacional e na importação e produção da “opulência”, onde se verifica o fetiche, e nas relações sociais onde escravizados e trabalhadores são tratados como mercadorias, amontoados em pequenos e precários espaços como se fossem “coisas”. Portanto, Pelotas não é um caso isolado, mas ela inteira um artefato que permite identificar e conhecer melhor o capitalismo do século XIX, especialmente onde tal capitalismo utilizou como relação de produção o escravismo em uma situação de dependência internacional, o que não quer dizer que a cidade não tenha também sua própria singularidade.

A explicação que considero melhor responde aos fenômenos apresentados, foram identificadas por Marx (1985) sob o nome de alienação, fetiche da mercadoria e coisificação dos indivíduos, como foi discutido ao longo deste trabalho. A alienação através do trabalho explorado com a mão de obra escravizada, e mais tarde operária, de modo que essa, ao não se identificar com o fruto de seu próprio trabalho, era acumulada pela classe que se fazia detentora dos meios de produção. Tal artimanha foi efetuada através do uso dos aparelhos coercitivos na consolidação de uma hegemonia que pende para os interesses da classe dominante, no caso do capitalismo, a burguesia (GRAMSCI, 1999).

O trabalho, fruto da mão de obra de seres humanos escravizados, consistia predominantemente no charque e produtos do gado nas charqueadas, os derivados do barro nas olarias, as construções monumentais na cidade, e praticamente todo o trabalho necessário para o que era, ontologicamente, considerado processo civilizador de desenvolvimento econômico e urbano da cidade. Desenvolvimento que significa aumento da repressão das classes exploradas e acúmulo de trabalho alienado, por meios ideológicos (igreja, jornais e escolas), repressivos (cadeia, pelourinho) e técnicos (divisão do trabalho, burocracia administrativa).

A alienação do trabalho era completada: os trabalhadores não se identificavam com o fruto do seu próprio trabalho, gerando a fantasmagoria da produção, em que

esta passa a ser vista como um fenômeno com vida própria, descolado da produção e com seus efeitos “mágicos” de garantir ou retirar status social. Tal fantasmagoria permitia o efeito ideológico necessário para que a classe dominante tomasse posse desses bens e da própria sociedade, através de um capital não apenas de trabalho acumulado mas da própria sociabilidade usurpada, sustentada na submissão de escravizados e, posteriormente, assalariados.

O trabalho e a vida humana estando ontologicamente desvinculados pelos meios supracitados, permitiu o surgimento das distorções capitalistas, onde produtos tem valor de troca diferente do seu valor de uso, e assim, as coisas passam a ser fetichizadas e pessoas coisificadas, transformadas em mercadorias ou tendo que se vender como tais. Isso explica o porquê de a vida humana ser empregada em trabalhos extenuantes e moradias insalubres, para adquirir a “opulência” dos senhores de Pelotas.

Como foi discutido na introdução deste trabalho, Marx (1985) utiliza uma categoria, o “fetiche”, tradicionalmente usada pelos modernos para referir-se às sociedades consideradas primitivas, que se guiavam por objetos tornados vivos. A grande ironia de Marx, é que o uso dessa categoria em o Capital (idem) demonstra que esse não é um fenômeno das sociedades tradicionais, ao contrário, aplica-se exclusivamente às sociedades de mercado onde o trabalhador é alienado de sua produção, especialmente no capitalismo industrial e na sociedade burguesa onde o fenômeno é agravado.

O efeito prático e real de uma mentira (a falsificação da realidade) ao colocar o mundo das coisas em uma posição idealizada e de poder, ou determinadas relações sociais como concretas e estáticas, leva à luta de classes, que atuou como determinante na transformação social, sendo o motor real da transformação social, como demonstrou Clóvis Moura (2014). Evidentemente, nem todos os escravizados eram rebeldes, do contrário a produção não seria feita e sem a produção o sistema não se justificaria, assim diz Moura (idem). No entanto, isso não retira a assertividade do argumento anterior, de que foram os elementos de rebeldia que mantiveram o tensionamento necessário para a transformação do sistema. Essa negação está presente em diversos graus de diferença, em uma escala entre Zumbi e Pai João (ibidem), mas é essa totalidade de conflitos que mantém o tensionamento e a transformação, não ícones isolados, nem a bondade do alto, nem a interferência

externa. Se todos escravizados fizessem acordo e aceitassem o sistema, a história teria parado ali onde estava (ibid.).

As rebeliões e confrontos deveriam acontecer graças ao encontro e planejamento desses que eram explorados, meio pelo qual era criada a contra-hegemonia. Em Pelotas, isso certamente ocorria, mesmo em meio aos espaços públicos, em momentos, condições e lugares que escapavam ao controle da classe dominante, pois esses espaços também faziam parte da convivência urbana dos explorados. Essa sociabilidade da luta contra-hegemônica, em seus múltiplos aspectos, que incluí não só a classe, mas também a raça, gênero e sexualidade, afirmando o ser social real frente a ficção fantasmagórica das mercadorias e das relações opressora, dos estigmas e preconceitos, ocorreram ao longo da história de Pelotas, no Teatro, no Chafariz, na Igreja, no Mercado ou em meio à produção, seja nas charqueadas, campos ou fábricas, e nos lugares de moradia, religiosidade ou lazer, e permitiram que a sociedade se transformasse, e continue a se transformar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LABORATÓRIOS, ACERVOS E SITES CONSULTADOS:

Biblioteca Nacional Digital do Brasil (acervo online):

Mapa "Barra do São Gonçalo" de Pedro Garcia da Cunha, 1838. Disponível em: <
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529816/cart529816.jpg> Acesso em: 06 de agosto de 2019.

VIEGAS, Gaspar. O Brasil no mapa de Gaspar Viegas (1534). [Cartográfico].
Disponível em: <
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart376284/cart376284.jpg> Acesso em: 18 de Outubro de 2020.

HONDIUS, Hendrik, 1597-1651. Americae pars Meridionalis [Cartográfico].
Disponível em: <
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart354226/cart354226.pdf>
Acesso em: 18 de Outubro de 2020.

Biblioteca Nacional de Portugal (acervo online):

BEAUCHAMP, Alphonse de, SILVA, Pedro Cyriaco da, FIGUEIREDO, Pedro José de. NOVA CARTA DO BRAZIL E DA AMERICA PORTUGUEZA [MATERIAL CARTOGRÁFICO] . ano 1821. Disponível em: <
<http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=D6U3152558U19.110444&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!454727~!5&ri=2&aspect=subtab11&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=Alphonse+de+Beauchamp&index=.GW&uindex=&aspect=subtab11&menu=search&ri=2>> Acesso em: 19 de Outubro de 2020.

IPHAÉ – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (site):

Bem Tombado: Catedral São Francisco de Paula. Número de inscrição do Livro Tombo: 103 - Livro Tombo Histórico. Data de inscrição no Livro Tombo: 31/08/2011.
Disponível em: <
<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=40802>>
Acesso em 15 de agosto de 2019.

Lab. NED: Laboratório Nelson Ned, Universidade Católica de Pelotas (acervo):

Figuras: 6,7, 8, 14, 17, 18, 21, 22, 24, 26, 32, 33, 35, 36, 39, 41,42, 43, 49.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS (site):

Manual do Usuário de Imóveis Inventariados – parte 1. Disponível em: < http://server.pelotas.com.br/politica_social/cultura/manual/parte01.pdf> Acesso em 03 de Julho de 2019.

Memória Gráfica de Pelotas – UFPEL (Acervo Online):

Almanach de Pelotas 1913, 1915, 1917, 1919

Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/iad/memoriagraficadepelotas/acervo.htm>> Acesso em 29 de Outubro de 2020.

BIBLIOGRAFIA:

ALFONSO, Louise Prado; RIETH, Flávia Maria Silva. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: A cidade enquanto bem cultural. **Patrimônios Plurais: iniciativas e desafios/** Carmem G. Burgert Schiavon, Sandra de Cassia A. Pelegrini (organizadoras). Rio Grande: ed. FURG, 2016.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1970.

ANJOS, Marcos Hallal dos. COLONIZAÇÃO. p. 88-90 In: LONER, Beatriz Ana; GIL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio [organizadores]. **Dicionário de História de Pelotas**. 3ª ed. Pelotas: Editora UFPEL, 2017. Disponível em: < <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf> > Acesso em 20 de Julho de 2019.

ARRIADA, Eduardo. **Pelotas - Gênese e Desenvolvimento Urbano (1780-1835)**. Armazém Literário, 1994.

ÁVILA, Cristiane Bartz; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. COSMOPOLITISMO E REPRESSÃO DO SÉCULO XIX: “O MEDO DO OUTRO” E A RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO NA CIDADE DE PELOTAS-RS. In: **1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade** – Sandra Jatahy Pesavento, Sessão temática cidade. Porto Alegre, 2015.

ÁVILA, Cristiane Bartz de; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento; RIBEIRO, Ângela Mara Bento. História e Memórias: Traços de Territórios Negros em Pelotas/RS. In: **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 04, ed. especial, artigo nº 776, fev., 2018.

AZEVEDO, Aluísio, 1857-1913. **O Cortiço**. Rio de Janeiro: B.L. Gardner – Livreiro Editor, 1890. Disponível em: < <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4817> > Acesso em: 12 de Novembro de 2020.

BERMAN, Marshall. **TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR** – A aventura da modernidade. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1ª reimpressão, 1986.

BERQUÓ, Thirzá Amaral. ENTRE AS HEROÍNAS E O SILÊNCIO: A CONDIÇÃO FEMININA NA ATENAS CLÁSSICA. In: **Oficina do Historiador**. Porto Alegre: EDIPUCRS, Suplemento especial – I EPHIS/PUCRS - 27 a 29.05.2014, p.1984-2005. 2014.

BERTONCINI, Priscila Maria Dias. **Um estudo crítico e comparativo entre as ações de preservação do patrimônio edificado em Laguna/SC e Pelotas/RS, no período de 1985 a 2017**. 2019. 137f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

CARLE, Cláudio Baptista. O imaginário do espaço arqueológico do Passo dos Negros. **Tessituras**, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 205-215, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/11411>> Acesso em: 17 de agosto de 2019.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. In: **Revista Histórica Online**. 2005, nº2. São Paulo: APESP, 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/LeideTerra.pdf>> Acesso em: 17 de agosto de 2019.

CERQUEIRA, Fábio Vergara; VIANA, Jorge de Oliveira; PEIXOTO, Luciana da Silva. Projeto de Salvamento Arqueológico da Área Urbana de Pelotas: Praça Cel. Pedro Osório, da Casa 8 e Casa 2. In: **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**. V. V, nº9/10. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2008.

COSTA, Diogo M.. O URBANO E A ARQUEOLOGIA: UMA FRONTEIRA TRANSDISCIPLINAR. In: **VESTÍGIOS** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica; Volume 8, Número 2, Julho – Dezembro 2014

DEBORD, Guy (1931-1994). **A Sociedade do Espetáculo**. Projeto Periferia, 2003.

DEBRET, Jean-Baptiste (desenhista). **Voyage pittoresque et historique au Brésil. Tome deuxième** [Iconográfico]. Biblioteca Nacional (Brasil), 1835. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393053/icon393053.pdf> Acesso em 09 de agosto de 2019.

DINIZ, Carmen Regina Bauer. ESTILO NEOCLÁSSICO. p. 129-132 In: LONER, Beatriz Ana; GIL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio [organizadores]. **Dicionário de História de Pelotas**. 3ª ed. Pelotas: Editora UFPEL, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf>> Acesso em 20 de Julho de 2019.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 9ª edição. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Friedrich. **Para a Questão da Habitação**, Janeiro de 1873. Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!". Publicado segundo o texto da edição de 1887. Disponível em: < http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf> Acesso em 17 de agosto de 2019.

FONSECA, Letícia Beck; OLIVEIRA, Ana L. C.. O VALOR DA FACHADA DO THEATRO SETE DE ABRIL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL. In: **XII Seminário de História da Arte**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, centro de artes, 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/4813/3596>> Acesso em 15 de agosto de 2019.

FOUCAULT, Michel. O Panoptismo. In: **Vigiar e punir – nascimento da prisão** (40ª. Ed.). Trad.: R. Ramalheite. Petrópolis: Vozes, p. 186-214, 2012.

FOUCAULT, Michel. Des espaces autres (1967), Hétérotopies. In: **Dits Ecrits –** tome IV, texte no. 360. Disponível em: <http://1libertaire.free.fr/MFoucault120.html>.

FUNARI, Pedro Paulo; TEGA, Glória. ARQUEOLOGIA, DO IMPERIALISMO À INCLUSÃO SOCIAL - ARCHAEOLOGY, FROM AN IMPERIALIST ENDEAVOR TO AN INCLUSIVE PRACTICE. **Expressa Extensão**. Pelotas, v.19, n.1, p. 17-27, 2014.

GILL, Lorena Almeida. MODERNIZAÇÃO. p. 193-194. In: LONER, Beatriz Ana; GIL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio [organizadores]. **Dicionário de História de Pelotas**. 3ª ed. Pelotas: Editora UFPEL, 2017. Disponível em: < <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf> > Acesso em 21 de Julho de 2019.

GILL, Lorena Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. In: **História Unisinos**. Vol. 10 Nº 1 - janeiro/abril de 2006.

GORENDER, Jacob. **Escravidão Colonial**. 3a Ed. São Paulo, Atica, 1980

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1**; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUTIERREZ, Ester J. B. CASA Nº 6. p. 54-55; CASA Nº8. p. 55-57; CONJUNTO NEOCLÁSSICO. p. 93; CASA Nº2. p. 52-53; MERCADO PÚBLICO. p. 189-191. In: LONER, Beatriz Ana; GIL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio [organizadores]. **Dicionário de História de Pelotas**. 3ª ed. Pelotas: Editora UFPEL, 2017. Disponível em: < <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf> > Acesso em 20 de Julho de 2019.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2ª ed. – Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

GUTIERREZ, Ester J.B. ; SANTOS, C. A. A. . Narrativas Macabras: viajantes e artista no sul da América. In: **III Colóquio Internacional Sobre o Patrimônio Agroindustrial**, 2012, Régua. III Seminário Internacional Sobre o Patrimônio Agroindustrial: Livro de Resumos, 2012. Disponível em: <
<https://pdfs.semanticscholar.org/74ee/797e68f3e4af2cda41ba6bbefadb5e3bab8.pdf>
> Acesso em 17 de agosto de 2019.

HOBBSBAWM, Eric J.. **A Era das Revoluções, 1789-1848**. 36ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2016 a.

HOBBSBAWM, Eric J.. **A Era do Capital, 1848-1875**. 24ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2016 b.

HOBBSBAWM, Eric J.. **A Era dos Impérios, 1875-1914**. 21ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2016 c.

JOHNSON, Matthew. **An Archaeology of Capitalism**. Blackwell Publishers Ltda, Oxford, UK. 1996.

LONER, Beatriz. CONTRABANDO. p. 96-98 In: LONER, Beatriz Ana; GIL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio [organizadores]. **Dicionário de História de Pelotas**. 3ª ed. Pelotas: Editora UFPEL, 2017. Disponível em: <
<http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf>
> Acesso em 20 de Julho de 2019.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. As imagens da cidade: caricatura e urbanização em Pelotas no século XIX. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005. Disponível em:
<<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnaional/S.23/ANPUH.S23.0145.pdf>> Acesso em 22 de Julho de 2019.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACIEL, Letícia Nörnberg. **Uma abordagem arqueológica sobre os cortiços pelotenses entre os séculos XIX e XX**. 2014. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

MAGALHÃES, Mario Osorio. BARÕES DO CHARQUE. p. 30-31; CIDADE. p. 68-69; FACULDADE DE AGRONOMIA. p. 134-135. In: LONER, Beatriz Ana; GIL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio [organizadores]. **Dicionário de História de Pelotas**. 3ª ed. Pelotas: Editora UFPEL, 2017. Disponível em: <
<http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf>
> Acesso em 20 de Julho de 2019.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **OPULÊNCIA E CULTURA NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO SUL: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Dissertação

de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, abril de 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e Introdução de Osvaldo Coggiola. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Volume I. Apresentação Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro III, o processo global da produção capitalista. Edição: Friedrich Engels; Tradução de Rubens Enderle; Apresentação de Marcelo Dias Carcanholo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto; CALIPPO, Flávio Ricci. Arqueologia e História Pré-Colonial. In: TAGLIANI, Paulo Roberto Armanini, MENTS RIBEIRO, Pedro Augusto; TORRES, Luiz Henrique; ALVES, Francisco das Neves (Org.).

Arqueologia, história e socioeconomia da restinga da Lagoa dos Patos: uma contribuição para o conhecimento e manejo da reserva da biosfera. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 2000.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. / Clóvis Moura. – 2.ed. – São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MUNARETTO, Sara Teixeira. **EM CENA: O SETE DE ABRIL E O TEATRO DOS CORPOS NA PELOTAS OITOCENTISTA**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. 2ª edição. São Paulo: ICP, 2015.

OGNIBENI, Denise. **CHARQUEADAS PELOTENSES NO SÉCULO XIX: COTIDIANO, ESTABILIDADE E MOVIMENTO**. Tese (Doutorado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp020553.pdf>> Acesso em 17 de agosto de 2019.

OLIVEIRA, Maria Clara Barbosa. **A transposição do leito do canal Santa Bárbara, Pelotas/RS: utilização de SIG na análise temporal de uma alteração de drenagem urbana**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia Ambiental e Sanitária) – Universidade Federal de Pelotas, Centro de Engenharia, Pelotas, 2017. Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/esa/files/2018/04/TCC-Maria-Clara-01.12.pdf>> Acesso em 24 de Outubro de 2020.

PEIXOTO, Luciana da Silva; CERQUEIRA, Fábio Vergara. SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DO CENTRO HISTÓRICO DE PELOTAS RS / BRASIL. In: **Anais do V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira** – SAB/Sul. Rio Grande, RS, 2006.

PESSI, Bruno Stelmach. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA ESCRAVIDÃO NAS CHARQUEADAS PELOTENSES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: UMA PERSPECTIVA PARA O ESTUDO DA FAMÍLIA ESCRAVA. In: **X Encontro Estadual de História**, O Brasil no Sul: Cruzando Fronteiras Entre o Regional e o Nacional. Santa Maria, RS, 26 a 30 de Julho de 2010.

PETER, André Pinho. **O PAPEL DO COMÉRCIO NA PRODUÇÃO DA CENTRALIDADE EM PELOTAS - RS**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande, 2010.

PICCOLI, Valéria. O Brasil na Viagem Pitoresca e Histórica de Debret. In: **19&20**, Rio de Janeiro, v. II, n. 1, jan. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_debret_vp.htm> Acesso em 11 de agosto de 2019.

PIRES, Rogério Brittes W.. Pequena História da Ideia de Fetiche Religioso: de sua emergência a meados do século XX. In: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 31(1): 61-95, 2011.

POMATTI, Angela Beatriz. CATEDRAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. p. 57-58; CATEDRAL DO REDENTOR. p.58-59. In: LONER, Beatriz Ana; GIL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio [organizadores]. **Dicionário de História de Pelotas**. 3ª ed. Pelotas: Editora UFPEL, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf>> Acesso em 20 de Julho de 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

QUIRÓS CASTILLO, J. A. Arqueología de la Arquitectura: de la torre de Babel a la sectorialización disciplinar. In: A. García Porras (org.) **Arqueología Medieval y Restauración**. Granada, p. 33-50, 2016.

QUIRÓS CASTILLO, Juan A. Arqueología de la Arquitectura en España. In: **Arqueología de la Arquitectura** 1, p. 27-38, 2002.

RIBEIRO, Hilário. **Geographia da provincia do Rio Grande do Sul**: adaptada às classes elementares e adornada com mappas coloridos (sic). Pelotas: Editores Carlos Pinto & Comp. 1880. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5148>> Acesso em 09 de agosto de 2019.

ROLIM DE MOURA, Rosa Maria Garcia. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950)**: entre políticas públicas e investimentos privados. Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação em História do Brasil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Porto Alegre, 2006.

ROMANO, Leonora. **Edifícios de Mercado Gaúchos: uma Arquitetura de Sentidos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ROSA, Estefânia Jaékel da. Às margens do esquecimento: O percurso histórico da Charqueada Santa Bárbara. In: **5º Seminário Internacional de Memória e Esquecimento**. Pelotas: UFPEL, Programa de Pós-graduação Memória Social e Patrimônio Cultural, 05 a 07 de outubro de 2011. Disponível em: <
<http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/750/3/As%20margens%20do%20esquecimento%20-%20o%20percurso%20historico%20da%20Charqueada%20Santa%20Barbara.pdf>> Acesso em 16 de agosto de 2019.

ROSENTHAL, Mariane D'Ávila; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. OS JARDINS DOS CASARÕES ECLÉTICOS PELOTENSES. In: **XVII Seminário de História da Arte**, Anacronias do Tempo. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, centro de artes, 2014. Disponível em: <
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/4935>> Acesso em 15 de agosto de 2019.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. ELEMENTOS FUNCIONAIS/ORNAMENTAIS & IDEOLOGIA, NAS COMPOSIÇÕES DE FACHADAS DO ECLETISMO DA FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL: 1870-1931. **18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais** – 21 a 26/09/2009 - Salvador, Bahia, 2009. Disponível em: <
http://anpap.org.br/anais/2009/pdf/cpcr/carlos_alberto_avila_santos.pdf> Acesso em 22 de Julho de 2019.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. INFLUÊNCIAS FRANCESAS NA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DE PELOTAS E NOS EDIFÍCIOS DA CIDADE : 1870 1931. **JURIS**, Rio Grande, 17: 153-173, 2012.

SCHIMITZ, Maira Eveline. **Nas Asas do Vapor...** Construção do Espaço Ferroviário em Pelotas (fim do séc. XIX – início do sec. XX). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

SILVA, Moacir M. F. Geografia das Estradas de Ferro Brasileiras. (p.1-87) In: diversos autores. **I Centenário das Ferrovias Brasileiras**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954. Disponível em: <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13968.pdf>> Acesso em 30 de Julho de 2019.

SILVA, Tatiana Azevedo da. DA FRANÇA AO BRASIL: DEBRET COMO PINTOR DE HISTÓRIA DA COROA PORTUGUESA. In: **II Encontro Nacional de Estudos da Imagem**. Londrina-PR: 12, 13 e 14 de maio de 2009. Disponível em: <
http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Silva_Tatiana%20Azevedo%20da.pdf> Acesso em 11 de agosto de 2019.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não Queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no Século XIX. In: **Estudos Econômicos**, 13 (1): 117-149. São Paulo: Revistas USP, 1983. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/156721/152264>> Acesso em 28 de Julho de 2019.

THIESEN, Beatriz Valladão. **AS PAISAGENS DA CIDADE**: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em Arqueologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

THIESEN, B. V.; TOCCHETTO, F. . A memória fora de nós: a preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 33, p. 175-199, 2007.

THOMÉ, Nilson. CAMINHOS DE TROPEIROS NOS SÉCULOS XVIII E. XIX COMO FATORES PIONEIROS DE DESBRAVAMENTO DO CONTESTADO. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 2, n. 1, jul. 2012.

TORRES, Luiz Henrique. Da Colônia ao Império: Um panorama Histórico da Região. In: TAGLIANI, Paulo Roberto Armanini, MENTS RIBEIRO, Pedro Augusto; TORRES, Luiz Henrique; ALVES, Francisco das Neves (Org.). **Arqueologia, história e socioeconomia da restinga da Lagoa dos Patos**: uma contribuição para o conhecimento e manejo da reserva da biosfera. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 2000.

TREVISAN, Anderson Ricardo. Debret e a Missão Artística Francesa de 1816: aspectos da constituição da arte acadêmica no Brasil. In: **Plural**, revista do programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, nº 14, p. 9-32, 2007. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75459/79015>> Acesso em 11 de agosto de 2019.

TRIGGER, B.G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

ULTRERO AGUDO, María de los Ángeles. Archaeology. Archeologia. Arqueología. Hacia el Análisis de la Arquitectura. In: Ma. D. Fominaya; A. J. Sánchez Luengo (dirs.) **Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos**. Madrid: Ministerio de Cultura, s-d, p. 11-23, 2010.

VARGAS, Jonas Moreira. DE CHARQUE, COUROS E ESCRAVOS: A CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA, TERRAS E MÃO-DE-OBRA EM PELOTAS (1850-1890). **SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA** [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. “AS MÃOS E OS PÉS DO CHARQUEADOR”: O PROCESSO DE FABRICAÇÃO DO CHARQUE E UM PERFIL DOS TRABALHADORES ESCRAVOS NAS CHARQUEADAS DE PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL (1830-1885). **SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA** [26]; João Pessoa, jan./jun. 2017.

VARGAS, Jonas Moreira. Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. **5º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL**.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: < <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/vargas%20jonas.pdf>> Acesso em 28 de Julho de 2019.

VARGAS, Jonas Moreira. Os charqueadores de Pelotas, suas estratégias familiares e a transmissão de patrimônio (1830-1890). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH** • São Paulo, julho 2011.

VASCONCELOS, Pedro. De redes a territórios: o Império colonial português. In: **GOT**, n.º 10 – Revista de Geografia e Ordenamento do Território (dezembro), 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/got/n10/n10a03.pdf>> Acesso em 11 de agosto de 2019.

WELLS, Karen. The Material and Visual Cultures of Cities. p. 136-144. **Space and Culture**, vol. 10 no. 2, may 2007.

XAVIER, Janaina Silva. CHAFARIZES. p. 63-65. CAIXA-D'ÁGUA. p. 43In: LONER, Beatriz Ana; GIL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio [organizadores]. **Dicionário de História de Pelotas**. 3ª ed. Pelotas: Editora UFPEL, 2017. Disponível em: < <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf>> Acesso em 18 de Julho de 2019.

ZARANKIN, A. Arqueología de la Arquitectura: another brick in the wall. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3: 119-128, 1999.

ZARANKIN, Andrés. A lógica das pedras: arquitetura e a construção do mundo moderno. In: **Paredes que domesticam**: arqueologia da arquitetura escolar capitalista – o caso de Buenos Aires. Campinas: UNICAMP, 2002, p. 35-46;